



CAIXA  
ECONÓMICA  
DA MISERICÓRDIA  
DE ANGRA DO HEROÍSMO

# Relatório & Contas 2014

**Apresentado pelo Conselho de Administração da CEMAH**

Assembleia Geral de 30 de março de 2015



CRC de Angra do Heroísmo nº 18 | NIPC 512 004 803  
Capital Social: 18.122.460,80€  
Sede Social: Rua Direita nº 118 | 9700-066 Angra do Heroísmo  
Tel.: +351 295 401 300 Fax: +351 295 403 131  
[www.cemah.pt](http://www.cemah.pt)

# Índice

Mensagem do Presidente	<b>3</b>
Indicadores Relevantes	<b>6</b>
Enquadramento Macroeconómico	<b>8</b>
Governo Societário	<b>12</b>
Compliance	<b>18</b>
Gestão do Risco	<b>21</b>
Auditoria Interna	<b>22</b>
Auditoria Externa	<b>23</b>
Recursos Humanos	<b>25</b>
Planeamento e Controlo de Gestão	<b>28</b>
Atividade Comercial	<b>29</b>
Sistemas de Informação	<b>34</b>
Apoio Logístico e Administrativo	<b>36</b>
Análise Financeira	<b>37</b>
Considerações Finais	<b>42</b>
Demonstrações Financeiras	<b>44</b>
Anexo às Demonstrações Financeiras	<b>49</b>
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	<b>133</b>
Certificação Legal de Contas	<b>135</b>

## Mensagem do Presidente

O ano de 2014 permitiu à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (adiante designada por CEMAH), importante instituição financeira de cariz regional, prosseguir a sua linha estratégica de consolidação e até de crescimento da sua atividade, num contexto extremamente difícil, na ótica económica e financeira.

Este foi o ano em que o Banco Central Europeu (BCE) iniciou a sua intervenção direta em Portugal como regulador europeu, dado o nosso País ser membro do Eurogrupo, impondo regras de harmonização sem precedentes na história das instituições financeiras.

A CEMAH foi classificada como LSI – *Less Significant Institution*, enquadrando-se no grupo das pequenas e médias instituições financeiras europeias, conjuntamente com importantes bancos nacionais, com supervisão pelo BCE através do Banco de Portugal (BdP). Por sua vez, os maiores bancos portugueses foram classificados como SSE – *Significant Supervised Entities*, ficando sob supervisão direta do BCE.

Naturalmente, todo este processo de harmonização das práticas das instituições financeiras europeias, originou custos elevados de *outsourcing*, que penalizaram o exercício em apreço, mas que se entende não serem replicáveis no futuro.

Conforme é do conhecimento público, a grande maioria dos bancos portugueses apresentaram resultados negativos substanciais, com exceção daqueles que operaram na ótica da gestão de produtos financeiros, assumindo-se mais como banca de investimento e não tanto como banca comercial.

O novo mapa judiciário trouxe forte indefinição nas competências dos tribunais da Região Autónoma dos Açores (RAA), motivando atrasos longos e incompreensíveis em matérias tão delicadas como o novo regime associado à recuperação de empresas e mesmo as próprias insolvências, por conseguinte acarretando custos irrecuperáveis para os credores de forma geral, particularmente os bancários, e também para os próprios devedores.

Cumulativamente este também foi um ano de forte impacto ao nível dos Fundos de Pensões, consequência do ajustamento verificado na taxa de desconto utilizada para atualização das responsabilidades, que passou de 4,0% para 2,5%, originando um acréscimo de dotação de fundos por parte da CEMAH, na ordem dos 2,5 milhões de euros.

No início do ano, o Regulador, no âmbito das suas competências, procedeu a uma inspeção da CEMAH, cujas conclusões não traduziram aspetos materialmente gravosos, mas apenas

evidenciando anomalias processuais, muitas delas já reportadas, em ambiente de Controlo Interno.

As regras definidas na Carta Circular 2/2014 do BdP foram implementadas e incorporadas nas contas em análise, tendo como consequência a adoção e implementação de novas regras de cálculo de imparidades, o que levou a um acréscimo significativo das mesmas, muitas delas potenciais e não efetivas.

Não fora o registo de todas estas imparidades, concentradas num único exercício, a CEMAH teria apresentado, conforme previsto, um resultado positivo bastante significativo.

Efetivamente desenvolvemos a nossa atividade com um crescimento de 9,7% nos recursos de clientes e de 1,9% no crédito (bruto) a clientes, valores que refletem a confiança dos nossos depositantes e o papel ativo da CEMAH enquanto entidade financiadora da atividade económica regional.

Introduzimos alterações orgânicas que melhoraram a nossa forma de funcionamento, através da adequação de procedimentos ao desempenho da atividade bancária, tendo em linha de conta todos os condicionalismos, normativos e exigências ao nível prudencial e comportamental.

Mantivemos uma política de gestão muito centrada no cliente, na modernização dos instrumentos de trabalho e na otimização de controlos e custos.

Mantivemos uma forte preocupação com o aperfeiçoamento dos nossos recursos humanos consubstanciada numa política efetiva de formação quer interna quer externa, neste último caso recorrendo a entidades formadoras reconhecidas no setor bancário.

Concretizámos uma gestão da nossa carteira de aplicações financeiras aproveitando as boas oportunidades que o mercado registou ao longo do ano, nomeadamente nos títulos de dívida pública Portuguesa.

Foi, deste modo, que conseguimos produzir, antes do registo de imparidades extraordinárias, as quais decorreram da aplicação da referida Carta Circular, um dos melhores resultados de sempre da Instituição, que após este efeito ficou contabilisticamente negativo, em apenas 342 milhares de euros. Ainda assim o contributo fiscal ao nível do IRC representou 495 milhares de euros, seguramente um dos maiores na RAA.

Apresentamos rácios de solvabilidade e liquidez bastante confortáveis nas nossas contas, conferindo-nos todas as condições para nos afirmarmos como “A Instituição” de referência de todos os Açorianos.

Uma palavra muito especial a todos os nossos clientes, pela confiança depositada numa instituição que se tem caracterizado por uma elevada solidez, capacidade de se afirmar como de valor regional e indispensável como parceira financeira das empresas, das entidades públicas e dos particulares.

O nosso agradecimento, a todos os Órgãos Sociais, pela forma cooperante com que nos relacionámos.



**Carlos Raulino**

Presidente do Conselho de Administração

## Indicadores Relevantes

		31.12.2014	31.12.2013
<b>Dimensão</b>	Ativo Líquido (milhares €)	344.415	318.075
	Colaboradores Ativos (n.º)	103	92
	Balcões (n.º)	13	13
<b>Atividade (1)</b>	Crédito (Bruto) a Clientes (milhares €)	199.016	195.347
	Recursos de Clientes (milhares €)	313.125	285.433
<b>Solvabilidade (2)</b>	Rácio de Adequação de Fundos Próprios (%)	11,1	12,1
	Excedente de Fundos Próprios (milhares €)	5.715	7.429
	Rácio CET 1 ( <i>Common Equity Tier 1</i> ) (%)	11,1	12,1
<b>Qualidade do Crédito (3)</b>	Crédito com Incumprimento / Crédito Total (%)	3,2	1,9
	Crédito com Incumprimento, Líquido / Crédito Total, Líquido (%)	0,3	0,3
	Crédito em Risco / Crédito Total (%)	7,3	4,7
	Crédito em Risco, Líquido / Crédito Total, Líquido (%)	4,5	3,2
<b>Rendibilidade</b>	Produto Bancário (milhares €)	10.224	9.103
	Resultado Líquido (milhares €)	-342	1.701
	Resultados Antes de Impostos / Ativo Líquido (%)	-0,1	0,7
	Resultados Antes de Impostos / Ativo Líquido Médio (%)	-0,1	0,7
	Produto Bancário / Ativo Líquido (%)	3,0	2,9
	Produto Bancário / Ativo Líquido Médio (%)	3,1	3,0
	Resultados Antes de Impostos / Capitais Próprios (%)	-2,1	8,3
	Resultados Antes de Impostos / Capitais Próprios Médios (%)	-1,9	8,6
<b>Eficiência</b>	(Custos Funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário (%)	62,8	66,0
	Custos com Pessoal / Produto Bancário (%)	34,0	36,1
<b>Transformação e Liquidez</b>	Rácio de Transformação (%) (3)	62,1	68,9
	Liquidez a 12 Meses (milhares €) (4)	163.903	154.596

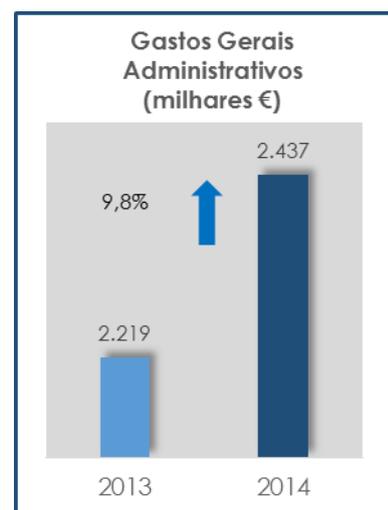
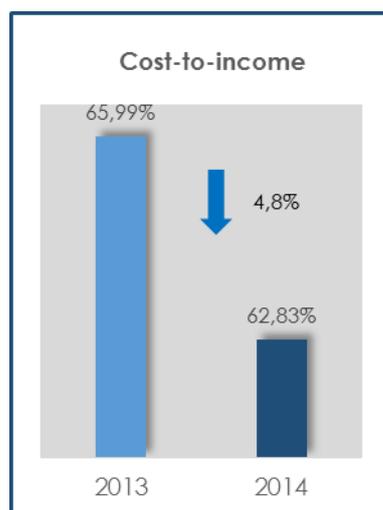
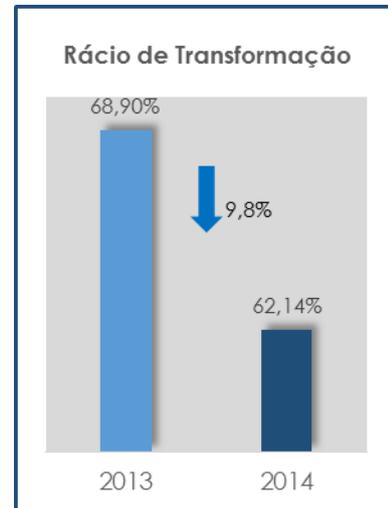
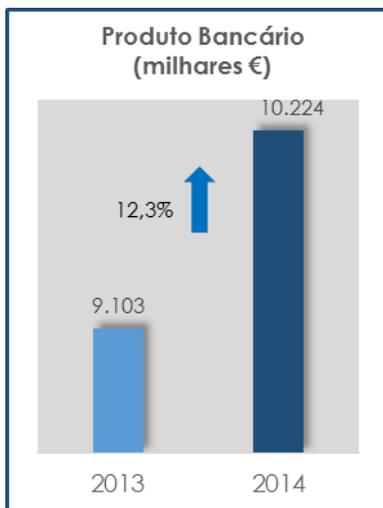
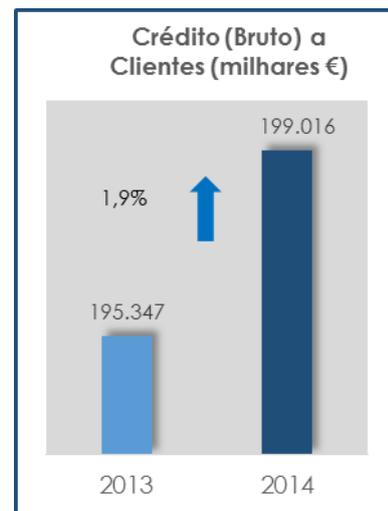
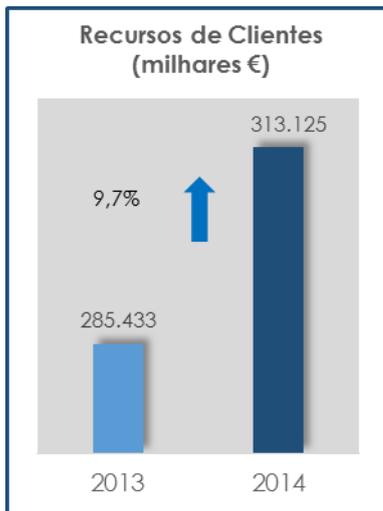
1 Valores de balanço

2 De acordo com as regras CRD IV/CRR

3 De acordo com a Instrução 16/2004 do BdP, na versão vigente

4 De acordo com a Instrução 13/2009 do BdP, na versão vigente

## Destques

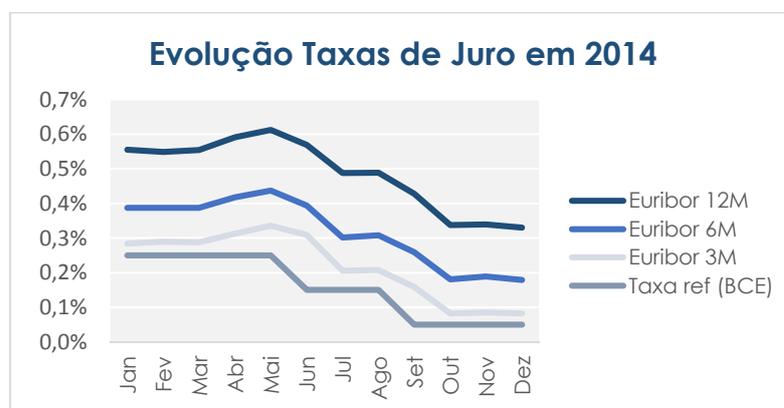


## Enquadramento Macroeconómico

Em 2014 a economia mundial continuou a sua lenta recuperação que, apesar do crescimento muito moderado no seu início, ganhou folego ao longo do ano.

Ao nível das maiores economias mundiais, registaram-se em 2014 comportamentos diferentes entre elas. Na Europa a recuperação da crise instalada foi ainda tímida, o que é comprovado pelo ténue crescimento da economia europeia de 0,8%. Os Estados Unidos da América assinalaram uma expansão significativa da sua economia, com uma taxa de crescimento de 2,4%, alavancando de forma decisiva o plano mundial. No caso da China, a sua economia abrandou, já que o crescimento foi de 7,4%, o que resultou no menor ritmo de crescimento económico anual dos últimos 24 anos. Já o Japão apresentou um crescimento anual de 2,2%, não obstante a flutuabilidade sentida. O ano ficou ainda marcado pelo abrandamento das economias emergentes, como a Rússia, penalizadas pelas tensões geopolíticas com os países do ocidente motivadas pelo conflito da Ucrânia e pela desvalorização significativa do preço do barril de petróleo no final do ano.

Na Europa, o BCE tomou medidas importantes ao longo do ano, tendo como grande preocupação combater a estagnação da economia europeia que apresentava indícios de poder entrar em deflação. Destas medidas, há a destacar a redução das taxas de referência para mínimos históricos bem como a adoção de taxas de depósitos negativas. Esta última desincentiva os bancos a constituir depósitos no BCE, com o intuito de devolver liquidez à economia. Como resultado destas medidas assistimos em 2014 a uma diminuição das taxas de juro praticadas pelo setor bancário nacional (ver gráfico nº 1).



**Gráfico 1** – Evolução das Taxas de Juro em 2014

Fonte: Euribor-rates.eu

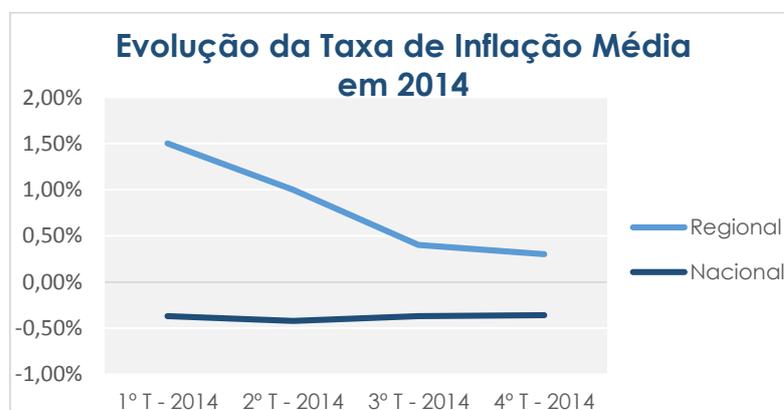
A atestar a preocupação existente com a inflação na Zona Euro está o facto de em dezembro de 2014 ter-se registado, pela primeira vez em cinco anos, uma taxa de inflação negativa (-0,2%) face ao período homólogo anterior.

Ao longo do ano foi, também, discutida a possibilidade do BCE avançar com um programa de compra de dívida pública dos países da Zona Euro, à semelhança do que fez a Reserva Federal Americana, cuja entrada em vigor se aguarda para o primeiro trimestre de 2015. Esta medida é considerada por muitos como a última que o BCE tem à sua disposição para tentar relançar a economia europeia.

No final do primeiro semestre de 2014, Portugal conseguiu concluir o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), sem recurso a um programa cautelar, o que resultou do esforço feito ao longo dos três anos de implementação do Programa. O sucesso da implementação do PAEF, que obrigou o País a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos acumulados, foi comprovado pelo regresso a financiamento a taxas de juro comportáveis nos mercados financeiros internacionais. É de referir que se encontra em falta a execução do guião para a reforma do Estado, crítico para correção dos desequilíbrios estruturais existentes.

A economia portuguesa continuou a dar sinais positivos no âmbito da retoma económica, iniciada em meados de 2013, apesar da evolução dos indicadores continuar a ser lenta. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 2014 assistimos a um crescimento do PIB de 0,9%, que compara com uma variação no ano anterior de -1,4%, crescimento este que não acontecia desde o ano de 2010. É, no entanto, de referir o abrandamento do mesmo no último trimestre do ano, explicado pela diminuição da procura interna, mais concretamente do consumo privado.

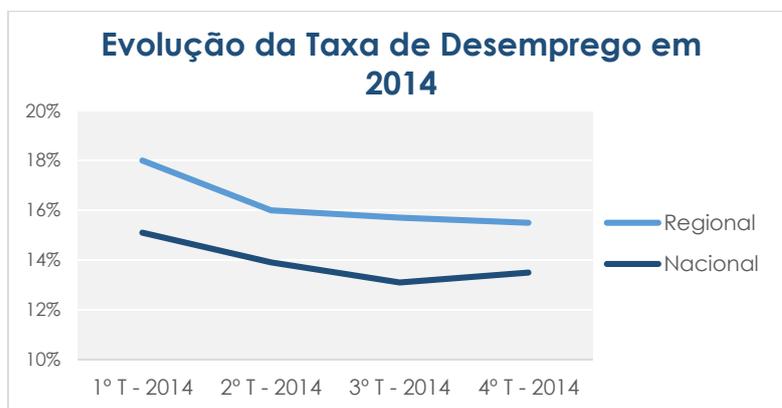
Em relação à inflação, foi registada, no panorama nacional, uma tendência semelhante à europeia, com a taxa média anual a fixar-se nos -0.3% (ver gráfico nº 2).



**Gráfico 2** – Evolução da Taxa de Inflação Média em 2014  
Fonte: INE e SREA

As exportações portuguesas continuaram a crescer (1,9% face a 2013), representando 2014 o melhor ano de sempre para as exportações nacionais. Ainda assim, importa referir que continuamos a observar um abrandamento desse mesmo crescimento. Relativamente às importações, estas aumentaram 3,2% face ao ano anterior, o que resultou numa diminuição da taxa de cobertura (peso das exportações nas importações) de 1,1 p.p. situando-se nos 82%, resultado de um défice da balança comercial de 10.565 milhões de euros.

A taxa de desemprego evoluiu de forma positiva, fixando-se no final do ano de 2014 no valor de 13,9%, que compara com o valor homólogo de 2013 de 16,2%. Anualmente verificou-se uma diminuição, sendo de notar, todavia, que no último trimestre do ano o indicador aumentou 0,4%. Apesar da redução do indicador, o valor assumido pelo mesmo é ainda elevado, sendo de destacar, dada a importância que representa, o segmento do desemprego jovem, com 34,8% (ver gráfico nº 3).



**Gráfico 3** – Evolução da Taxa de desemprego em 2014  
Fonte: INE e SREA

No contexto regional, e segundo dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), a economia açoriana assinalou, globalmente, um desempenho positivo, no último trimestre do ano.

Os preços na Região evoluíram de forma díspar ao longo do ano. Apenas no segundo semestre se verificou uma diminuição da taxa de inflação média, resultando no conjunto do ano num valor para o indicador de 0,3% face ao período anterior. De referir o diferencial existente entre a taxa de inflação no contexto nacional e a registado a nível regional (ver gráfico nº 2).

A taxa de desemprego situou-se nos 15,5%, fruto de um decréscimo de 1,8 p.p. face a dezembro de 2013, influenciada em grande pelo aumento de 3,8% da população empregada na Região. Apesar da evolução positiva, não deixa de ser importante salientar o elevado desemprego registado, sendo preocupante o valor da taxa de desemprego jovem de 46% (resultado de um aumento de 5,7 p.p. face ao trimestre homólogo) (ver gráfico nº 3).

Analisando os indicadores económicos por setor de atividade, destaca-se para o setor primário o aumento de 8% do leite entregue nas fábricas da Região face ao ano de 2013, bem como um acréscimo do abate de suínos e aves de 10,4% e 0,6%, respetivamente, a passo que o abate de bovinos diminuiu 6,6%. No que toca ao setor das pescas o volume anual total de pescado regrediu, em 2014, 34,8%.

Quanto ao setor secundário, observou-se uma variação favorável no último trimestre do ano na produção de leite para consumo, de 18% face ao período homólogo, que contribuiu de forma determinante para o aumento de 3,8% face ao ano de 2013. Em sentido inverso evoluiu o setor da construção civil uma vez que a venda de cimento na Região diminuiu cerca de 15,2% quando comparado a 2013. O licenciamento de novos fogos sofreu uma contração anual de 12,8%.

Para o setor terciário, segundo dados do SREA, o setor do turismo cresceu, se bem que de forma pouco expressiva. O número de hóspedes que visitaram a Região aumentou 3,9% face ao ano de 2013, recuperando assim de dois anos consecutivos de decréscimo, registando um valor global de 355.252 hóspedes, valor ainda assim baixo face ao registado em 2011 de 382.154 hóspedes. Já as dormidas registaram um aumento de 1,2% face ao ano anterior. No que se refere ao número de passageiros desembarcados na Região, ao longo do ano de 2014, este dilatou 6,1% face a 2013. A venda de automóveis novos vendidos na Região também registou um incremento em 2014, face a 2013, da ordem dos 14%.

Foi no contexto económico acima descrito, de incerteza e desafios, principalmente no contexto europeu, mas com reflexo expressivo ao nível nacional e regional, que a CEMAH desenvolveu a sua atividade. Indicadores como a taxa de desemprego, e muito em particular o desemprego jovem (nacional e regional), e a taxa de inflação perto dos 0% são sinais económicos de alerta. No entanto é, também, de ressaltar valores animadores registados, como o crescimento da economia portuguesa em 2014, mesmo que timidamente, o cumprimento, com distinção e algum sofrimento, do PAEF e o regresso do País ao financiamento nos mercados de capitais.

## Governo Societário

A CEMAH é governada sob o modelo de governação monista, vulgarmente conhecido como modelo "latino reforçado", o qual é constituído pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

A CEMAH é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), instituição presidida pelo Senhor Provedor António Bento Fraga Barcelos.

Dos Órgãos Sociais da CEMAH fazem parte a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas e o Conselho de Administração, eleitos trienalmente em Assembleia Geral, cuja composição no triénio 2014/2016 abaixo se apresenta.

### Mesa da Assembleia Geral

Álvaro Pereira Silva Leal Monjardino - Presidente

Fernando Gastão Sieuve Meneses - Secretário

Pedro Nuno Teixeira Corvelo - Secretário

A Mesa da Assembleia Geral tem como funções dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral, representá-la e, designadamente, deliberar sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais, e dar posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

### Conselho de Administração

Carlos Manuel Brasil da Silva Raulino - Presidente

José Mancebo Soares - Vice-Presidente

Compete ao Conselho de Administração assegurar que a CEMAH concretiza toda a sua atividade de negócio de acordo com o plano estratégico desenvolvido, materializando o definido na visão e missão da Instituição, tendo em conta a gestão dos riscos inerentes à sua atividade e em conformidade com todos os requisitos legais. Compete-lhe também garantir que a atividade da CEMAH é devidamente comunicada à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e a todas as entidades externas reguladoras.

## Conselho Fiscal

Nuno Alberto Lopes Melo Alves - Presidente

José Humberto Farinha de Melo - Secretário

## Revisor Oficial de Contas

Para o triénio 2014/2016 encontra-se nomeada para o cargo de Revisor Oficial de Contas a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas *PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda.*

As competências dos órgãos de fiscalização são as que decorrem da lei, cabendo, adicionalmente ao Conselho Fiscal, nos termos do Compromisso da SCMAH, emitir parecer sobre o Relatório e Contas, o Orçamento, bem como sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação.

## Declaração sobre as Políticas de Remuneração

Em conformidade com o previsto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no Aviso n.º 10/2011 do BdP e nos Estatutos da CEMAH, foi aprovada em Assembleia Geral da SCMAH de 31.03.2014 a Política dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da CEMAH.

Sobre a Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização aprovada e sobre a aplicabilidade da mesma emitiram pareceres as funções de controlo da Instituição - *Compliance, Gestão do Risco e Auditoria Interna* -, pareceres estes considerados pela Comissão de Remunerações para efeitos da elaboração do Relatório de Avaliação da Política de Remuneração e da proposta de Declaração Sobre a Política de Remuneração em estreito cumprimento dos seguintes princípios:

- 1ª Análise anual da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização pela Comissão de Remunerações, composta pelos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e representante da Mesa Administrativa da SCMAH, para o mandato correspondente ao triénio 2014/2016.
- 2ª Consideração, pela Comissão de Remunerações, na definição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, para além dos pareceres das funções de controlo, das especificidades da Instituição, nomeadamente no que diz respeito à sua forma jurídica, ao seu cariz regional, à natureza simples das operações que executa e às suas necessidades ao nível do apuramento de capital e de risco, daqui decorrendo a adequabilidade da

manutenção do arrogado de não atribuição de qualquer componente variável a nenhum órgão de administração ou de fiscalização.

- 3º Submissão anual da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização pela Comissão de Remunerações à aprovação da Assembleia Geral da SCMAH.
- 4º Recebimento pelos membros efetivos do Conselho de Administração da CEMAH de uma gratificação fixa, conforme previsto no artigo 30º dos seus Estatutos, definida pela Comissão de Remunerações, podendo esta ser diferenciada por membro se devidamente justificada e aprovada.
- 5º Remuneração atribuída aos membros efetivos do Conselho Fiscal sob em forma de senhas de presença (art.º 13º dos Estatutos, cujo montante é definido nos termos do art.º 30.º).
- 6º Não recebimento de qualquer remuneração por parte dos membros não efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
- 7º Não direito a qualquer compensação ou indemnização por parte dos membros do Conselho de Administração no caso de destituição sem justa causa, se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho das suas funções.

Os valores aprovados pela Comissão de Remunerações para gratificação dos membros efetivos do Conselho de Administração foram, em 2014, de 54.000 euros e 45.000 euros para, respetivamente, Carlos Manuel Brasil da Silva Raulino e José Mancebo Soares, perfazendo um total global de 99.000 euros. Para os membros do Conselho Fiscal, a referida Comissão ratificou a gratificação individual anual de 4.500 euros (9.000 euros em termos agregados), a atribuir sob a forma de senhas de presença a cada membro do Conselho Fiscal.

A Política de Remuneração dos Colaboradores resulta de uma proposta elaborada conjuntamente pelas funções de controlo e de Recursos Humanos, com base na prática da Instituição e em pressupostos assumidos pelo Conselho de Administração, sendo aprovada em reunião própria deste Órgão e, também ela, sujeita a avaliação anual por funções de controlo. Assenta no(a):

- 1º Recebimento por parte dos colaboradores abrangidos pelo n.º 2 do artigo 1.º do Aviso n.º 10/2011 do BdP de uma remuneração fixa, materializada em 14 pagamentos por ano, de acordo com as condições dispostas no ACT do setor bancário.

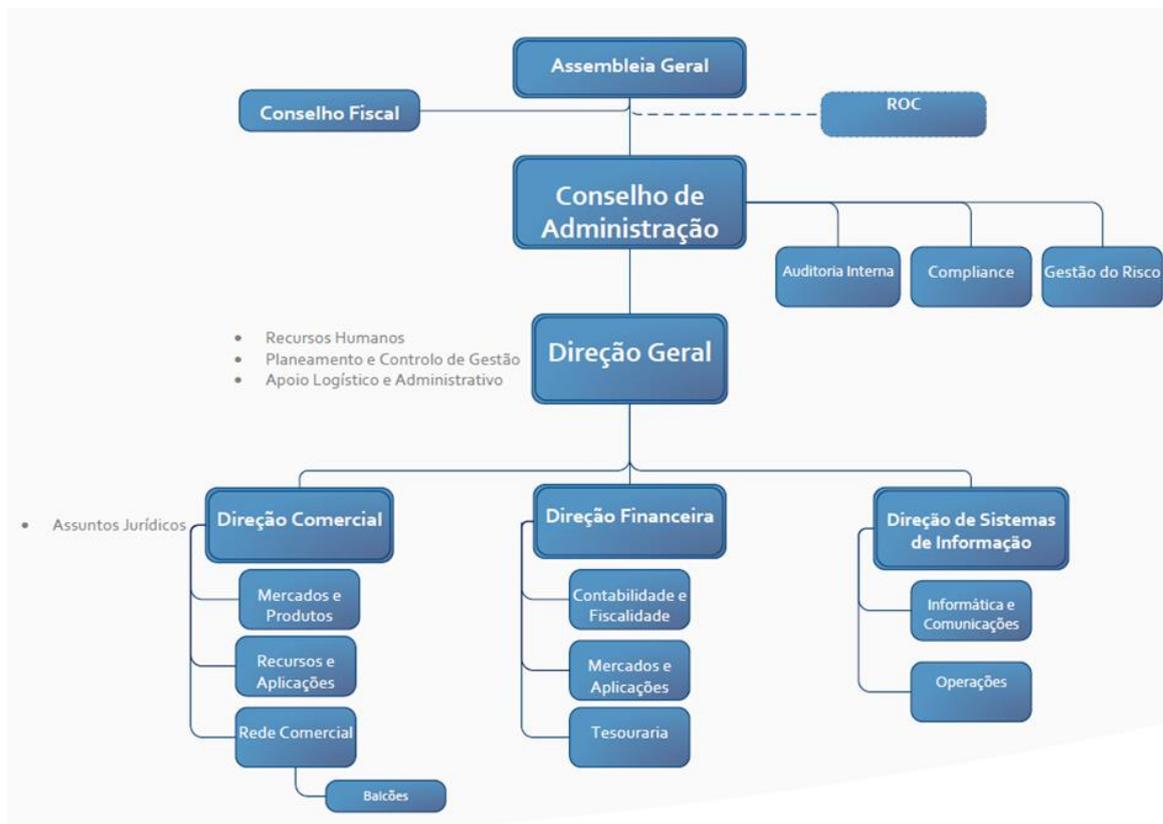
2º Possibilidade de atribuição anual, em função dos resultados do exercício anterior e por decisão do Conselho de Administração, de uma remuneração variável, não superior a 10% da remuneração total e suportada num processo de avaliação de um conjunto de competências, a título de prémio de desempenho sob a forma pecuniária. A quantificação deste tem por base a avaliação do desempenho internamente definida, aprovada e divulgada, sendo aplicada de forma semelhante à generalidade dos colaboradores. No caso das funções de controlo, a componente variável dependerá apenas da avaliação do desempenho individual dos colaboradores que as exercem e nunca da avaliação do desempenho financeiro da área de negócio em que estes desenvolvem as suas funções de controlo. O Conselho de Administração valida os resultados finais da avaliação de desempenho efetuada pela hierarquia direta dos colaboradores.

Os valores aprovados pelo Conselho de Administração para remuneração dos colaboradores abrangidos pela Política de Remuneração dos Colaboradores - diretores, gerentes com nível superior a 12 e funções de controlo - totalizaram, em 2014, a título de remuneração fixa 543.877 euros e de remuneração variável 23.499 euros, abrangendo 11 colaboradores.

Devido à sua não aplicabilidade, não é feita, nesta Declaração, referência à restante informação prevista nos artigos 16º e 17º do Aviso n.º 10/2011 do BdP.

## Estrutura Orgânica

Visando, essencialmente, a afirmação e efetivação das áreas de controlo da Instituição - Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão do Risco -, mas também uma maior adequabilidade à dimensão da CEMAH, a orgânica da CEMAH foi revista a 01 de outubro de 2014, passando a assentar na estrutura apresentada de seguida:



As alterações registadas decorreram, concretamente, da necessidade de separar os gabinetes de *Compliance* e *Gestão do Risco*, garantindo a independência das duas funções, de introduzir a figura do ROC e de suprimir da orgânica, por se considerar demasiado departamentalizada para a dimensão da CEMAH, a Assistência Executiva, a Organização e Recursos Humanos, o Planeamento e Controlo de Gestão, o *Compliance* – Operacional, a *Gestão do Risco* – Operacional e os Assuntos Jurídicos.

## Sistema de Controlo Interno

No decorrer de 2014 a CEMAH dedicou particular atenção e aplicou esforços consideráveis no reforço do ambiente de controlo e no processo de monitorização do controlo Interno, quer na sua vertente de ações de controlo, quer na melhoria e na maior abrangência das avaliações autónomas complementares.

Com vista ao enraizamento do conceito de controlo interno na cultura organizacional da CEMAH foi desenhado e introduzido no Plano Anual de Formação um módulo específico de formação interna sobre o tema.

A conclusão do projeto de revisão geral de procedimentos permitiu, a par da implementação de melhorias processuais, a introdução de ações de controlo pelos órgãos de gestão intermédia nos processos chave, de modo a assegurar a verificação do efetivo e adequado desempenho das atribuições dos colaboradores sob a sua responsabilidade.

Para além das ações preventivas e de monitorização, foi, adicionalmente, prevista a imputação pelo Conselho de Administração de medidas de carácter sancionatório, com inscrição nos processos individuais dos colaboradores, sempre que verificadas inconformidades intencionais para com os normativos internos e ações não enquadradas na cultura organizacional.

A nível dos sistemas de informação, foram dados passos largos para assegurar maior adequabilidade do sistema de controlo interno instituído através, nomeadamente, da monitorização regular e presencial do projeto de implementação da Aplicação Bancária e da aquisição de uma ferramenta de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, como resposta à crescente exigência regulatória.

Torna-se, assim, evidente o compromisso assumido pela CEMAH para com a promoção e potenciação de um ambiente de controlo em consonância com os elevados valores éticos enraizados, patente na permanente formação no âmbito do controlo interno, na prossecução de políticas de risco adequadas ao perfil da Instituição, na monitorização contínua e efetiva e no desenvolvimento de um sistema de informação preciso e eficaz, que se consubstancia no decréscimo das deficiências detetadas em 2014 relativamente ao ano anterior.

## Compliance

A área de *Compliance* registou alterações significativas ao longo do ano de 2014, das quais se destaca a separação da área de Gestão do Risco.

Com a individualização do departamento de *Compliance* assiste-se a um reforço do mesmo, sendo que este foi dividido em duas áreas de atuação específicas:

- Acompanhamento e a avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adotados para detetar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências no respetivo cumprimento;
- Acompanhamento e avaliação dos procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como pela centralização da informação e respetiva comunicação às autoridades competentes.

A CEMAH teve como um dos objetivos primordiais a implementação de políticas, práticas e procedimentos tendo em vista definir os princípios gerais de prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (BCFT) e garantir o cumprimento das disposições legais e regulamentares nacionais e internacionais provindas de organismos com autoridade técnica autenticada nesta matéria, de forma a evitar que a Instituição servisse, inconscientemente, de instrumento para práticas criminosas ficando, desta forma, sujeita a elevados níveis de risco operacional ou reputacional.

Neste âmbito foram definidas:

- **Políticas de KYC (*Know Your Customer*):** definição clara e precisa da Política de Identificação de Clientes e da Política de Aceitação de Clientes, já que as principais regras de controlo e de gestão dos riscos de BCFT da CEMAH se baseiam principalmente no relacionamento com os Clientes e suas operações bancárias;
- **Metodologias de monitorização e controlo:** um acompanhamento contínuo das atividades desenvolvidas em matéria de BCFT, por forma a garantir o pontual e continuado cumprimento das políticas instituídas, identificando, para tanto, as situações concretas que possam aumentar o risco de exposição a essas práticas e todas as consequências que delas possam advir;

- **Política de Formação:** A Política de Formação, neste âmbito, foi definida pelo Conselho de Administração (CA), devidamente assessorado pelo Responsável pela função de *Compliance*, em cumprimento do normativo aplicável ao Branqueamento de Capitais, de que se destaca o Aviso do BdP n.º 5/2013, alterado pelo Aviso do BdP n.º 1/2014, bem como a Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, sendo implementada na Instituição através de um conjunto de ações de formação potenciadoras das competências dos seus colaboradores na matéria em apreço.

O Departamento foi também responsável pela elaboração do Manual de Prevenção de Branqueamento de Capitais para os Balcões, que abordou os seguintes pontos:

- **Abertura de conta:** O Aviso n.º 5/2013 do BdP, que visa regular as condições, mecanismos e procedimentos necessários ao efetivo cumprimento dos deveres preventivos do BCFT no âmbito da prestação de serviços financeiros, veio alterar substancialmente as condições de abertura de conta, introduzindo uma abordagem direcionada para o perfil de risco de BCFT do Cliente. O que antes foi um processo aplicável uniformemente a qualquer tipo de Cliente passa agora a ser direcionado e adequado ao seu perfil de risco;
- **Manutenção de Entidades:** Com o objetivo de adquirir um conhecimento mais aprofundado sobre o Cliente, é necessário, e obrigatório ao abrigo do Aviso n.º 5/2013, que se realize um acompanhamento contínuo das relações de negócio. Esta prática permite não só identificar situações concretas que possam aumentar o risco de exposição às práticas de BCFT, como aplicar medidas que mitiguem esse risco;
- **Monitorização de Transações:** Para além do cumprimento dos procedimentos de abertura de conta e atualização de entidades é essencial realizar um acompanhamento contínuo das transações efetuadas por Clientes e não Clientes da CEMAH, por forma a garantir o cumprimento das políticas instituídas, identificando, para tanto, as situações concretas que possam aumentar o risco de exposição a essas práticas e todas as consequências que delas possam advir.

A materialização de tudo o que foi acima descrito sobre a prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo implicou:

- **Implementação da Ferramenta de Prevenção de Branqueamento de Capitais:** Decorreu o projeto de desenvolvimento de ferramenta de análise e monitorização de transações potencialmente suspeitas finalizado a dezembro de 2014 que permite o cumprimento dos requisitos previstos na Lei.

- **Revisão das Condições Gerais de Abertura de Conta e de Prestação de Serviços:**

Constituem um documento sobremaneira importante, diríamos até basilar, para as instituições de crédito na medida em que definem os pressupostos essenciais em que assentará a relação entre estas e os seus clientes.

Dado o seu carácter estrutural, o *Compliance* assumiu como prioritário o projeto da sua revisão por forma a garantir, por um lado, a sua atualidade em relação aos normativos legais em vigor e, por outro, a transmitir a evolução da própria Instituição no que diz respeito à introdução e disponibilização de novos produtos e de novos instrumentos de pagamento aos seus clientes.

O objetivo central do projeto foi o de dotar a CEMAH de um documento completo, mas de perceção simples para o cliente, juridicamente atual e, finalmente, revelador do princípio prosseguido pela Instituição de continuamente reinventar-se face às necessidades e satisfação dos seus clientes, bem como à legislação aplicável cada vez mais exigente para o setor bancário.

#### FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*)

- Foram alterados procedimentos e elaborado o respetivo manual para a CEMAH assegurar conformidade com as regras do FATCA que requerem que as entidades financeiras estrangeiras (FFIs) assumam um compromisso formal perante o *Internal Revenue Service (IRS)*, tornando-se FFI participantes, no âmbito do qual procedem à identificação e reporte anual de todas as contas dos seus clientes norte-americanos.

## Gestão do Risco

A área de Gestão do Risco, no ano de 2014, sofreu uma alteração funcional, tendo sido individualizada da área de *Compliance* e reforçados os recursos humanos a esta afetos. Neste âmbito, está em curso a consolidação das atividades que abrangem os processos de identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos a que a Instituição se encontra exposta, tendo em vista o acompanhamento das tendências e melhores práticas do setor.

Atendendo a estes factos, e tendo em conta o perfil de risco conservador da CEMAH, é de realçar as seguintes funções levadas a cabo pela área da Gestão do Risco:

- Organização e disponibilização de informação à Supervisão, no cumprimento de regulamentos por esta emanados;
- Apoio no desenvolvimento informático para implementação e cumprimento das exigências de Basileia III/CRD IV;
- Emissão de pareceres sobre propostas de crédito relevantes, determinando o seu impacto no consumo de capital e na exposição total ao risco de crédito;
- Revisão da metodologia e respetivos procedimentos subjacentes ao Modelo da Imparidade da Carteira de Crédito, em resposta aos critérios de referência constantes na Carta-Circular n.º 2/2014/DSP do BdP e que se traduz numa avaliação mais exaustiva do crédito a clientes;
- Realização de testes de esforço aos riscos materiais, tendo em vista a identificação de possíveis vulnerabilidades, bem como de eventuais necessidades de medidas corretivas em termos de abordagem ao risco;
- Desenvolvimento do processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), de modo a assegurar que o nível de fundos próprios é apropriado ao perfil da Instituição;
- Elaboração do Plano de Recuperação, que teve por base a definição de cenários de crise com potencial impacto significativo na situação económica e financeira da CEMAH e contém os procedimentos a adotar para retomar o equilíbrio financeiro e o normal funcionamento do negócio.

## Auditoria Interna

O ano de 2014 ficou marcado por uma atividade mais abrangente por parte da Auditoria Interna, objetivamente direcionada para a identificação e avaliação de riscos e para a aferição da adequabilidade e eficácia dos controlos, em linha com a estratégia institucional, em conformidade com a sua Planificação Triannual e Anual de Atividades, com os normativos externos e internos e com as práticas profissionais a que se encontra sujeita.

Num esforço permanente de compatibilização entre as necessidades operacionais de intervenção da Auditoria Interna - ditadas pela gestão do risco, pelo controlo e pelos processos de governação - e a sua capacidade produtiva, os vetores de ação da Área foram a contagem / conferência de valores e a avaliação do controlo interno, de procedimentos, do funcionamento e da conservação e segurança de ativos, num compromisso para com a criação de valor e o melhoramento operacional contínuo, potenciando, deste modo, o sucesso dos objetivos institucionais.

São de destacar, concretamente, os trabalhos realizados em 2014 sobre *backups* e gestão de dados e ficheiros, dação de imóveis, reconciliações bancárias e importação de dados da Aplicação Bancária e integração contabilística, economato, reclamações oficiais, plano de continuidade de negócio, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, fundo de pensões, garantias bancárias, políticas de remunerações e Plano de Prevenção e Emergência. Adicionalmente, foram auditados os balcões do Hospital, Centro de Clientes e Angra do Heroísmo, para além de ter sido prestada a natural e devida colaboração à Auditoria Externa da CEMAH e de terceiros.

Garantiu-se, no âmbito das ações efetuadas, a identificação tempestiva de deficiências de controlo ou de outra natureza e o acompanhamento do estado de concretização das medidas corretivas e das recomendações decorrentes, cobrindo-se, não obstante a necessária recalendarização parcial de atividades, 52% das áreas funcionais existentes. A promoção do rigor, da idoneidade, da ética e da valorização pessoal e profissional foi transversal a todas as ações.

Por último, mas não menos importante, é de realçar o reforço de que foi objeto a Auditoria Interna, no quarto trimestre do ano, dotando-a de maior e de mais qualificada resposta.

## Auditoria Externa

A *PriceWaterHouseCoppers*, reconhecida prestadora de serviços nas áreas da auditoria e consultoria, tem sido por vários anos a entidade responsável pela auditoria externa da CEMAH.

Aquela entidade, sem nunca perder o seu carácter de independência e rigor, tem constituído um parceiro de excelência para a Instituição, na medida em que muito tem contribuído para a melhoria dos procedimentos internos.

Para além das ações desenvolvidas pela auditoria externa, a CEMAH foi ainda sujeita a 2 eventos, um de inspeção e outro de auditoria externa:

1. Inspeção do Banco de Portugal, no primeiro semestre de 2014, efetuada pela equipa de Supervisão Bancária do BdP.

Refira-se a propósito que a última inspeção do Banco de Portugal a esta Instituição tinha ocorrido em 2007.

2. Auditoria Especial, de âmbito não forense, realizada pela Auditora *Deloitte*, a pedido do BdP, com o objetivo primordial de avaliar a situação económico-financeira da CEMAH, implementar o definido na Carta Circular 2/2014 e, ainda, analisar os procedimentos relacionados com a concessão, acompanhamento e gestão dos processos de crédito, bem como a análise das funções de Gestão do Risco, *Compliance* e Auditoria Interna.

Quer no primeiro quer no segundo evento, as conclusões não traduziram aspetos materialmente gravosos, evidenciando essencialmente anomalias processuais e necessidade de reforço de provisões.

As situações detetadas pela equipa do Banco de Portugal foram prontamente corrigidas e não houve necessidade de se efetuar qualquer alteração às contas de 2013, já aprovadas.

A auditoria efetuada pela *Deloitte* veio confirmar a necessidade de um acréscimo significativo (em boa medida já estimado pela prévia avaliação efetuada aos impactos da implementação das normas da referida Carta Circular) de provisões para fazer face a imparidades de crédito e de imóveis recebidos em dação em pagamento.

O montante da imparidade de crédito apurado a 31.12.2014 fixou-se nos 7.892 milhares de euros, face a 5.204 milhares de euros em 31.12.2013, o que perfaz um acréscimo de 2.688 milhares de euros.

No que concerne aos procedimentos analisados, foram identificadas algumas deficiências, que, saliente-se, já constavam no Relatório de Controlo Interno da CEMAH, e a grande maioria apenas aguarda a conclusão da ferramenta informática adequada ao exercício do citado controlo e que se espera venha a estar concluída no final do 1º semestre de 2015.

Finalmente e ainda no que se relaciona com a auditoria especial, deve realçar-se as principais conclusões do processo de circularização, confirmando-se em absoluto a informação fornecida pela CEMAH, quer no que se refere à existência de eventuais avales prestados a terceiras entidades quer ainda no que se relaciona com a circularização de saldos de crédito.

As respostas foram quantitativamente muito representativas e em consonância com a nossa informação, o que é revelador da lisura e transparência de processos, praticadas por esta Instituição.

## Recursos Humanos

### Posicionamento Interno

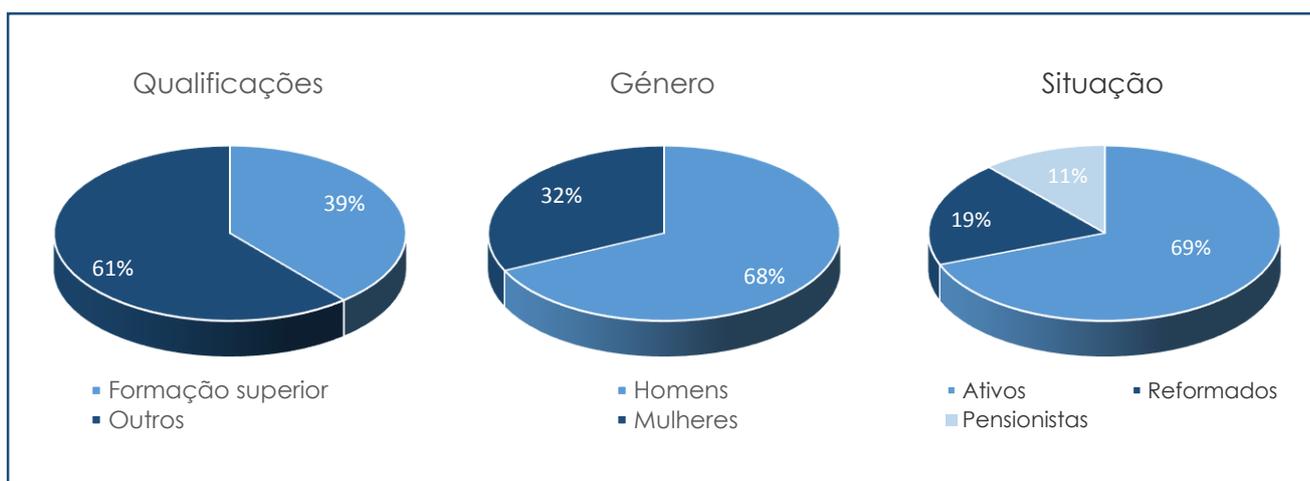
Com a alteração orgânica implementada a 01.10.2014, mais concretamente com a desintegração do departamento de Organização e Recursos Humanos, a área de Recursos Humanos passou para a alçada direta da Direção Geral. Associada a este novo posicionamento interno esteve uma reafirmação da importância que a gestão dos recursos humanos assume na CEMAH.

### Quadro de Pessoal

A 31.12.2014 a CEMAH contava com um total de 103 colaboradores ativos - com uma idade e antiguidade médias de, respetivamente, 43 anos e 16 anos - como resultado da admissão de 11 novos funcionários e da desvinculação de 7 e da continuidade dada ao programa de pré-reformas por mútuo acordo. O reforço do quadro veio, essencialmente, dar corpo à alteração orgânica assinalada. A tabela abaixo decompõe estas variações em função do cargo, do género e do balcão / serviço.

Evolução do Quadro de Colaboradores Ativos				
		2013	2014	Var %
Balcões/Serviços	Angra do Heroísmo	14	15	7,1%
	São Mateus	5	5	0,0%
	Biscoitos	2	2	0,0%
	Hospital	2	2	0,0%
	Praia da Vitória	7	7	0,0%
	Calheta	4	5	25,0%
	Velas	4	3	-25,0%
	Horta	6	6	0,0%
	Graciosa	6	6	0,0%
	Madalena	5	6	20,0%
	São Roque	2	2	0,0%
	Ponta Delgada	4	4	0,0%
	Centro de Clientes	2	2	0,0%
	Serviços Centrais	36	38	5,6%
Género	Feminino	29	33	13,8%
	Masculino	70	70	0,0%
Cargo	Assistente	6	9	50,0%
	Chefe setor/secção	7	8	14,3%
	Diretor	5	5	0,0%
	Funcionário de Balcão	54	55	1,9%
	Gerente	7	7	0,0%
	Técnico	20	19	-5,0%
<b>Total</b>		<b>99</b>	<b>103</b>	<b>4,0%</b>

Durante o ano de 2014 a atividade da Área desenvolveu-se em torno do reforço, rejuvenescimento e qualificação dos seus ativos humanos, registando-se um aumento efetivo do grau de qualificação dos colaboradores ativos da CEMAH, medido pelo aumento da representatividade dos colaboradores com formação superior no conjunto dos funcionários em exercício de funções em 4% (passando a 39%). Ao nível da distribuição por género, verificou-se um acréscimo de 3% da componente feminina para os 32%. Os gráficos seguintes caracterizam o quadro de pessoal em funções na CEMAH a 31.12.2014.



Aos colaboradores ativos somam-se 29 reformados e 17 pensionistas, mantendo-se inalterado o peso assumido pelos mesmos no total, para além de 9 estagiários ao abrigo do Programa Estagiar L e de 1 estágio curricular.

Importa aqui frisar a aposta reforçada na integração de jovens estudantes e / ou licenciados ao abrigo de estágios, a qual, para além de representar um estímulo social importante, constitui uma mais-valia indiscutível em termos de apoio e assessoria às diversas áreas funcionais da CEMAH, potencia a partilha mútua de conhecimentos e experiências e permite aferir perfis e talentos in loco, numa ótica de seleção e retenção.

## Formação

O exercício de 2014 ficou marcado, ao nível do desenvolvimento continuado de competências, pela otimização das despesas associadas à formação. Esta otimização foi função direta da opção tomada de preferenciar o *e-learning* e da potenciação da formação ministrada internamente, materializando-se num valor anual de 9.4 mil euros, abrangeu 107

colaboradores (incluindo estagiários) e envolveu, em termos globais, 1.603 horas de formação.

Para além de formações específicas alinhadas com as necessidades individuais identificadas, as ações de formação incidiram, essencialmente, sobre as áreas nucleares e transversais do negócio, como sendo a área comercial, as tecnologias de informação, o branqueamento de capitais e o FACTA, tendo a escolha das entidades formadoras envolvidas assentado, naturalmente, na credibilidade, reconhecimento e grau de especialização das mesmas. O Instituto de Formação Bancária, a *PricewaterhouseCoopers*, a Rumus e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas foram contrapartes importantes neste campo.

## Destaques

No âmbito da promoção da saúde, higiene e segurança no trabalho é de realçar a avaliação estruturada de riscos inerentes às condições laborais, realizada na Rua Direita (Sede), em estreito cumprimento com a legislação em vigor, na medida que constituiu uma importante ferramenta de informação, prevenção e mitigação / eliminação de riscos associados a acidentes e problemas de saúde de natureza profissional.

Em 2014 é de notar, ainda, a revisão de que foram objeto os procedimentos da Área com vista ao reforço dos controlos associados, bem como o fortalecimento do acompanhamento e análise mensais dos gastos com pessoal e dos desvios encontrados.

## Fundo de Pensões

De acordo com os resultados da avaliação atuarial apurados pela entidade gestora BPI Pensões, o valor das responsabilidades por serviços passados associados ao Fundo de Pensões CEMAH, com referência a 31.12.2014, é de 19.134 milhares de euros. Adicionalmente, a 31.12.2014 os ativos do Fundo de Pensões correspondem a 15.860 milhares de euros tendo a sua rentabilidade sido de 4,7% em 2014. Para efeitos da avaliação em causa, salienta-se que a metodologia de cálculo considerada foi idêntica à utilizada em anos anteriores, mantendo-se todos os pressupostos atuariais e financeiros, à exceção das taxas de desconto, de crescimento dos salários e de crescimento das pensões revistas em baixa para os 2.50, 1.50 e 0.75% (menos 1.50, 0.50 e 0.25%, respetivamente).

O montante anual das contribuições da CEMAH para o Fundo de Pensões (incluindo pagamentos diretos) ascendeu, em 2014, aos 910 milhares de euros, sendo o valor total a reconhecer nos resultados de 97 milhares de euros. De forma a cumprir as responsabilidades a 31.12.2014 a CEMAH entregou, já em fevereiro de 2015, 2.537 milhares de euros de forma a atingir o nível de financiamento exigido.

## Planeamento e Controlo de Gestão

Em 2014 foi, pelo Planeamento e Controlo de Gestão, dada continuidade ao trabalho iniciado em finais de 2012, consolidando-se o apuramento, a monitorização e o reporte mensais, de um conjunto de indicadores chave para a avaliação de resultados e para a rápida e segura tomada de decisão.

A dimensão, a atividade, a solvência, a transformação e liquidez, a qualidade do crédito, a rendibilidade, a eficiência e a recuperação face a vendas realizadas de ativos não financeiros detidos para negociação passaram a ser medidos mensalmente, quer em termos institucionais, quer, sempre que possível, em termos individuais de cada balcão.

A decomposição das carteiras comercial e própria, tanto reais como estimadas, e a análise da contribuição de cada tipo de aplicação para a margem financeira acumulada tornaram-se uma responsabilidade mensal da Área, tomando sempre como referências o período homólogo e final do exercício anterior.

Ressalva-se, também, a promoção, pelo Planeamento e Controlo de Gestão, da segmentação da rúbrica contabilística Publicidade e Edição de Publicações, por forma a potenciar o controlo de custos ao nível dos gastos com publicidade e patrocínios - esta já efetuada -, e de outras rúbricas de enquadramento a despesas monitorizadas pela DSI – segmentação em fase de validação.

Enquanto medida de eficiência, o cost-to-income e o rácio gastos com pessoal/produto bancário revelam contrações (absolutas) expressivas, que atestam um maior grau de eficiência e, bem assim, o sucesso dos procedimentos de controlo de gestão e da própria gestão orçamental instituídos.

É de notar, finalmente, que a concentração da responsabilização pela elaboração de documentos estruturais da CEMAH como os Planos Estratégico e de Atividades e do Relatório de Gestão, no Planeamento e Controlo de Gestão, conferiu, por um lado, amplitude e solidez de conhecimentos à Área, e, por outro, maior e reconhecido alinhamento entre gestão operacional e gestão estratégica.

## Atividade Comercial

### Rede de Balcões

A rede de comercial da CEMAH no ano de 2014 era composta por 13 balcões distribuídos por seis ilhas do arquipélago dos Açores, conforme abaixo ilustrado.



A convicção de que a proximidade aos clientes e o reforço da sua confiança nas instituições financeiras determinam o sucesso e o desenvolvimento destas, continua a determinar a relação da CEMAH com o mercado regional.

A evolução registada em 2014, quer ao nível dos depósitos quer do crédito, confirma a confiança dos clientes na CEMAH e a compreensão desta para com as necessidades particulares e específicas dos primeiros.

### Depósitos de Clientes

A 31 de dezembro de 2014, voltou a registar-se um aumento nos depósitos de clientes na CEMAH, ascendendo estes a 308.533 milhares de euros, ou seja, um crescimento de 9,6% face ao ano anterior.

O montante total de depósitos reflete um crescimento substancialmente superior aos objetivos traçados.

O total de depósitos decompõe-se em 59.474 milhares de euros em depósitos à ordem e de 249.060 milhares de euros em depósitos a prazo e de poupança, representando 19,3% e 80,7%, respetivamente, do total.

<b>Tipo</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var</b>
Depósitos à Ordem	60.710	59.474	-2,0%
Depósitos a Prazo	132.339	151.468	14,5%
Depósitos Poupança	88.361	97.592	10,5%
<b>Subtotal</b>	<b>220.701</b>	<b>249.060</b>	<b>12,9%</b>
<b>Total</b>	<b>281.410</b>	<b>308.533</b>	<b>9,6%</b>

Unidade: milhares de euros

## Crédito Comercial Efetivo

No que concerne à evolução do crédito comercial efetivo concedido a clientes, verifica-se um crescimento de 0,8%, face ao ano anterior, ascendendo a 196.000 milhares de euros.

	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var</b>
<b>Crédito Comercial Efetivo</b>	194.354	196.000	0,8%

Unidade: milhares de euros

Contudo, este crescimento ficou ligeiramente abaixo do inicialmente previsto, atendendo essencialmente:

- Às linhas orientadoras que favorecem a concretização de operações a particulares e empresas que evidenciem solidez e capacidade de reembolso;
- À ausência de investimentos públicos e privados que tivessem permitido uma revitalização mais rápida da economia.

A 31 de dezembro o saldo da rubrica de crédito e juros vencidos na CEMAH registava 7.921 milhares de euros, representando 4% do crédito global - valor bastante equilibrado face à conjuntura atual.

Para além da criticidade colocada na análise de todas as propostas de crédito, ao nível do processo de concessão de crédito há a destacar a importância da consolidação do *Workflow* de Crédito na ferramenta de Gestão Documental, na medida em que assegura a introdução

de todas as propostas de crédito efetuadas, a inserção da totalidade dos documentos e pareceres definidos em procedimento e assegura a participação e o registo completo dos intervenientes no processo.

Em consonância com o previsto regulamentar e internamente, manteve-se a observação permanente da carteira de crédito por parte dos auditores externos e procedeu-se ao aperfeiçoamento do Modelo de Imparidade de crédito, assegurando-se assim o cumprimento das regras emitidas pelo BdP, no que concerne à constituição de provisões.

## Produtos, Serviços e Canais

A estratégia adotada foi a de manter, com os devidos ajustes, o portfólio de produtos de depósito e de crédito.

Todavia, há a realçar a capacidade de alinhar os referidos produtos às necessidades dos clientes, sem, em momento algum, colocar em causa a salvaguarda dos preceitos legais e os interesses da Instituição. Saliencia-se, ainda, que os produtos e serviços disponibilizados pela CEMAH apresentam, em média, custos substancialmente inferiores aos praticados pelo sector.

A rede de balcões da CEMAH continua a assumir o canal privilegiado de comunicação com os clientes, registando um desempenho de elevada qualidade conforme é apanágio da Instituição.

Em 2014, a plataforma multicanal que integra os canais netCEM e netCEM Mobile tem vindo progressivamente a merecer a preferência dos clientes, registando um aumento de clientes aderentes de 2,6% face às novas adesões verificadas em 2013.

A página da CEMAH na internet, disponível em [www.cemah.pt](http://www.cemah.pt), também observou uma evolução positiva do número de acessos (crescimento de 24%), assumindo-se cada vez mais como uma alternativa consistente na informação e divulgação dos produtos e serviços da Instituição.

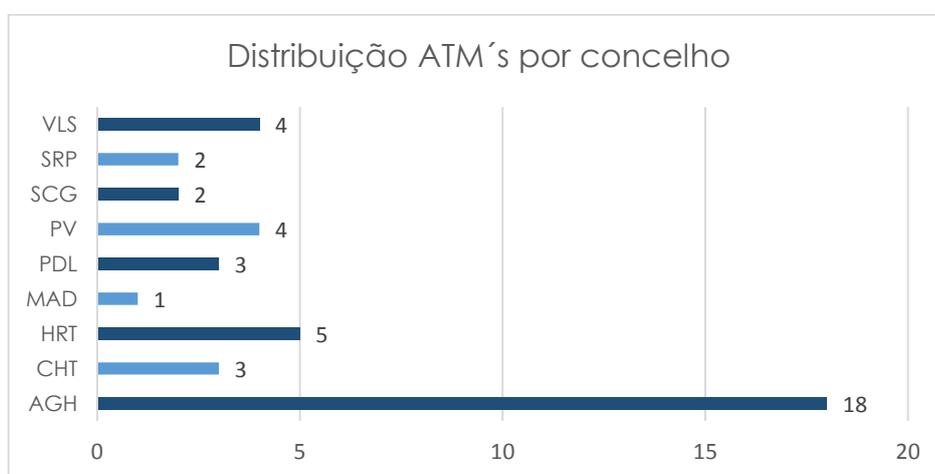
## Meios de Pagamento

A relevância dos meios de pagamento no desenvolvimento da atividade bancária exige um nível de desempenho de excelência que só tem sido possível alcançar através da parceria existente com a SIBS e a UNICRE, entidades que continuam a merecer a maior confiança da CEMAH.

O projeto de investimento que consistiu na instalação Terminais de Pagamento Automático próprios revelou uma performance interessante, tendo-se registado um crescimento de 50% no número de máquinas instaladas, encontrando-se no final do ano 186 máquinas montadas.

Sem descurar a rentabilidade mínima exigida, a CEMAH no processo de instalação de Terminais Automáticos de Pagamento, tem dado continuidade a uma política social de contribuir para a acessibilidade das populações a este tipo de equipamento.

No final de 2014 a CEMAH tinha instaladas 42 máquinas multibanco, o que representou um aumento de 7,7%, face ao ano anterior, assim distribuídas pelos diversos concelhos:



O número total de cartões de débito até 31.12.2014 foi de 18.504, constituindo um crescimento de 11%, face a idêntico período homólogo.

## Entidades Externas

No relacionamento da CEMAH com entidades externas continuou a destacar-se a continuidade da parceria com o Governo da Região Autónoma dos Açores através da celebração de protocolos, que visam o apoio à continuidade de negócio das diversas empresas regionais.

Ao longo de 2014, a CEMAH efetivou novos protocolos e adimentos a protocolos já formalizados:

Novos protocolos assinados em 2014

- Concessão de Crédito no âmbito do Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas (RICTA);

- Protocolo de Cooperação entre a CEMAH e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores;
- Proenergia;
- Protocolo de Cooperação entre a Yunit Renováveis – Unipessoal, Lda. e a CEMAH;
- Protocolo de Cooperação entre a CEMAH e a CMAH;
- Protocolo de Apoio Extraordinário ao Crédito à Habitação para Agregados Familiares com Salários em Atraso.

Aditamentos assinados em 2014:

- Aditamento ao Protocolo de financiamento no âmbito do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores;
- Aditamento ao Protocolo Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores;
- Aditamento ao Protocolo Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores e Apoio à Liquidez;
- Aditamento ao Protocolo Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores II.

Em relação à concessão de apoios, publicidade e patrocínios manteve-se uma política criteriosa e seletiva, assegurando sempre o melhor impacto dos mesmos na imagem da Instituição.

Os patrocínios ao Livro Tombo Heráldico dos Açores, às festas Sanjoaninas e as festas da Praia da Vitória são os de destaque.

## Sistemas de Informação

A Direção de Sistemas de Informação em 2014 com vista a ajudar a atingir os objetivos de eficiência e sustentabilidade, definidos pela CEMAH no seu Plano Estratégico, desenvolveu uma série de atividades previamente aprovadas pelo Conselho de Administração, tendo por base o Plano e Orçamento previstos. A destacar:

### Modernização da plataforma TransAKT

Deu-se continuidade ao projeto de desenvolvimento do módulo de crédito (TransAKT) que se encontra em fase de parametrização. Pela sua complexidade, exigência de observância regulamentar, necessidade de criação de novos produtos e enquadramento contratual, não foi possível, como previsto, colocar em produção. Nos restantes módulos da aplicação bancária, deu-se prioridade ao cumprimento dos requisitos legais e instrutórios do BdP, à implementação de alterações ao nível dos sistemas de pagamento (SIBS) e desenvolvimento de requisitos de negócio, para elevar o grau de satisfação dos clientes e melhorar os índices de produtividade dos funcionários.

### Implementação de ferramentas de customer relationship management, balanced scorecard, central de balanços e reporting regulamentar

Estando o CRM dependente de informação do TransAKT, entendeu-se esperar pela implementação do novo módulo de crédito antes de avançar com o CRM. No entanto, foram dados passos substanciais de recolha e centralização de informação de gestão e de clientes que será relevante para um futuro CRM.

No que respeita às aplicações de reporte regulamentar, foi implementada uma ferramenta denominada de BRR (*Business Regulatory Reporting*) para criação dos relatórios periódicos a enviar ao BdP, como o COREP/FINREP, o Mapa de Liquidez ou as Estatísticas Monetárias e Financeiras, estando em curso a implementação de outros relatórios que permitirão de forma mais eficiente, célere e centralizada fazer o envio da informação de reporte ao supervisor.

Adicionalmente, foi implementada uma aplicação para prevenção e deteção de operações de Branqueamento de Capitais e de Financiamento ao Terrorismo e integrou-se na Gestão Documental o circuito de aprovação de crédito, o arquivo dos documentos associados à proposta e o registo dos pareceres e despachos dos intervenientes no fluxo de aprovação com vista à redução do tempo de deliberação sobre propostas de crédito por parte do Conselho de Administração.

## Expansão e Modernização dos Canais de Comercialização e do Site Institucional

A modernização dos canais eletrónicos, site institucional e netCEM (*Homebanking* e *Mobile*) assentou na reformulação gráfica das interfaces e na usabilidade e navegabilidade assente nas melhores práticas e compatibilidade com os equipamentos e os browsers mais comumente utilizados. Paralelamente, implementou-se um conjunto vasto de novas funcionalidades no *Homebanking*, extensíveis também ao *Mobile banking* para garantir um mesmo nível de sofisticação em ambos os canais. Estes desenvolvimentos encontram-se em fase final de testes e serão colocados em produção muito brevemente.

## Expansão dos Meios Eletrónicos de Pagamento

A CEMAH implementou nos seus cartões de débito a tecnologia de cartões contactless que permite o pagamento de operações de baixo valor de forma rápida e eficiente apenas por aproximação do cartão ao terminal de pagamento e sem necessidade de introdução de PIN, acompanhando a evolução da tecnologia de cartões e a tendência do mercado e da banca a nível nacional e internacional, no que concerne aos meios de pagamento.

## Reforço da Segurança

Fundamental, não só para o fortalecimento da confiança por parte dos clientes mas também para minimizar impactos com repercussão nos custos operacionais, como sejam a fraude e a intrusão, a CEMAH investiu em serviços de segurança e reforçou os seus sistemas de proteção. Foram realizadas várias ações de sensibilização dos funcionários para questões sobre a segurança dos sistemas de informação, não só pedagógicas mas também ações reais de deteção de falhas e obtenção de informação através de engenharia social. Também foi feita auditoria ao código dos novos desenvolvimentos no *Homebanking* e *Mobile* para encontrar falhas no código que pudessem permitir ataques de intrusão mal-intencionados. Adicionalmente foi realizada uma intervenção no *Datacenter* para detetar anomalias nos equipamentos que pudessem por em causa a continuidade do negócio ou acarretar situações graves de *Disaster Recovery*.

## Apoio Logístico e Administrativo

### Imóveis

A Unidade de Apoio Logístico e Administrativo é responsável pela gestão da carteira de imóveis recebidos pela CEMAH, por incumprimento dos seus clientes. No ano de 2014 registou-se a entrada via dação em pagamento de 15 imóveis, tendo a instituição conseguido alienar 8 imóveis, o dobro do registado no ano anterior, o que face à conjuntura atual do mercado imobiliário é de destacar.

Ao longo do ano, foram efetuadas reavaliações aos imóveis que compõe a carteira de ativos não correntes detidos para venda, tendo as mesmas sido efetuadas pela empresa Prime Yield, empresa esta registada na CMVM, com certificação *Regulated by RICS* e certificada em Gestão da Qualidade e Ambiente pelas normas NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2004, recorrendo aos critérios do AQR - *Asset Quality Review*, por forma a contabilizar os imóveis em carteira pelo seu valor atual, tendo-se criado provisões específicas para o efeito, dada a desvalorização do mercado imobiliário.

Relativamente aos imóveis que são propriedade da CEMAH (Sede e agências), e de acordo com a política da Instituição de preservação, manutenção e valorização dos seus ativos imobiliários, ao longo do ano de 2014 foram efetuadas obras de limpeza, reparação e pintura interior e exterior nos edifícios da Sede, agência da Praia da Vitória, agência dos Biscoitos e agência da Madalena.

No âmbito do controlo do património da Instituição, e em cumprimento com o procedimento instituído, foi realizado em 2014 o inventário físico, efetuando-se a contagem ao universo de bens materiais da CEMAH e sua identificação.

### Equipamentos e Viaturas

Incutiu-se acuidade especial no processo de gestão da frota automóvel da CEMAH, no que concerne à manutenção dos cadastros individuais e mapas de análise operacional, tendo-se mantido uma particular atenção na sua manutenção e conservação, e no controlo de todos os equipamentos, sempre com o objetivo máximo do prolongamento da sua vida útil.

# Análise Financeira

## Balanço

	2014		2013	
<b>Ativo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	38.902	11,3%	27.528	8,7%
Disponibilidades em out. inst. de crédito	8.520	2,5%	3.701	1,2%
Ativos financeiros disponíveis para venda	36.533	10,6%	11.616	3,7%
Aplicações em outras instituições de crédito	44.807	13,0%	45.510	14,3%
Crédito a clientes	193.235	56,2%	192.282	60,5%
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	20.134	6,3%
Ativos não correntes detidos para venda	7.795	2,3%	6.704	2,1%
Outros ativos tangíveis	7.330	2,1%	7.624	2,4%
Ativos intangíveis	834	0,2%	860	0,3%
Ativos por impostos diferidos	978	0,3%	543	0,2%
Outros ativos	5.032	1,5%	1.573	0,5%
<b>Total do Ativo</b>	<b>343.966</b>	<b>100,0%</b>	<b>318.075</b>	<b>100,0%</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	90	0,0%	21	0,0%
Recursos de clientes e outros empréstimos	313.125	91,0%	285.433	89,7%
Provisões	2.175	0,6%	2.184	0,7%
Passivos por impostos correntes	46	0,0%	539	0,2%
Outros passivos subordinados	-	-	-	-
Outros passivos	5.432	1,6%	4.407	1,4%
<b>Total do Passivo</b>	<b>320.868</b>	<b>93,3%</b>	<b>292.585</b>	<b>92,0%</b>
<b>Capital</b>				
Capital	18.122	5,3%	17.896	5,6%
Reservas	1.416	0,4%	769	0,2%
Outras reservas e resultados transitados	3.902	1,1%	5.123	1,6%
Resultado do exercício	-342	-0,1%	1.701	0,5%
<b>Total do Capital</b>	<b>23.098</b>	<b>6,7%</b>	<b>25.489</b>	<b>8,0%</b>
<b>Total do Passivo e do Capital</b>	<b>343.966</b>	<b>100,0%</b>	<b>318.075</b>	<b>100,0%</b>

Unidade: milhares de euros

A estrutura do Balanço não sofreu alterações significativas durante o exercício de 2014, mantendo-se muito semelhante o peso relativo das grandes rubricas que o constituem, conforme se pode verificar no mapa acima.

A 31 de dezembro de 2014, o Ativo Líquido situava-se nos 343.966 milhares de euros, representando um crescimento de 8,1% em relação ao período idêntico do ano anterior.

O Crédito a Clientes Líquido, no montante 193.235 milhares de euros, compreende todo o crédito efetivo, vincendo e vencido, concedido pela Instituição e respetivos proveitos a

receber, deduzido das provisões e imparidades. Este representa 56,2% do ativo líquido e regista crescimento de 0,5% face ao ano anterior.

As Aplicações em Instituições de Crédito, que ascenderam a 44.807 milhares de euros e representavam 13,0% do ativo líquido, correspondiam a aplicações no mercado monetário e depósitos a prazo noutras instituições financeiras de sólida reputação. No seu conjunto, estas aplicações proporcionaram um rendimento anual de 924 milhares de euros. Em relação ao ano de 2014, esta rúbrica manteve-se praticamente inalterada, fruto do limite de exposição a uma só entidade imposto pelo BdP, que no caso da CEMAH corresponde a 25% do valor dos Fundos Próprios.

A rúbrica dos ativos financeiros disponíveis para venda, que a 31 de dezembro de 2014 registava um saldo de 36.533 milhares de euros, apresenta um aumento significativo face ao valor de 31 de dezembro de 2013. Parte deste acréscimo deve-se à reclassificação efetuada em maio de 2014 para ativos financeiros disponíveis para venda dos investimentos detidos até à maturidade em carteira, após a alienação de dívida pública portuguesa, que permitiu a realização de 938 milhares de euros de mais-valias. Em termos líquidos, e como forma de rentabilizar o excedente de liquidez disponível, a Instituição canalizou para este tipo de investimentos cerca de 4.700 milhares de euros em 2014.

As Imobilizações Líquidas, no valor de 8.164 milhares de euros, incluem todo o património de imóveis de serviço próprio da Instituição.

O Passivo regista um valor de 320.868 milhares de euros, assumindo a carteira de depósitos da Instituição - Recursos de Clientes e respetivos custos a pagar - 313.125 milhares de euros. Esta rúbrica onde se incluem os depósitos captados apresentou um crescimento de 9,7% face ao ano anterior.

Nos "Outros Passivos" estão contabilizadas as responsabilidades, líquidas dos ativos, com o Fundo de Pensões, a mensualização de outros encargos a pagar e outras operações a regularizar.

A 31 de dezembro de 2014, a Situação Líquida da CEMAH ascendia a 23.098 milhares de euros. Desta consta o valor de 18.122 milhares de euros, registado em capital, valor mais do que suficiente para permitir a transformação desta Caixa Económica em Banco.

No final do exercício de 2014, os Rácios de Solvabilidade e *Common Equity Tier 1* apresentavam um valor de 11,1%, que incluía já o resultado de 2014.

## Conta de exploração

	<u>31-dez-14</u>	<u>31-dez-13</u>
Juros e rendimentos similares	13.138	14.124
Juros e encargos similares	(7.011)	(6.715)
<b>Margem financeira</b>	<b>6.127</b>	<b>7.410</b>
	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	18	12
Rendimentos de serviços e comissões	1.921	1.930
Encargos com serviços e comissões	(420)	(313)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	2.108	93
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	118	64
Resultados de alienação de outros ativos	938	-
Outros resultados de exploração	(586)	(93)
<b>Produto bancário</b>	<b>10.224</b>	<b>9.103</b>
Custos com pessoal	(3.480)	(3.283)
Gastos gerais administrativos	(2.437)	(2.219)
Amortizações do exercício	(520)	(505)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(33)	(203)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(3.042)	(567)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	(335)	-
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(862)	(176)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(486)</b>	<b>2.150</b>
Impostos correntes	(456)	(535)
Impostos diferidos	600	86
<b>Resultado após impostos</b>	<b>(342)</b>	<b>1.701</b>

Unidade: milhares de euros

Da análise dos valores da Conta de Exploração relativos ao exercício de 2014, podemos constatar os seguintes aspetos:

### Margem Financeira

A margem financeira apresentou um decréscimo de 17,3%, passando de 7.410 milhares de euros em 2013 para 6.127 milhares de euros em 2014, o que se deveu ao efeito conjunto de uma redução da rubrica de juros e rendimentos similares e a um acréscimo da rubrica de juros e encargos similares.

## Produto Bancário

O produto bancário registou um crescimento de 12,3% em 2014, passando de 9.103 para 10.224 milhares de euros. Para este aumento contribuíram de forma significativa os resultados da alienação de títulos (mais 2.016 milhares de euros de que em 2013), e os resultados da alienação de outros ativos (938 milhares de euros).

## Custos Operacionais

A rúbrica de custos com o pessoal registou um aumento de apenas 6% face ao ano anterior, sendo que os gastos gerais administrativos apresentaram um acréscimo de 9,8% face ao ano de 2013.

## Provisões líquidas de reposições e anulações

Esta rubrica representou, em 2014, um contributo negativo para o resultado no valor de 33 milhares de euros, inferior em 83,8% face ao ano anterior.

## Correção de Valor de Crédito a Clientes

A constituição e a reposição das provisões foram efetuadas de acordo com o legalmente estabelecido pelo BdP (Aviso nº 3/95), e ajustadas pelas necessidades apuradas em resultado do modelo de imparidade utilizado. No exercício em análise este indicador apresentou um valor de 3.042 milhares de euros, superior em 436,3% face ao valor de 2013. Ao longo do exercício foram registados em termos líquidos 1.774 milhares de euros de imparidade para crédito acima do mínimo exigido pelo Aviso do BdP nº 3/95. Desta forma, a 31 de dezembro de 2014 a CEMAH apresentava um valor de provisões para crédito de cobrança duvidosa 2.188 milhares de euros acima do mínimo exigido pelo referido Aviso.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>Variação</b>
Correções de valor associadas a crédito a clientes (milhares de euros)	(3.042)	(567)	<b>436,3%</b>

## Imparidade de outros Ativos Financeiros

Em 2014, esta rúbrica apresenta um valor de 335 milhares de euros, na sequência da imparidade registada para as ações do BES que a CEMAH tinha em carteira.

## Imparidade de outros Ativos

Esta rubrica compreende basicamente o saldo entre imparidades registadas e revertidas nos ativos não correntes detidos para venda. O seu saldo a 31 de dezembro de 2014 era de 862 milhares de euros, face aos 176 milhares de euros registados em 2013. O valor de 2014 é

resultado do somatório das avaliações periódicas efetuadas aos referidos ativos e do registo de uma imparidade adicional no montante de 419 milhares de euros, registada acima do exigido pelo Aviso do BdP nº 3/95.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>Varição</b>
Imparidade de outros ativos (milhares de euros)	(862)	(176)	<b>390,8%</b>

## Impostos

Os lucros fiscais apurados pela CEMAH são, em 2014, tributados em sede de IRC à taxa nominal de 23% e correspondente derrama. Para aquele exercício o valor do imposto corrente estimado ascendia aos 495 milhares de euros. Em termos de contribuição para o resultado líquido do exercício, há a considerar também a correção relativa ao exercício anterior, no montante de 39 milhares de euros, situando-se assim aquela contribuição negativa nos 456 milhares de euros. Os impostos diferidos são registados quando existe uma diferença tributária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos a 31 de dezembro de 2014 foram apurados tendo por base uma taxa de 21%, taxa atualmente prevista para o IRC em 2015 e anos seguintes. No exercício de 2014 estes ascenderam, em termos líquidos, a 600 milhares de euros.

## Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo em 342 milhares de euros.

## Resultados de Exercícios Anteriores

Em 2014 para a rubrica Resultados Transitados reconheceram-se 194 milhares de euros resultantes da amortização do acréscimo das responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de dezembro de 2005, e 2.275 milhares de euros decorrentes da versão revista da IAS 19.

## Resultado a Distribuir

Apesar do comportamento positivo evidenciado pelo produto bancário em 2014 (10.224 milhares de euros), o registo de imparidades para além do exigido pelo Aviso nº 3/95 do BdP, no valor de 2.193 milhares de euros levou a que, mesmo após o efeito fiscal positivo do mesmo, o resultado líquido do exercício apresentasse um valor negativo de 342 milhares de euros, o que inviabilizará a distribuição de qualquer valor ao acionista. Propõe-se, assim, que a aplicação do resultado líquido negativo do exercício de 2014, no montante de 342 milhares de euros seja efetuada pela sua transferência para a rubrica de Outras Reservas e Resultados Transitados.

## Considerações Finais

O Relatório e Contas apresentado, devidamente auditado, traduz o desenvolvimento da atividade exercida durante o difícil ano de 2014, bem como os principais eventos que influenciaram a gestão do negócio bancário.

Continua a ser extremamente exigente a função de intermediação financeira, de forma conciliar os interesses dos depositantes, em procura constante da otimização das suas condições remuneratórias, com as necessidades de financiamento das empresas e dos particulares, num enquadramento de análise de risco e impacto de imparidades completamente novo.

Efetivamente desenvolvemos a nossa atividade com um crescimento de 9,7% nos recursos de clientes e de 1,9% no crédito (bruto) a clientes, valores que refletem a confiança dos nossos depositantes e o papel ativo da CEMAH enquanto entidade financiadora da atividade económica regional. Apresentamos, nesta conjuntura, um produto bancário de 10.224 milhares de euros, o que representa um acréscimo de 12,3% e configura um desempenho bastante confortável para o setor.

É de notar que, não fora o aumento do grau de exigência do modelo de imparidade, fator determinante para o acréscimo de provisões/imparidades constituídas em 2014 face a 2013, no valor de 3.495 milhares de euros, a CEMAH apresentaria um assinalável Resultado Após Impostos.

	31-12-2013	31-12-2014	Varição
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido	3.066	5.781	2.715
Imparidade para ativos não financeiros	600	1.381	780
	<b>3.666</b>	<b>7.161</b>	<b>3.495</b>

Unidade: milhares de euros

Mantivemos a prática de uma gestão rigorosa dos gastos com pessoal e administrativos, conseguindo um melhoramento do rácio *cost-to-income*, refletindo o desejável aumento de eficiência, sendo, no entanto, objetivo da CEMAH a sua otimização progressiva nos próximos anos.

A introdução do novo regime de imparidades, não harmonizado com o código do IRC, originou o apuramento de um resultado fiscal positivo e, bem assim, de um elevado montante de imposto a pagar de 495 milhares de euros, num ano já fortemente penalizado via imparidades.

Neste contexto surge como inevitável a apresentação de um resultado contabilístico negativo, perfeitamente recuperável, contudo, pela reversão de imparidades, muitas delas dependentes da morosidade judicial e adequadamente colateralizadas. Atente-se que o resultado após impostos negativo, de 342 milhares de euros, acabou ser inferior ao próprio reforço de provisões para fazer face a eventuais depreciações nos imóveis recebidos por dação em cumprimento, que atingiu 419 milhares de euros, para já não referir que boa parte do reforço das imparidades de crédito resultou de uma apreciação bastante conservadora do Regulador sobre os casos identificados, o que não deixa, contudo, de ser uma confortável almofada para o futuro.

A solidez da Instituição permite a absorção deste impacto transitório, apresentando bons rácios de solvabilidade, nomeadamente um Rácio de Adequação de Fundos Próprios e um *Common Equity Tier 1* de 11,1%, devidamente enquadrados nos limites mínimos fixados pelo órgão de supervisão de, respetivamente, 8% e 7%. É expectável que o resultado líquido negativo registado em 2014, que não permite atribuir à SCMAH o habitual dividendo, seja invertido já no próximo exercício.

# Demonstrações Financeiras

## Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo Balço em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Notas	31/dez/14		Valor Líquido	Unidade: Euro
		Antes Prov. Imp. Amort.	Prov. Imp. Amort.		31/dez/13
					Valor Líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.1	38.901.658		38.901.658	27.528.253
Disponibilidades em out. inst. de crédito	6.2	8.519.913		8.519.913	3.700.618
Activos financeiros disponíveis para venda	6.4	36.532.786		36.532.786	11.616.289
Aplicações em outras instituições de crédito	6.3	44.807.456		44.807.456	45.510.497
Crédito a clientes	6.5	199.016.009	(5.780.562)	193.235.447	192.281.605
Investimentos detidos até à maturidade	6.6	-	-	-	20.133.678
Activos não correntes detidos para venda	6.7	9.175.403	(1.380.733)	7.794.670	6.703.545
Outros activos tangíveis	6.8	13.287.237	(5.957.279)	7.329.958	7.623.647
Activos intangíveis	6.9	2.920.035	(2.085.781)	834.254	860.042
Activos por impostos diferidos	6.10	977.726		977.726	543.435
Outros activos	6.11	5.032.219	-	5.032.219	1.572.999
<b>Total do Activo</b>		<b>359.170.442</b>	<b>(15.204.355)</b>	<b>343.966.087</b>	<b>318.074.608</b>
<b>Passivo e Capital</b>					
<b>Passivo:</b>					
Recursos de bancos centrais	6.13			-	-
Recursos de outras instituições de crédito	6.14			89.764	21.352
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.15			313.125.448	285.433.475
Provisões	6.12			2.174.644	2.184.481
Passivos por impostos correntes	6.10			45.965	538.657
Outros passivos subordinados	6.10			-	-
Outros passivos	6.16			5.432.102	4.407.163
<b>Total do Passivo</b>				<b>320.867.924</b>	<b>292.585.128</b>
<b>Capital:</b>					
Capital	6.19			18.122.461	17.895.724
Reservas	6.19			1.415.747	769.305
Outras reservas e resultados transitados	6.19			3.901.775	5.123.338
Resultado do exercício				(341.819)	1.701.113
<b>Total do Capital</b>				<b>23.098.164</b>	<b>25.489.480</b>
<b>Total do Passivo e do Capital</b>				<b>343.966.087</b>	<b>318.074.608</b>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo  
Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Unidade: Euro

	Notas	31/dez/14	31/dez/13
Juros e rendimentos similares	6.21	13.137.566	14.124.486
Juros e encargos similares	6.21	(7.010.888)	(6.714.678)
<b>Margem financeira</b>		<b>6.126.678</b>	<b>7.409.808</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	6.22	17.755	11.890
Rendimentos de serviços e comissões	6.23	1.920.713	1.930.295
Encargos com serviços e comissões	6.23	(419.943)	(312.780)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	6.24	2.108.292	92.707
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6.24	117.859	64.088
Resultados de alienação de outros activos	6.24	938.477	-
Outros resultados de exploração	6.25	(585.952)	(92.535)
<b>Produto bancário</b>		<b>10.223.878</b>	<b>9.103.473</b>
Custos com pessoal	6.26	(3.480.299)	(3.283.249)
Gastos gerais administrativos	6.27	(2.437.249)	(2.219.303)
Amortizações do exercício	6.7 e 6.8	(520.353)	(505.032)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.12	(32.945)	(203.292)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	6.12	(3.041.619)	(567.163)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6.7 e 6.8	(335.358)	-
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	6.7 e 6.8	(861.671)	(175.559)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(485.617)</b>	<b>2.149.875</b>
Impostos correntes	6.28	(455.758)	(534.948)
Impostos diferidos	6.28	599.556	86.185
<b>Resultado após impostos</b>		<b>(341.819)</b>	<b>1.701.113</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo  
 Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos  
 em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Unidade: Euro

	Notas	31/dez/14	31/dez/13
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Juros recebidos		12.076.264	12.783.930
Juros pagos		(6.730.817)	(6.625.687)
Comissões recebidas		2.031.404	2.055.893
Comissões pagas		(419.943)	(312.780)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores		(6.036.676)	(5.752.842)
Impostos pagos		(457.172)	(62.811)
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais (líquido)			
Créditos e adiantamentos a instituições de crédito		5.746.646	10.422.720
Créditos e adiantamentos a clientes		(5.659.208)	(15.643.996)
Outros activos		(2.080.473)	33.629
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais (líquido)			
Débitos para com bancos centrais - à vista		-	(5.000.000)
Débitos para com instituições de crédito - à vista		68.409	(91.165)
Débitos para com clientes - à vista		(947.137)	15.623.130
Débitos para com clientes - a prazo		28.359.042	8.967.845
Outros passivos		(3.851.212)	520.460
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		<b>22.099.126</b>	<b>16.918.326</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Dividendos recebidos		17.755	11.890
Juros recebidos de activos financeiros		1.368.022	1.270.719
Venda de activos financeiros		36.813.336	278.058
Compra de activos financeiros		(38.719.199)	(5.427.677)
Vencimento de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Compra de outros activos tangíveis		(59.104)	(272.704)
Venda de outros activos tangíveis		-	-
Compra de activos intangíveis		(110.903)	(131.896)
Venda de activos intangíveis		-	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>(690.093)</b>	<b>(4.271.611)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Emissão de dívida subordinada		-	-
Reembolso de dívida subordinada		-	-
Juros de dívida subordinados		-	-
Dividendos pagos		(226.737)	(188.390)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>(226.737)</b>	<b>(188.390)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e seus equivalentes</b>		<b>21.182.297</b>	<b>12.458.326</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>6.17</b>	<b>69.428.871</b>	<b>74.468.367</b>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		117.859	64.088
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>6.17</b>	<b>90.729.027</b>	<b>69.428.871</b>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

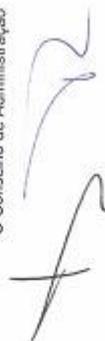
Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo  
 Demonstração de alterações no capital próprio  
 dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Notas	Capital	Reservas	Outras reservas e Resultados transitados	Resultado do exercício	Unidade: Euro
					Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012 - reexpresso</b>					
Constituição de reservas:					
6.19	17.707.335	665.070	5.401.005	1.122.211	24.895.620
Reserva legal					
6.19			188.390	(188.390)	-
6.19			188.390	(188.390)	-
6.19	188.390			(188.390)	(188.390)
6.19				(188.390)	(188.390)
Aplicação de resultados					
6.19			368.653	(368.653)	-
Alterações de política contabilística - impostos					
6.19		104.235	(27.922)		76.313
6.19			(415.766)		(415.766)
6.19			(579.412)		(579.412)
6.19				1.701.113	1.701.113
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>					
Constituição de reservas:					
6.19	17.895.724	769.305	5.123.336	1.701.113	25.489.479
Reserva legal					
6.19			226.737	(226.737)	-
6.19			226.737	(226.737)	-
6.19	226.737			(226.737)	(226.737)
6.19				(226.737)	(226.737)
Aplicação de resultados					
6.19			794.167	(794.167)	-
6.19			(194.400)		(194.400)
6.18		646.442			646.442
6.18			(2.274.802)		(2.274.802)
6.18				(341.819)	(341.819)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>					
	18.122.461	1.415.747	3.901.775	(341.819)	23.098.164

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo  
 Demonstração de rendimento integral  
 dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Unidade: Euro	
	31/dez/14	31/dez/13
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>(341.819)</b>	<b>1.701.113</b>
<b>Items que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados</b>		
<i>Reserva de Justo Valor</i>		
Alterações de Justo Valor, líquidas de imposto	646.442	104.235
<b>Items que não serão reclassificados pela demonstração de resultados</b>		
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões	(194.400)	(415.766)
Remensurações em benefícios pós emprego dos empregados	(2.274.802)	(579.412)
<b>Total de Rendimento Integral do Período</b>	<b>(2.164.579)</b>	<b>810.170</b>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

# Anexo às Demonstrações Financeiras

## 1. Introdução

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo ("CEMAH" ou "Caixa") é uma instituição de crédito, tendo sido constituída em 26 de abril de 1896. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, e do Decreto-Lei nº 136/79, de 18 de maio, que regulamenta a atividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua atividade.

A Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal.

Presentemente, opera através da sede, na cidade de Angra do Heroísmo, e de uma rede de 12 balcões dispersa pelas ilhas da Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, Graciosa e S. Miguel.

A Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo é detentora da totalidade do capital da Caixa.

## 2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CEMAH foram apresentadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a valorimetria e imparidade do crédito a clientes, o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição e a mensuração de ativos tangíveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

#### Novas normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

##### 1. Impacto de adoção de normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2014:

###### Normas

- a) **IAS 32** (alteração) 'Compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração faz parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB, o qual visa clarificar o conceito de "deter atualmente o direito legal de compensação", e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- b) **IAS 36** (alteração) 'Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros'. Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. As divulgações requeridas por esta alteração encontram-se apresentadas nas respetivas notas.
- c) **IAS 39** (alteração) 'Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura'. A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- d) **Alterações à IFRS 10, 12 e IAS 27** - 'Entidades de investimento'. A alteração define uma Entidade de investimento ('Investment entities') e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

- e) **IFRS 10** (nova), 'Demonstrações financeiras consolidadas'. A IFRS 10 substitui todos os procedimentos e orientações contábilísticas relativas a controle e consolidação, incluídas na IAS 27 e na SIC 12, alterando a definição de controle e os critérios aplicados para determinar o controle. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado. Esta nova norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- f) **IFRS 11** (nova), 'Acordos conjuntos'. A IFRS 11 foca-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em detrimento da sua forma legal. Os acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre os ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre os ativos líquidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial). A consolidação proporcional de empreendimentos conjuntos deixa de ser permitida. Esta nova norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- g) **IFRS 12** (nova), 'Divulgação de interesses em outras entidades'. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da Entidade. Esta nova norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- h) **Alterações à IFRS 10, 11 e 12**, 'Regime de transição'. Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contábilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contábilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12. Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- i) **IAS 27** (revisão 2011), 'Demonstrações financeiras separadas'. A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta revisão não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- j) **IAS 28** (revisão 2011), 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos'. A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contábilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. Esta revisão não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

**2. Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014, ou em data posterior, e que a CEMAH decidiu não adotar antecipadamente:**

**2.1. Normas**

- a) **IAS 1** (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicação relativamente à materialidade e agregação, a apresentação de subtotais, a estrutura das demonstrações financeiras e a divulgação das políticas contábilísticas. A CEMAH irá adotar esta alteração no período em que a mesma se tornar obrigatória.

- b) **IAS 16 e IAS 38** (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não é expectável que estas alterações venham a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- c) **IAS 16 e IAS 41** (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para a IAS 16 – Ativos tangíveis, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- d) **IAS 19** (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. A CEMAH irá adotar esta alteração no período em que a mesma se tornar obrigatória.
- e) **IAS 27** (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- f) **Alterações à IFRS 10 e IAS 28**, 'Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua Associada ou Empreendimento conjunto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que na venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua associada ou empreendimento conjunto, o ganho/perda apurado é reconhecido na totalidade quando os ativos transferidos constituem um negócio, e apenas parcialmente (na quota-parte detida por terceiros) quando os ativos transferidos não constituem um negócio. Não é expectável que estas alterações venham a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- g) **Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28**, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- h) **IFRS 11** (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração

ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

- i) Melhorias às normas 2010 - 2012**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. A CEMAH irá adotar estas melhorias nos períodos em que as mesmas se tornarem obrigatória.
- j) Melhorias às normas 2011 - 2013**, (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A CEMAH irá adotar estas melhorias nos períodos em que as mesmas se tornarem efetivas, exceto quanto às melhorias da IFRS 1 por já aplicar as IFRS.
- k) Melhorias às normas 2012 - 2014**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. A CEMAH irá adotar estas melhorias nos períodos em que as mesmas se tornarem obrigatórias.
- l) IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A CEMAH irá adotar esta nova norma no período em que a mesma se tornar obrigatória.
- m) IFRS 14** (nova), 'Desvios tarifários' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Esta nova norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- n) IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". A CEMAH irá adotar esta nova norma no período em que a mesma se tornar obrigatória.

## 2.2. Interpretações

**IFRIC 21** (nova), 'Taxas do governo' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 17 de junho de 2014). A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade

descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. A CEMAH irá adotar esta nova norma no período em que a mesma se tornar obrigatória.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2015.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros.

## **2.2 Comparabilidade da informação**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são comparáveis em todos os aspectos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2013.

## **2.3 Principais políticas contábilísticas**

As políticas contábilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### **2.3.1 Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### **2.3.1.1 Crédito e outros valores a receber**

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e créditos titulados (obrigações emitidas

por empresas ou instituições financeiras) que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Caixa classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

A CEMAH procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

Os créditos a clientes cujos termos tenham sido renegociados sem cumprimento do Aviso nº3/95 do Banco de Portugal, são, por indicação do Banco de Portugal, reclassificados e tratados como vencidos.

#### **2.3.1.1.1 Provisões para crédito e juros vencidos, créditos e cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito**

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de junho, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, a Caixa constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

- **Provisão para crédito e juros vencidos**

Esta provisão, apresentada no ativo como dedução à rubrica Crédito a clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, o montante a provisionar é crescente em função do período decorrido após o respetivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.

- **Provisão para créditos de cobrança duvidosa**

As provisões para créditos de cobrança duvidosa, são apresentadas no ativo como dedução à rubrica Créditos a clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativamente a créditos daquela natureza que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. São considerados nesta situação:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  - i) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
  - ii) Estarem em incumprimento há mais de:
    - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
    - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
    - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos, com início de contagem de vencido na data de contaminação do cliente.

Caso o valor da imparidade para crédito apurado seja superior ao das provisões já constituídas (provisões para crédito de cobrança duvidosa, provisões para crédito e juros vencidos e provisões para riscos gerais de crédito), é também registado como provisão para crédito de cobrança duvidosa o diferencial entre o valor da imparidade apurado e o somatório das provisões para crédito constituídas.

- **Provisão para riscos gerais de crédito**

A provisão para riscos gerais de crédito é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente. Encontra-se registada no passivo na rubrica “Provisões” e é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido:

- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1,5% no caso de se tratar de crédito ao consumo; e
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

### 2.3.1.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

A rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Participações em outras empresas, que não sejam filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Caixa tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) em capitais próprios.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

### **2.3.1.3 Investimentos detidos até à maturidade**

A rubrica Investimentos detidos até à maturidade inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, e relativamente aos quais seja intenção do Conselho de Administração a sua manutenção até à respetiva data de vencimento.

Os ativos classificados como detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado.

Os juros corridos dos mesmos, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda é registada em resultados.

### **2.3.1.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

### 2.3.1.5 Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os Outros passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

### 2.3.2 Outros ativos tangíveis

De acordo com o aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, os outros ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	<u>Número de anos</u>	<u>%</u>
Máquinas e mobiliário	8	12,5
Viaturas	4	25
Equipamento informático	3	33,33
Instalações interiores	10	10
Imóveis	50	2

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

### 2.3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 8 anos (investimentos em software).

### **2.3.4 Aplicações por recuperação de créditos**

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. As mais-valias potenciais em outros ativos não são reconhecidas no balanço.

### **2.3.5. Reconhecimento de juros**

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base numa taxa de juro que reflète as perdas por imparidade.

### **2.3.6 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados.

### **2.3.7 Benefícios a empregados**

#### **Pensões de reforma e outros benefícios**

Em conformidade com as convenções coletivas de trabalho em vigor no sector bancário, a Caixa assumiu até 31 de dezembro de 2010 o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido).

De acordo com os estatutos da Caixa os membros do Conselho de Administração não são abrangidos pelo Plano de benefícios definido.

Na sequência da publicação do Decreto-lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores da CEMAH no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo atual fundo de pensões da CEMAH, passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de parentalidade e velhice.

Mantém-se no entanto como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento referente

ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e o benefício definido no respetivo Plano de benefícios definidos, o qual tem por base as convenções coletivas aplicáveis ao sector bancário.

O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e subsídio de morte na reforma.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método "Projected Unit Credit Cost". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 6.18.

Nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº4/2005 e nº12/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de dezembro de 2005 (no valor de €4.703 milhares) foi reconhecido na rubrica Outros ativos – despesas com custo diferido. O reconhecimento em resultados transitados do impacte ao nível das responsabilidades com pensões seria efetuado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, prazo este alargado para 8 anos, a partir da data de transição, com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, que teria inicialmente a duração de 7 anos e presentemente de 10 anos.

Até 31 de dezembro de 2012, o valor dos ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados eram reconhecidos de acordo com o método do corredor e registados na rubrica Outros ativos ou Outros passivos – Desvios atuariais. Eram enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas atuariais acumulados que não excedessem 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excediam o corredor eram amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano.

Após 1 de janeiro de 2013, e decorrente da aplicação do IAS 19R, estas diferenças atuariais, agora denominadas remensurações, passaram a ser imediatamente reconhecidas como Outro rendimento Integral (ver Nota 2.2).

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente reconhecido como custo nos resultados do exercício.

Com referência a 31 de dezembro de 2006, a CEMAH constituiu um fundo de pensões para assegurar a cobertura das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego. A 31 de dezembro de 2007 a cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a SAMS e subsídio de morte, passou também a ser assegurada pelo fundo de pensões. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data do balanço.

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos.

Para além dos custos decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada, anualmente a Caixa reconhece como custos com pessoal na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros, o qual corresponde ao montante dos juros sobre a responsabilidade líquida dos ativos do fundo.

As contribuições para o fundo são efetuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo, de 95%, exceto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas, que de acordo com o aviso nº4/2005 irão ser financiadas à medida que as responsabilidades forem sendo amortizadas.

### **Prémios de antiguidade**

No âmbito do acordo de adesão celebrado com as estruturas sindicais do sector bancário, a CEMAH assumiu o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completam 15, 25 e 30 anos de serviço, correspondente a uma, duas e três vezes, respetivamente do salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios.

O valor atual dos benefícios com prémios de antiguidade, é determinado anualmente por uma entidade independente, com base no método "Projected Unit Credit Cost". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são idênticos aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, os quais são apresentados na Nota 6.18.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a CEMAH reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de remensurações, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

### **2.3.8 Provisões**

Esta rubrica inclui, para além da Provisão para riscos gerais de crédito (ver alínea 2.3.1.1.1) outras provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da atividade da CEMAH.

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

### **2.3.9 Imposto sobre lucros**

Até 31 de dezembro de 2011, a CEMAH encontrava-se isenta de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

Porém, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2012, que alterou o artigo 10.º do Código do IRC, a partir de 1 de janeiro de 2012 a CEMAH passou a estar sujeita ao regime geral estabelecido no Código do IRC.

Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias, entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos poderão dar origem ao reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais

próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor em Portugal. Para 2014, a taxa geral de IRC em vigor é de 23%, enquanto a taxa de derrama municipal poderá ir até 1,5%.

Adicionalmente, a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro veio alterar os escalões da derrama estadual para o exercício de 2014, passando a vigorar as seguintes taxas: (i) 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares, (ii) 5% sobre os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares e até €35.000 milhares e (iii) 7% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000 milhares (2013: 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares e (ii) 5% sobre os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares).

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre as bases contabilísticas dos ativos e passivos e as suas bases fiscais, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Neste sentido, a 31 de dezembro de 2014, o apuramento de imposto diferidos foi efetuado a uma taxa de 21% (2013: 23%).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A CEMAH procede, sempre que se verifiquem as condições estabelecidas no parágrafo 74 da IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos.

### **2.3.10 Capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

### **2.3.11 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada do fundo de pensões e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.

### **Imparidade do crédito**

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efetuadas.

### **Imparidade da carteira de títulos**

A Caixa determina que existe imparidade na sua carteira de títulos quando existe uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores de imparidade relevantes. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros fatores na volatilidade normal dos preços dos títulos e as atuais condições de mercado. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

### **Imparidade das aplicações por recuperação de créditos**

O valor da imparidade dos ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos ativos. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efetuadas.

## **3. Gestão do risco financeiro**

A atividade da CEMAH encontra-se sujeita a um conjunto de riscos financeiros, sendo os mais relevantes os riscos de crédito e taxa de juro. A política de gestão de riscos da Caixa visa garantir a todo o momento, uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste contexto, o controlo e acompanhamento dos principais riscos a que a Caixa se encontra exposta assume particular importância.

### **i) Risco de crédito**

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, por incapacidade do mutuário em cumprir com as obrigações assumidas nos contratos de crédito.

A CEMAH está exposta a risco de crédito essencialmente derivado do crédito concedido a clientes, das aplicações em instituições de crédito e carteira de títulos, que representam cerca de 80% do ativo.

O detalhe da estrutura interna no que concerne à política de gestão do risco de crédito e às funções das áreas de intervenção encontram-se na nota 6.5, com destaque para os critérios adotados no âmbito do cálculo da imparidade da carteira de crédito.

#### Exposição ao risco de crédito

Resumimos de seguida a exposição máxima a risco de crédito em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

	<u>2014-12-31</u>	<u>2013-12-31</u>
Disponibilidades em Bancos Centrais	32.005	21.725
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	8.520	3.701
Aplicações em instituições de crédito	44.807	45.510
Ativos financeiros disponíveis para venda	36.532	11.616
Crédito a clientes	199.016	195.347
Investimentos detidos até à maturidade	-	20.134
Outros ativos	1.736	1.067
Exposição risco de crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias prestadas	11.766	10.739
Linhas de crédito irrevogáveis	21.910	16.285

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito. Para os ativos no balanço, a exposição acima é a quantia escriturada no Balanço.

A exposição ao risco de crédito da Caixa está concentrada geograficamente apenas na região autónoma dos Açores.

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito. Para os ativos no balanço, a exposição acima é a quantia escriturada no Balanço.

A exposição ao risco de crédito da Caixa está concentrada geograficamente apenas na região autónoma dos Açores.

#### *Qualidade da carteira de crédito*

A segmentação da carteira de crédito determinada de acordo com a qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Prime	20,77%	21,79%
Standard monitoring	60,31%	71,80%
Special monitoring	5,09%	1,86%
Sub standard	13,83%	4,55%

Atendendo ao tipo de Clientes em questão, particulares e pequenas empresas, não estão disponíveis classificações de rating externas. As categorias apresentadas resultam da combinação de dois fatores: i) registo de incumprimento e ii) nível de cobertura dos empréstimos por garantias hipotecárias.

A qualidade do risco de crédito das Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, ativos financeiros disponíveis para venda, e investimentos detidos até à maturidade, é apresentada como segue:

Rating (*)	Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	Ativos financeiros disponíveis para venda	Créditos e Outros valores a Receber	Investimentos detidos até à maturidade	Total
<b>31/12/2014</b>					
AA- a AA+	-	1.320	-	-	1.320
A- a A+	48	1.770	-	-	1.818
Menor que A-	27.230	22.622	-	-	49.852
Sem rating	26.049	10.821	-	-	36.870
<b>Total</b>	<b>53.327</b>	<b>36.533</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>89.860</b>
<b>31/12/2013</b>					
AA- a AA+	-	-	-	-	-
A- a A+	389	5.842	-	-	6.231
Menor que A-	21.448	4.564	-	17.287	43.299
Sem rating	27.374	1.211	-	2.846	31.431
<b>Total</b>	<b>49.211</b>	<b>11.617</b>	<b>-</b>	<b>20.133</b>	<b>80.961</b>

(\*)

Rating de acordo com a *Standard & Poors (S&P)*

## ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfazamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

O risco de taxa de juro na Caixa advém dos fatores acima identificados associados essencialmente às aplicações em instituições financeiras, carteira de crédito e fítulos (cerca de 78% do ativo) versus passivos sujeitos a taxa de juro (depósitos de clientes).

A Administração da CEMAH, apoiada pelos diferentes departamentos, decide a sua política de taxa de juro de uma forma bastante restritiva e cautelosa, assegurando sempre uma taxa de intermediação que suporte confortavelmente as oscilações das taxas de juro registadas no mercado.

As operações ativas estão indexadas a indicadores internos definidos pelo Conselho de Administração e a indicadores externos com spread's que sustentam a rentabilidade da Instituição face a variações no mercado.

As operações passivas estão indexadas a taxas de referência internas e são majoradas consoante o seu valor e prazo.

Periodicamente é analisada a liquidez da Instituição, evolução das maturidades médias dos ativos e passivos, taxas fixas versus taxas variáveis (e respetivos indexantes). Em função desta avaliação são traçados os objetivos e orientações que são divulgados a toda a instituição.

O quadro seguinte resume a exposição da Caixa ao risco de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Estão incluídos no quadro os ativos e passivos da Caixa, ao valor de balanço, categorizados pela data mais recente entre a data de refixação de taxa de juro e a de maturidade.

<b>31 de dezembro de 2014</b>	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	-	-	38.902	38.902
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	8.520	8.520
Aplicações em instituições de crédito	25.067	18.240	1.500	-	-	-	44.807
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	52	2.501	10.048	21.804	2.129	36.533
Crédito a clientes	94.055	71.517	12.571	7.238	5.581	8.055	199.016
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	1.736	1.736
<b>Total de ativos</b>	<b>119.122</b>	<b>89.809</b>	<b>16.572</b>	<b>17.286</b>	<b>27.385</b>	<b>59.341</b>	<b>329.514</b>
<b>Passivos</b>							
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	90	90
Depósitos de clientes	84.355	48.719	171.149	6.527	-	217	310.968
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	1.304	1.304
<b>Total de passivos</b>	<b>84.355</b>	<b>48.719</b>	<b>171.149</b>	<b>6.527</b>	<b>-</b>	<b>1.611</b>	<b>312.361</b>
<b>Gap</b>	<b>34.767</b>	<b>41.090</b>	<b>(154.577)</b>	<b>10.759</b>	<b>27.385</b>		
<b>31 de dezembro de 2013</b>							
Total de Ativos	115.841	96.561	12.257	14.197	29.931	30.315	299.102
Total de Passivos	84.601	49.770	143.298	5.729	0	2.056	285.455
<b>Gap</b>	<b>31.240</b>	<b>46.791</b>	<b>(131.042)</b>	<b>8.467</b>	<b>29.931</b>		

### Medição do risco

Ao nível da gestão e monitorização do risco de taxa de juro a Caixa procede ao cálculo dos *gaps* de *repricing*, de duração e de convexidade, os quais permitem as seguintes análises:

- Os valores nominais de ativos e passivos são afetos a diferentes intervalos temporais em função da sua maturidade, se instrumento de taxa fixa, ou da data de refixação da taxa, caso se trate de um instrumento de taxa variável, representando a diferença em cada intervalo entre ativos e passivos o *gap* de *repricing*; Este permite avaliar o impacto de uma variação paralela na curva da taxa de juro sobre a margem financeira da Instituição;
- A utilização de *gaps* de duração permite visualizar os desfasamentos existentes entre a duração de ativos e passivos, refletindo as implicações que movimentos paralelos na curva da taxa de juro terão para a valorização da carteira bancária; Quando considerada a convexidade o impacto em causa torna-se mais fiável para variações significativas da curva.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 2% nas taxas de juro de mercado a 31 de dezembro de 2014 tendo em consideração todos os instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €120 milhares e €-2.650 milhares (2013: €7.292 milhares e €-2.901 milhares). O impacto no valor económico da carteira de tal variação nas taxas de juro seria, em tal data, cerca de €2.081 milhares (2013: €2.081 milhares).

### iii) Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A carteira de títulos é gerida na sua quase totalidade por entidades gestoras externas à instituição, embora exista uma pequena quantidade de títulos geridos pela própria CEMAH e que se encontram custodiados em instituições externas. Para o efeito, foram estabelecidos

contratos de gestão discricionária com as referidas entidades, onde se define um benchmark de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base nas cotações obtidas por consulta da Bloomberg.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a Instituição efetua os seguintes controlos:

- são feitos contactos permanentes com as entidades gestoras, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pelas entidades gestoras, sendo efetuado a respetiva análise; e
- são realizadas reuniões trimestrais com as entidades gestoras e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa ótica conservadora.

A exposição ao risco de preço a 31 de dezembro de 2014 e 2013 era como se segue:

	Exposição máxima	
	2014	2013
Ações e Fundos	918	91
Obrigações	0	0

Com base no montante registado em balanço a 31 de dezembro de 2014 e considerando a cotação dos Fundos em carteira, uma potencial variação de 10% na cotação dos mesmos resultaria num aumento ou diminuição dos capitais próprios de €92 milhares (2013: €9 milhares).

#### iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade da entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, ou não conseguir assegurá-las em condições razoáveis.

Com referência a 31 de dezembro de 2014, 56% (2013: 60%) dos ativos da Caixa dizem respeito à carteira de crédito e 13% (2013: 14%) diz respeito a aplicações em instituições de crédito, sendo ambos integralmente financiados com depósitos de clientes. A CEMAH considera a sua base de depósitos sólida, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes.

A tesouraria da instituição é acompanhada numa base diária pelo Departamento Financeiro e pela Direção Geral. Para o efeito são elaborados mapas diários de controlo, onde são expressos os saldos existentes, e com base nos quais são tomadas as decisões em termos de aplicações a realizar, de forma a assegurar que são cumpridas as necessidades de liquidez.

Estruturalmente, a CEMAH é excedentária em liquidez, pelo que são feitas aplicações no Mercado Monetário Interbancário (MMI), e aplicações a prazos mais alargados. Ambos os tipos de aplicações são objeto de controlo por parte do Departamento Financeiro e da Direção Geral, sendo também periodicamente submetido ao Conselho de Administração um mapa com o controlo da liquidez aplicada e respetiva remuneração.

A atividade corrente da clientela é fruto de análise, no sentido de se antecipar alguma situação suscetível de vir a criar problemas de tesouraria. Para o efeito são monitorados

igualmente os ativos de médio prazo não compensados por passivos, o grau e tipo de compromissos não ativados, o uso de facilidades de *overdraft* e o impacto de passivos contingentes como compromissos de crédito e garantias. Adicionalmente, é efetuada a monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos internos e os requisitos externos impostos pelo Banco de Portugal.

A análise dos passivos financeiros por prazos de maturidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>31 de dezembro de 2014</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	90	-	-	-	90
Recursos de clientes	135.449	177.552	124	-	313.125
<b>31 de dezembro de 2013</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	21	-	-	-	21
Recursos de clientes	132.969	151.744	719	1	285.433

A tabela abaixo representa os fluxos de caixa das exposições fora de balanço, a pagar pela Caixa de acordo com a sua maturidade residual contratual às datas de balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

31 de dezembro de 2014

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	960	2.792	14.948	3.210	-	21.910
Linhas de crédito revogáveis	239	152	753	-	-	1.145
<b>Total</b>	<b>1.200</b>	<b>2.944</b>	<b>15.702</b>	<b>3.210</b>	<b>-</b>	<b>23.058</b>

31 de dezembro de 2013

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	899	3.183	12.203	-	-	16.285
Linhas de crédito revogáveis	357	160	899	-	1	1.418
<b>Total</b>	<b>1.256</b>	<b>3.343</b>	<b>13.102</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>17.705</b>

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros mais significativos é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>31 de dezembro de 2014</b>						
Recursos de clientes	132.243	176.167	124	-	2.158	310.691
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	600	688	-	-	17	1.304
<b>31 de dezembro de 2013</b>						
Recursos de clientes	133.555	142.128	5.728	-	1.869	283.279
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	1.956	662	-	-	17	2.635

## Gestão do capital

Os objetivos da Caixa em relação à gestão de capital são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelo Supervisor;

- Salvar a capacidade da Caixa de continuar como a sua atividade e assim proporcionar retorno para o acionista; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A adequação do capital é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das diretivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal mensalmente.

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Caixa para os exercícios de 2014 e 2013.

<b>Fundos Próprios</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Base</b>		
Capital realizado e prémios de emissão	18.122	17.896
Reservas e resultados retidos	4.129	7.394
Ativos intangíveis	(834)	(860)
Outros ajustamentos regulamentares	(946)	(2.594)
<b>Common Equity Tier 1</b>	<b>20.471</b>	<b>21.835</b>
Additional Tier 1	-	-
Tier 2	-	-
<b>Fundos próprios totais</b>	<b>20.471</b>	<b>21.835</b>
<b>Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>184.453</b>	<b>180.076</b>
Rácio de Solvabilidade	11,1%	12,1%

#### 4. Ativos e passivos financeiros classificados de acordo com as categorias da IAS 39

	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Outros passivos Financeiros	Ativos/ Passivos Não Financeiros	Total
<b>2014</b>						
<b>Ativos</b>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	38.902	-	-	-	-	38.902
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.520	-	-	-	-	8.520
Aplicações em instituições de crédito	44.807	-	-	-	-	44.807
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	36.533	-	-	-	36.533
Crédito a clientes	199.016	-	-	-	-	199.016
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	1.758	-	-	-	29.634	31.393
<b>Total Ativos</b>	<b>293.004</b>	<b>36.533</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.634</b>	<b>359.170</b>
<b>Passivos</b>						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	90	-	90
Depósitos de clientes	-	-	-	313.125	-	313.125
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	7.653	7.653
<b>Total Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>313.215</b>	<b>7.653</b>	<b>320.868</b>
<b>2013</b>						
<b>Ativos</b>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	27.528	-	-	-	-	27.528
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.701	-	-	-	-	3.701
Aplicações em instituições de crédito	45.510	-	-	-	-	45.510
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	11.616	-	-	-	11.616
Crédito a clientes	195.347	-	-	-	-	195.347
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	20.134	-	-	20.134
Outros ativos	1.067	-	-	-	24.391	25.458
<b>Total Ativos</b>	<b>273.154</b>	<b>11.616</b>	<b>20.134</b>	<b>-</b>	<b>24.391</b>	<b>329.294</b>
<b>Passivos</b>						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	21	-	21
Depósitos de clientes	-	-	-	285.433	-	285.433
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	7.130	7.130
<b>Total Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>285.455</b>	<b>7.130</b>	<b>292.585</b>

#### 5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os valores contábilísticos dos ativos e passivos financeiros comparam com o respetivo justo valor conforme segue:

<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Valor contábilístico</b>	<b>Justo valor</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	38.902	38.902
Disponibilidades em outras IC's	8.520	8.520
Aplicações em instituições de crédito	44.807	44.807
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	36.533	36.533
Crédito a clientes	193.235	193.235
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
<b>Total ativos financeiros ao justo valor</b>	<b>321.997</b>	<b>321.997</b>
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	90	90
Depósitos de clientes	313.125	313.125
<b>Total passivos financeiros ao justo valor</b>	<b>313.215</b>	<b>285.454</b>

<b><u>31 de dezembro de 2013</u></b>	<b><u>Valor contabilístico</u></b>	<b><u>Justo valor</u></b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	27.528	27.528
Disponibilidades em outras IC's	3.701	3.701
Aplicações em instituições de crédito	45.510	45.510
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	11.616	11.616
Crédito a clientes	192.282	192.282
Investimentos detidos até à maturidade	20.134	20.134
<b>Total ativos financeiros ao justo valor</b>	<b>300.771</b>	<b>300.771</b>
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	21	21
Depósitos de clientes	285.433	285.433
<b>Total passivos financeiros ao justo valor</b>	<b>285.454</b>	<b>285.454</b>

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros mais significativos são analisados como segue:

#### **Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades a Aplicações em instituições de crédito**

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os Ativos financeiros disponíveis para venda são constituídos por instrumentos de dívida e instrumentos de capital estando contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de técnicas de desconto de cash-flows.

No caso de ações não cotadas, sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico.

O quadro seguinte analisa os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, pelo método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços), quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Caixa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014:

<b>31 de dezembro 2014</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	35.322	-	1.211	36.533
Títulos de dívida	34.404	-	-	34.404
Títulos de capital	918	-	1.211	2.129
<b>Total ativos</b>	<b>35.322</b>	<b>-</b>	<b>1.211</b>	<b>36.533</b>
<b>Passivos</b>	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
<b>Total passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>31 de dezembro 2013</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10.405	-	1.211	11.616
Títulos de dívida	10.314	-	-	10.314
Títulos de capital	91	-	1.211	1.302
<b>Total ativos</b>	<b>10.405</b>	<b>-</b>	<b>1.211</b>	<b>11.616</b>
<b>Passivos</b>	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
<b>Total passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### Crédito a clientes

O Crédito a clientes é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que o seu justo valor é próximo do valor contabilístico.

### Investimentos detidos até à maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade são constituídos por instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. Tendo em consideração as taxas de juro intrínsecas, considera-se que o seu valor não difere significativamente do seu justo valor.

## Recursos de outras instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

## Depósitos de clientes

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

## 6. Notas

### 6.1 Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa	6.897	5.803
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	<u>32.005</u>	<u>21.725</u>
	<u>38.902</u>	<u>27.528</u>

A rubrica Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do sistema de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à média das taxas marginais das operações principais de refinanciamento do SEBC apuradas durante o período de manutenção considerado. Em 2014, estas taxas variaram entre -0,085% e 0,688% (2013: 0,056% e 0,446%).

### 6.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no país</b>		
Depósitos à ordem	5.993	2.037
Cheques a cobrar	<u>2.488</u>	<u>1.612</u>
	<u>8.481</u>	<u>3.649</u>
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Cheques a cobrar	39	52
	<u>8.520</u>	<u>3.701</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência das demonstrações.

### 6.3 Aplicações em outras instituições de crédito

Quanto à sua natureza, as aplicações em outras instituições de crédito analisam-se como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Outras aplicações	44.700	45.339
Juros a receber	107	171
	<u>44.807</u>	<u>45.510</u>

No que respeita à sua duração residual, as aplicações em instituições de crédito decompõem-se como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Até três meses	43.307	43.699
De três meses a 12 meses	1.500	1.811
	<u>44.807</u>	<u>45.510</u>

#### 6.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa fixa	7.947	4.473
Obrigações de emissores públicos estrangeiros - taxa fixa	6.350	-
Obrigações de emissores residentes		
Dívida não subordinada	11.081	-
Obrigações de emissores não residentes		
Dívida não subordinada	9.026	5.841
	<u>34.404</u>	<u>10.314</u>
<b>Instrumentos de capital</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
Títulos de emissores estrangeiros	918	91
<b>Títulos não cotados</b>		
De emissores nacionais		
Ações	1.211	1.211
	<u>2.129</u>	<u>1.302</u>
	<u>36.533</u>	<u>11.616</u>

Em 31 de dezembro de 2014 2013 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Nominal</b>	<b>Val.Balanco Justo Valor</b>	<b>Valor Aquisição</b>	<b>Valias</b>
<b>Emitidos por residentes</b>					
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa	682.250.000	6.823	7.947	7.033	606
De Outros residentes					
Outros					
Dívida não subordinada	1.007.714	10.254	11.081	11.037	44
Instrumentos de capital					
Ações	129.634	-	1.211	1.211	-
		<b>17.077</b>	<b>20.239</b>	<b>19.281</b>	<b>650</b>
<b>Emitidos por não residentes</b>					
Instrumentos de dívida					
De emissores públicos estrangeiros	5.750	5.750	6.350	6.295	55
De outros não residentes					
Outros					
Dívida não subordinada	7.149	8.336	9.027	8.958	68
Outros	42.158	-	918	916	2
		<b>14.086</b>	<b>16.295</b>	<b>16.170</b>	<b>125</b>
		<b>31.163</b>	<b>36.533</b>	<b>35.450</b>	<b>775</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>					
	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Nominal</b>	<b>Val.Balanco Justo Valor</b>	<b>Valor Aquisição</b>	<b>Valias</b>
<b>Emitidos por residentes</b>					
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa	482.250.000	4.823	4.473	4.517	(263)
De Outros residentes					
Outros					
Dívida não subordinada					
Obrigações		-	-	-	-
Instrumentos de capital					
Ações	97.560	-	1.302	1.527	(223)
		<b>4.823</b>	<b>5.774</b>	<b>6.044</b>	<b>(486)</b>
<b>Emitidos por não residentes</b>					
Instrumentos de dívida					
De outros não residentes					
Outros	5.000	5.000	5.842	5.037	746
		<b>5.000</b>	<b>5.842</b>	<b>5.037</b>	<b>746</b>
		<b>9.823</b>	<b>11.617</b>	<b>11.082</b>	<b>260</b>

A rubrica dos ativos financeiros disponíveis para venda, que a 31 de dezembro de 2014 apresentava um saldo de €36.533 milhares, apresenta um aumento significativo face ao valor de 31 de dezembro de 2013. Parte deste acréscimo deve-se à reclassificação efetuada em maio de 2014 para ativos financeiros disponíveis para venda dos investimentos detidos até à maturidade em carteira, após a alienação de dívida pública portuguesa, que permitiu a realização de €938 milhares de mais-valias. Em termos líquidos, e como forma de rentabilizar o excedente de liquidez disponível, a Instituição canalizou para este tipo de investimentos cerca de €4.700 milhares em 2014.

Parte das Obrigações de Dívida Pública Portuguesa em carteira encontra-se dada como garantia a favor do Fundo de Garantia de Depósitos (€1.884 milhares a 31 de dezembro de 2014) e Banco de Portugal (€3.531 milhares a 31 de dezembro de 2014), para garantia das obrigações assumidas pela Caixa.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados (SIBS) cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade e como tal estão reconhecidos

ao custo. Dada a natureza deste investimento (acesso à rede SIBS), a Caixa não pretende alienar esta participação.

Em agosto de 2014, a CEMAH desreconheceu, por contrapartida do registo de imparidade, do seu balanço o montante das ações do BES em carteira (€335 milhares).

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda não apresentava imparidade.

## 6.5 Crédito a clientes

A rubrica de Crédito a clientes decompõe-se como segue:

<b>Crédito a Clientes</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Créditos não representados por valores mobiliários</b>		
<b>Crédito Interno</b>		
<b>Empresas e Administrações Públicas</b>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	7.337	15.380
Empréstimos	92.122	87.730
Créditos em conta corrente	1.146	1.087
Descobertos em depósitos à ordem	18.692	20.819
	<u>119.297</u>	<u>125.016</u>
<b>Particulares</b>		
Habitação	18.898	19.028
Consumo	9.657	10.650
<i>Outras finalidades</i>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	6.196	1.758
Empréstimos	29.513	30.620
Crédito em conta corrente	156	108
Outros créditos	4.677	4.601
	<u>69.097</u>	<u>66.765</u>
<b>Créditos representados por valores mobiliários</b>		
<b>Emitidos por residentes</b>		
<b>Títulos de dívida</b>		
<b>Títulos de dívida</b>		
Dívida não subordinada	2.000	0
	<u>2.000</u>	<u>0</u>
	<u>190.394</u>	<u>191.781</u>
<b>Juros e comissões a receber</b>	701	820
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 90 dias	315	173
Mais de 90 dias	7.606	2.573
	<u>7.921</u>	<u>2.746</u>
<b>Total Bruto</b>	<u>199.016</u>	<u>195.347</u>
<b>Menos:</b>		
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	3.588	1.273
Provisão para crédito e juros vencidos	2.193	1.792
	<u>5.781</u>	<u>3.066</u>
<b>Total Líquido</b>	<u>193.235</u>	<u>192.282</u>

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2014 é apresentado na Nota 6.12.

De salientar que, para além das provisões para créditos de cobrança duvidosa e crédito vencido, a Caixa tem outras provisões, apresentadas no passivo, (ver Nota 6.12) no montante de €2.116 milhares (2013: €2.142 milhares) que também se destinam a cobrir riscos de crédito (Provisões para riscos gerais de crédito).

A rubrica de crédito interno inclui €1.732 milhares de descobertos em depósitos à ordem, e €0 milhares em crédito a prestações, da Santa Casa de Misericórdia de Angra do Heroísmo que, em 31 de dezembro de 2014, vencem juros a taxas correntes de mercado (2013: €1.728 milhares de descobertos em depósitos à ordem e €22 milhares em crédito a prestações).

O escalonamento dos créditos sobre clientes, em função da sua duração residual, é o seguinte:

<u>Prazos</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Até três meses	17.012	23.658
De três meses a um ano	25.049	18.847
De um a cinco anos	54.755	56.389
Mais de cinco anos	63.707	63.679
Duração indeterminada (*)	29.871	29.208
	<u>190.394</u>	<u>191.781</u>

(\*) Descobertos em Depósitos à ordem

A exposição a risco de crédito para contratos com valores vencidos mas sem imparidade, segmentada por antiguidade de incumprimento, é a seguinte:

	<u>Exposição Máxima</u>	<u>Provisões para crédito</u>
<b>31 de dezembro de 2014</b>		
Inferior a 3 meses	5.999	33
3 a 6 meses	418	35
6 a 12 meses	-	-
Superior a 12 meses	75	75
<b>Total</b>	<u>6.492</u>	<u>142</u>
<b>31 de dezembro de 2013</b>		
Inferior a 3 meses	3.064	3
3 a 6 meses	1.438	34
6 a 12 meses	3.812	326
Superior a 12 meses	3.804	2.455
<b>Total</b>	<u>12.118</u>	<u>2.818</u>

A exposição a risco de crédito para contratos com valores vencidos mas sem imparidade, segmentada por antiguidade de incumprimento, desagregada por tipo de produto, apresenta-se conforme se segue:

<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Descobertos</b>	<b>Letras e Livranças</b>	<b>Crédito a Prestações</b>	<b>Total</b>
Inferior a 3 meses	-	1.018	4.982	5.999
3 a 6 meses	347	-	71	418
6 a 12 meses	-	-	-	-
Superior a 12 meses	-	-	75	75
<b>Total</b>	<b>347</b>	<b>1.019</b>	<b>5.126</b>	<b>6.492</b>
JV Colaterais	-	-	513	513
Diferença	347	1.019	4.613	5.978

<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>Descobertos</b>	<b>Letras e Livranças</b>	<b>Crédito a Prestações</b>	<b>Total</b>
Inferior a 3 meses	373	18	2.673	3.064
3 a 6 meses	32	2	1.403	1.437
6 a 12 meses	488	-	3.324	3.812
Superior a 12 meses	488	211	3.105	3.804
<b>Total</b>	<b>1.381</b>	<b>232</b>	<b>10.505</b>	<b>12.116</b>
JV Colaterais	-	535	14.827	15.362
Diferença	1.381	-303	-4.322	-3.244

No que se refere aos créditos mais significativos com imparidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estes decompõem-se da seguinte forma:

<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Particulares</b>			<b>Empresas</b>			<b>Total</b>
	<b>Descoberto</b>	<b>Letras e Livranças</b>	<b>Crédito a Prestações</b>	<b>Descoberto</b>	<b>Letras e Livranças</b>	<b>Crédito a Prestações</b>	
<b>Exposição Total</b>	7		4.751	15.509	12.367	83.364	115.998
<b>Imparidade</b>	-		929	798	558	3.487	5.773
<b>Justo valor dos Colaterais</b>	-		4.900	7.930	1.087	55.450	69.367

31 de dezembro de 2013	Particulares			Empresas			Total
	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	
<b>Exposição Total</b>	4	6	2.029	1.677	6.397	12.918	23.031
<b>Imparidade</b>	3	0	648	702	179	1.131	2.663
<b>Justo valor dos Colaterais</b>	-	-	2.276	1.193	552	13.561	17.582

Salienta-se que o justo valor dos colaterais inclui as garantias reais (garantias hipotecárias), avaliadas por entidades credenciadas e independentes.

Conforme referido na nota 3, o risco de crédito é o mais relevante no que respeita à política de gestão do risco. Seguem abaixo as divulgações qualitativas no quadro da Carta-Circular n.º 2/2014 do Banco de Portugal.

#### a) Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração)

##### Estrutura interna

O Conselho de Administração procede, anualmente, à revisão da estratégia e das principais políticas de crédito e princípios orientadores da concessão de crédito, tendo em conta os resultados alcançados e os objetivos estabelecidos.

Em matéria de risco de crédito, a fixação de objetivos centra-se na indicação do mercado alvo e na desagregação da carteira de acordo com critérios como a finalidade, o setor de atividade, as garantias prestadas, maturidade e qualidade do crédito concedido.

O sistema de gestão do risco de crédito apresenta uma adequada segregação de funções, nomeadamente no que respeita a análise, aprovação e acompanhamento do risco e pretende contribuir para a identificação e correção de eventuais desvios face aos objetivos e orientações estabelecidos.

No que respeita às responsabilidades específicas ao nível da gestão de risco de crédito, estas são:

##### *Conselho de Administração e Direção Geral:*

O Conselho de Administração e a Direção Geral são responsáveis pela aprovação das políticas e procedimentos (incluindo níveis de tolerância) relacionados com o risco de crédito e acompanhamento da carteira de crédito, por forma a agir em caso de situações de maior grau de risco. De salientar que o Conselho de Administração é ainda responsável pela aprovação de todos os créditos.

##### *Direção Comercial e Recursos e Aplicações:*

A Direção Comercial é genericamente responsável pela revisão das propostas de crédito e emissão de um parecer, remetendo a informação sobre os processos para aprovação do Conselho de Administração. Acompanha a carteira de crédito, com particular destaque para as situações de crédito reestruturado e procede a análises regulares da carteira de crédito vencido, reportando as situações mais críticas à Direção Geral e Conselho de Administração.

Ao nível da Rede de Balcões (com o apoio dos Recursos e Aplicações), as principais funções no que respeita à gestão de risco de crédito são:

- Recolher informação do cliente no âmbito do processo de aceitação de crédito e análise do *scoring*;
- Proceder a uma análise de risco preliminar, emitindo parecer sobre o risco da operação, tendo em consideração a situação patrimonial e financeira do cliente e garantias prestadas;
- Acompanhar a carteira de clientes;
- Analisar a carteira do ponto de vista comercial (pontos críticos e oportunidades).

*Gabinete de Gestão do Risco:*

As principais funções em matéria de gestão de risco são as seguintes:

- Preparar e calibrar cenários de tolerância ao risco;
- Definir/atualizar perfil de risco e/ou níveis de tolerância ao risco;
- Comunicar diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração em matéria de risco de crédito;
- Elaborar os testes de esforço sobre a carteira de crédito;
- Emitir parecer sobre as propostas de crédito;
- Monitorar a exposição ao risco de crédito/concentração alertando os responsáveis pela recuperação para o valor de crédito em risco.

*Recuperação de crédito:*

A avaliação dos clientes conjuga aspetos de natureza quantitativa e qualitativa e indicadores de comportamento, resultando assim da apreciação dos dados contabilísticos, historial de cumprimento dos clientes e garantias, entre outros aspetos. Nessa mesma avaliação das operações tem particular incidência na ponderação do grau de risco associado, a identificação clara da finalidade dos financiamentos, capacidade de reembolso e contra garantias obtidas. A este nível, é de destacar o papel da Unidade dos Assuntos Jurídicos no apoio à Direção Comercial.

#### Controlo e políticas de mitigação

Aos responsáveis pela gestão de crédito cabe o controlo preventivo do risco e a deteção precoce de sinais de deterioração da qualidade dos devedores. Para tal, estão implementados os seguintes procedimentos e produção de informação:

- Produção de listagens de limites de crédito a renovar no mês seguinte, sendo estas enviadas para os balcões;
- Acompanhamento do risco de crédito, por cliente e balcão, tendo como base o crédito vivo existente (incluindo os descobertos em conta corrente) e as listagens de limites de crédito;
- Análise mensal das posições de grupos económicos (semanal no caso da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo), o qual fornece o peso de cada um no total do crédito, bem como nos requisitos de fundos próprios da CEMAH, sendo conferido o cumprimento dos limites;
- Análise regular da exposição do risco de crédito, com base nas carteiras de crédito, aplicações e investimentos, produzindo alguns cenários que suportarão a gestão do capital e o reporte prudencial;
- Acompanhamento do crédito vencido: diariamente são acompanhadas as prestações em dívida, apurando as respetivas razões para estas situações e semanalmente são analisados os créditos com prestações vencidas, por tipo de crédito, antiguidade, contra garantias, perspectivas de regularização e nível de provisionamento;

- Análise das situações mais críticas ao nível da carteira de crédito de acordo com indicação dos balcões, para reporte à Direção Geral e Conselho de Administração;
- Análise da exposição dos grupos económicos e de crédito vencido pelo Conselho de Administração, com enfoque nas situações mais críticas, sendo definidas ações a tomar.

#### *Processo de recuperação*

- Tendo por base um conjunto de indicadores de alerta (ex. créditos com 3 prestações vencidas) é estabelecido um contacto com o cliente, negociando-se as possibilidades de regularização dos pagamentos em atraso;
- Caso exista uma proposta de reestruturação, são solicitados novos elementos;
- Caso não exista sucesso na negociação por parte da Direção Comercial, os processos são encaminhados para o Conselho de Administração e Direção Geral para definição de medidas de prossecução/resolução (ex. envio para contencioso).
- Aquando da passagem para contencioso, o responsável pelo balcão onde o crédito está domiciliado tem 5 dias para preparar o processo.

#### *Políticas de mitigação*

A Caixa tem definido um conjunto de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias aquando da concessão de crédito. A Caixa implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colaterais. Os principais tipos de colaterais para créditos e valores a receber são:

- Hipotecas sobre imóveis;
- Penhores de aplicações efetuadas na Caixa;
- Penhor de ativos como instalações, inventários e contas a receber.

Financiamentos de longo prazo a entidades empresariais e individuais, são geralmente garantidos; créditos individuais de baixo valor e recorrentes geralmente não têm garantia. Adicionalmente, com o intuito de minimizar a perda, no momento em que existam indicadores de imparidade para os créditos e valores a receber, a Caixa procura colaterais adicionais das contrapartes relevantes. Na alínea f) encontra-se a política de gestão dos colaterais.

#### *Compromissos de concessão de crédito*

O principal objetivo deste tipo de instrumentos é assegurar que os fundos são disponibilizados a um cliente à medida que este os requisite. Compromissos de extensão de crédito representam partes não utilizadas de autorizações para estender o crédito na forma de empréstimos, garantias ou letras de crédito. Relativamente ao risco de crédito associado a este produto, a Caixa está potencialmente exposta a uma perda num montante igual ao total dos seus compromissos não utilizados. Neste âmbito, a Caixa monitoriza com especial atenção os compromissos de crédito revogáveis, uma vez que apenas sobre estes tem poder de ação atempada.

#### Medição do risco

A Caixa não utiliza modelos internos para medição e cálculo dos requisitos de capital para o risco de crédito. Os requisitos de capital são calculados de acordo com o método padrão, sendo efetuadas adicionalmente análises de sensibilidade e cenário específicas.

#### Política de gestão do risco de concentração

Em relação ao risco de concentração, foi sempre preocupação da gestão, não apenas o rigoroso e escrupuloso cumprimento dos respetivos rácios prudenciais, como também não permitir que a política de concessão de crédito conduzisse a excessivas concentrações por

entidades/grupos e setores, uma vez que dada a natureza jurídica da Instituição, existem naturais limitações para fazer face a eventuais incumprimentos que pudessem por em perigo a manutenção de um rácio de solvabilidade a níveis de relativo conforto. As limitações em causa encontram-se patente em alguns dos procedimentos descritos no Controlo e Políticas de mitigação, bem como nos níveis de tolerância abaixo indicados.

#### Níveis de tolerância ao risco de crédito e risco de concentração

A Caixa definiu níveis de tolerância ao risco de crédito com o objetivo de manter um nível de exposição alinhado com o seu perfil de risco. Os atuais níveis de tolerância definidos pelo Conselho de Administração e monitorizados pelo Gabinete de Gestão do Risco apresentam-se como segue:

- Exposição a grandes riscos (incluindo grupos económicos) inferior ou igual a 25% dos Fundos Próprios;
- Exposição ao segmento de Empresas inferior ou igual a 45% do total do risco de crédito;
- Exposição ao setor Comércio inferior ou igual a 30% da carteira de crédito a clientes;
- Exposição ao setor Construção inferior ou igual a 10% da carteira de crédito a clientes;
- Exposição ao setor Particulares inferior ou igual a 25% da carteira de crédito a clientes;
- e
- Exposição a determinado cliente particular inferior ou igual a €400 milhares.

#### **b) Política de Write-Off de créditos**

No caso dos créditos que sejam dados como irrecuperáveis, o Conselho de Administração autoriza o abatimento desses créditos ao ativo, sob proposta da Direção Comercial ou dos Assuntos Jurídicos, no caso do crédito estar em contencioso.

#### **c) Política de reversão de imparidade**

As reversões de imparidade que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras apenas poderão ocorrer no caso das mesmas estarem relacionadas com ocorrência de eventos após o reconhecimento inicial (e.g. reforço de garantias). Os montantes revertidos não poderão ser superiores à imparidade acumulada registada anteriormente.

#### **d) Política de conversão de capital em dívida do devedor**

Não é aplicável.

#### **e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos**

No seguimento do referido anteriormente, a Direção Comercial e os Recursos Aplicações acompanham a carteira de crédito, com especial enfoque nos créditos reestruturados.

Os procedimentos em vigor na Caixa visam não só a identificação do crédito vencido na Instituição, como também a análise cruzada desta informação com os incumprimentos registados na Central de Responsabilidades de Crédito, utilizadores de risco (LUR) e outras incidências qualitativas que permitem o melhor apuramento do risco associado a cada cliente. Ainda neste âmbito, mas direcionado para os particulares, estão instituídos

procedimentos internos em cumprimento do Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI), bem como do Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI).

A identificação dos créditos reestruturados é efetuado de acordo com a Instrução 32/2013 do Banco de Portugal.

#### **f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais**

##### Política de Seleção dos Avaliadores

Todas as avaliações são efetuadas por perito avaliador externo, constante de lista interna definida pelo Conselho de Administração e, na grande maioria, certificados pela CMVM. Por limitação do mercado, existem algumas avaliações realizadas por engenheiros não certificados pela CMVM.

##### Avaliação e Gestão dos Colaterais

Com o intuito de mitigar o risco de crédito, a política de gestão dos colaterais é a seguinte:

- Exigência de garantia real para operações com prazo superior a 5 anos;
- *Loan-to-value* preferencialmente inferior a 70%;
- Preferência por imóveis de habitação, quando de comércio, apenas se destinarem a um negócio comum ou diversificado (não específico).

A Caixa avalia frequentemente os imóveis entregues para garantia de crédito concedido, anualmente quando se tratem de edifícios destinados a fins comerciais, a cada 3 anos quando se tratem de imóveis destinados a habitação e de 5 em 5 anos quando sejam prédios rústicos. Quando os imóveis em causa garantam créditos com incumprimento igual ou superior a 90 dias, a reavaliação dos mesmos é feita em base anual.

#### **g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade**

A Caixa avalia semestralmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração e dos Auditores externos, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

A metodologia adotada pela Caixa baseia-se num modelo de imparidade para a carteira de crédito, com base nos critérios de referência definidos na Carta Circular n.º 2/2014, tendo por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade;
3. Cálculo da perda por imparidade.

As exposições a clientes são subdivididas em três grupos: créditos sem imparidade, créditos com indícios de imparidade e créditos em *default* (incumprimento), sendo os fatores que os distinguem, a evidência de indício de imparidade ou de *default*. Posteriormente, o apuramento da imparidade segue duas metodologias de cálculo: imparidade individual e imparidade coletiva.

**h) Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos**

A carteira de crédito da CEMAH foi dividida em três grandes grupos:

a) Carteira em *default*:

- Carteira homogénea em *default* (clientes com responsabilidades totais até €200 milhares);
- Carteira de clientes significativos em *default* (clientes com responsabilidades totais acima de €200 milhares).

b) Carteira com Índícios de Imparidade:

- Carteira homogénea com Índícios de Imparidade (clientes com responsabilidades totais até €200milhares);
- Carteira de clientes significativos com Índícios de Imparidade (clientes com responsabilidades totais acima de €200milhares).

c) Carteira sem Índícios de Imparidade:

- Carteira homogénea sem Índícios de Imparidade (clientes com responsabilidades total até €300milhares);
- Carteira de clientes significativos sem Índícios de Imparidade (clientes com responsabilidades total acima de €300milhares).

Os clientes não significativos são incluídos em segmentos homogéneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão da Caixa, e sujeitos à determinação de imparidade em base coletiva. Para esse efeito são definidos como fatores relevantes de segmentação algumas características das operações de crédito tais como o tipo de cliente, materialidade da exposição, tipo de produto e tipo de garantia associada.

Este processo segue a hierarquia definida abaixo (no caso de um contrato ser classificado num segmento, não poderá ser incluído no segmento seguinte):

<b>Segmentos</b>
Estado e Outras Entidades Públicas
Colaboradores
Clientes Relevantes
Crédito à Habitação
Crédito ao Consumo
Empresas Com Garantia Real (EGR)
Empresas Sem Garantia Real para limites de crédito (ESGR descobertos)
Empresas Sem Garantia Real para restantes tipos de produtos (ESGR sem descobertos)
Particulares Com Garantia Real (PGR)
Particulares Sem Garantia Real para limites de crédito (PSGR descobertos)

## Segmentos

Particulares Sem Garantia Real para restantes tipos de produtos (PSGR sem descobertos)

### i) Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

Para constituição da carteira com indícios de imparidade, foram considerados os seguintes indícios:

- Crédito com atraso entre 30 e 90 dias;
- Crédito com atraso inferior ou igual a 30 dias, tendo o cliente incumprimentos na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC);
- Cliente com crédito vencido na CRC há mais de 90 dias;
- Cliente com crédito reestruturado nos termos da legislação prevista na Instrução 32/2013;
- Cliente presente na Lista de Utilizadores de Risco (LUR)
- Crédito em contencioso;
- Clientes com efeitos protestados/não cobrados;
- Cliente com expectativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- Outros fatores que indiciem a deterioração da capacidade de cumprir com o serviço da dívida
- Quaisquer indícios que provoquem uma probabilidade acrescida de entrada em *default*, detetados na análise individual a clientes sem indícios de imparidade

Para composição da carteira em *default*, considerou-se como *default*:

- Crédito vencido há mais de 90 dias
- Cliente insolvente

Os clientes são classificados consoante o seu pior contrato. A existência de um contrato com indícios de imparidade implica uma contaminação dos restantes contratos do cliente/grupo de clientes, sendo estes classificados como tendo indícios de imparidade. A existência de uma exposição em *default* superior a 20% do total da exposição do cliente implica, igualmente, a contaminação dos restantes contratos, sendo estes classificados com *default* (se essa exposição for inferior a 20%, os restantes contratos são classificados com indícios de imparidade).

### j) Indicação dos limiares definidos para análise individual

Os clientes com exposição agregada superior a €200milhares e que apresentem evidência de imparidade constituem, por si só, o grupo de análise "Significativos com indícios de imparidade ou *default*", sendo objeto de análise individual.

Adicionalmente, dever-se-ão também analisar individualmente os clientes sem evidência de imparidade com responsabilidades globais superiores a €1.000milhares.

Em acréscimo, deve ser recolhida a opinião comercial sobre a necessidade de analisar individualmente os clientes sem evidência de imparidade com responsabilidades globais superiores a €300milhares – Significativos sem indícios de imparidade.

**k) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento**

Não é aplicável.

**l) Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente**

Parâmetros do modelo de imparidade coletiva

O modelo de cálculo de **imparidade coletiva** assenta nos seguintes parâmetros:

1. Período Emergente

O período emergente representa o horizonte temporal que medeia entre o evento que origina a perda e a Caixa tomar conhecimento do mesmo. O período emergente encontra-se desagregado em:

- a. Período Emergente de Probabilidade de Indício – tempo que decorre entre a ocorrência de um indício de perda e a sua deteção pela Caixa. A utilização deste período é aplicável à carteira sem indícios de imparidade. Este período será de 6 meses, aplicável a todos os segmentos.
- b. Período Emergente de Probabilidade de *Default* Condicionada à existência de indícios de imparidade – tempo que decorre entre a deteção de um indício de imparidade e a entrada em *default*. A utilização deste período é aplicável à carteira com indícios de imparidade detetados. Este período será de 6 meses, aplicável a todos os segmentos.

2. Probabilidades de Indício e *Default*

As probabilidades de indício e *default* são atualizadas semestralmente.

a. Probabilidade de Indício (PI)

A PI consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que durante o Período Emergente de PI apresentaram algum dos referidos indícios.

O valor da PI por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 6 meses após "t" (base), passaram a ter indícios de imparidade, condicionadas ao facto de estarem sem indícios em "t", sobre o número de operações sem indícios de imparidade em "t", tendo por base os dados históricos da Caixa (5 anos) e uma frequência trimestral.

b. Probabilidade de *Default* Condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC)

A PDC consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam com indícios de imparidade, mas que entraram em *default* durante o Período Emergente de PDC.

O valor da PDC por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 6 meses após "t" (base), entraram em *default*, condicionadas ao facto de estarem com indícios em "t", sobre o número de operações com indícios de imparidade em "t", tendo por base os dados históricos da Caixa (5 anos) e uma frequência mensal.

### c. Probabilidade de Default Direta (PDD)

A PDD consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que entraram em *default* durante o Período Emergente de PI.

O valor da PDD por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 3 meses após “t” (base), entraram em *default*, condicionadas ao facto de estarem sem indícios em “t”, sobre o número de operações com indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da Caixa (5 anos) e uma frequência trimestral.

### 3. Loss Given Default (LGD)

A LGD consiste numa estimativa de perda dado o *default* de um contrato, tendo por base o histórico da Caixa (5 anos) relativo a todos os contratos que entraram em *default*.

No apuramento da LGD deverão ser realizados os seguintes procedimentos:

- Identificação do mês em que o contrato entrou pela primeira vez em *default*. Os contratos que se encontravam em *default* no primeiro mês do histórico não são considerados no cálculo.
- Identificação dos influxos relacionados com o contrato, ocorridos entre o mês de entrada em *default* e a data de referência. Na recolha dos fluxos de caixa deverão ser:

#### Incluídas

- recuperações por via de pagamentos dos clientes;
- recuperações por via de execução ou dação de colaterais, deduzidas de custos suportados;
- recuperações posteriores a abates contabilísticos.

#### Excluídas

- recuperações que foram anuladas/estornadas;
- recuperações através de abate de créditos;
- recuperações através de reestruturação de créditos;

#### 3.1. Operações em *default* em aberto

De forma a determinar a perda em contratos de crédito que estando em *default* no histórico, à data de referência ainda não estavam totalmente recuperados ou dados como irrecuperáveis, deverá ser realizada uma estimativa, determinada da seguinte forma:

- Para contratos que à data de referência se encontrem em situação regular é considerado um fluxo de caixa igual ao saldo à data de referência;
- Para contratos que continuem em *default* ou indícios de imparidade, os fluxos de caixa esperados serão estimados tendo como base os fluxos ocorridos em contratos já liquidados do mesmo segmento. Para o cálculo desta estimativa, apenas serão consideradas recuperações de contratos em que o tempo decorrido entre a sua entrada em *default* e o mês em que foram integralmente liquidados seja superior ao tempo decorrido entre a entrada em *default* do contrato a estimar e a data de referência

Adicionalmente, poderão ser tidos em consideração fatores de ajustamento às estimativas de recuperação, determinados com base na experiência da Gestão.

### 3.2. Cálculo da LGD

O valor da LGD de um contrato é dado pela dedução a cada unidade de crédito da percentagem de recuperações atualizadas pela taxa de juro original do contrato, face ao saldo a essa mesma data. O valor da LGD por segmento é dado pela média das LGDs enquadráveis no segmento, ponderada pelos saldos dos contratos.

As LGDs são atualizadas semestralmente.

### 4. Exposição (EAD)

A EAD trata-se da exposição em risco sobre a qual deverá ser apurado o montante de imparidade dos contratos de crédito. Deste modo, deverão ser incluídos todos os montantes de crédito registados em Balanço à data de referência, nomeadamente:

- Capital vincendo;
- Capital vencido;
- Juros corridos;
- Juros vencidos;
- Juros de Mora.

Para os contratos de crédito em *default*, o EAD será o montante em dívida de cada contrato, à última data em que este entrou em *default* (saldo cristalizado).

#### Cálculo dos montantes da imparidade coletiva

O cálculo dos montantes de **Imparidade Coletiva** resulta da aplicação das fórmulas seguidamente descritas:

##### 1. Carteira Homogénea sem Indícios de Imparidade

O montante de imparidade da carteira homogénea sem indícios de imparidade resulta da diferença entre o valor de balanço e o recuperável, através da aplicação da seguinte fórmula a cada um dos segmentos homogéneos:

$$\text{Imparidade}^{\text{segmento}} = EAD \times PI \times PDC \times LGD + EAD \times PDD \times LGD$$

##### 2. Carteira Homogénea com Indícios de Imparidade

O montante de imparidade da carteira com Indícios de Imparidade resulta da diferença entre o valor de balanço e o recuperável, através da aplicação da seguinte fórmula a cada um dos segmentos homogéneos:

$$\text{Imparidade}^{\text{segmento}} = EAD \times PDC \times LGD$$

### 3. Carteira Homogénea em *Default*

O montante de imparidade da carteira em *Default* resulta da diferença entre o valor de balanço e o recuperável, através da aplicação da seguinte fórmula a cada um dos segmentos homogéneos:

$$\text{Imparidade}_{\text{segmento}} = \text{EAD}_{\text{cristalizado}} \times \text{LGD}$$

### 4. Exposições Extrapatrimoniais

Para as exposições extrapatrimoniais é aplicado um fator de conversão do crédito (FCC). O montante de imparidade das posições extrapatrimoniais é efetuado da seguinte forma:

a) Exposições extrapatrimoniais relativas a clientes sem indícios de imparidade:

$$\text{Imparidade}_{\text{Linhas}}^{\text{segmento}} = \text{Linhas não utilizadas} \times \text{FCC} \times (\text{PI} \times \text{PDC} + \text{PDD}) \times \text{LGD}$$

$$\text{Imparidade}_{\text{GP}}^{\text{segmento}} = \text{Garantias Prestadas} \times \text{FCC} \times \text{PDC} \times \text{LGD}$$

No caso particular das garantias prestadas, a sua execução traduz-se num indício de imparidade. Deste modo, por estarem embutidos nos FCC, não deverão ser aplicados o PI e o PDD.

b) Exposições extrapatrimoniais relativas a clientes com indícios de imparidade:

$$\text{Imparidade}_{\text{Linhas}}^{\text{segmento}} = \text{Linhas não utilizadas} \times \text{FCC} \times \text{PDC} \times \text{LGD}$$

$$\text{Imparidade}_{\text{GP}}^{\text{segmento}} = \text{Garantias Prestadas} \times \text{FCC} \times \text{PDC} \times \text{LGD}$$

c) Exposições extrapatrimoniais relativas a clientes em *default*:

$$\text{Imparidade}_{\text{GP}}^{\text{segmento}} = \text{Garantias Prestadas} \times \text{FCC} \times \text{LGD}$$

### Metodologia de cálculo da imparidade individual

A metodologia de apuramento da **imparidade individual** divide-se nas seguintes atividades:

#### 1. Identificação de evidência objetiva de imparidade

A cada data de reporte, é selecionado um conjunto de clientes, que pela sua relevância para a Caixa são considerados como significativos, conforme descrito anteriormente. Os referidos clientes são sujeitos a um procedimento de análise individual, de forma a concluir sobre a existência de evidência de imparidade e, eventualmente, a determinação do montante de imparidade.

No caso dos clientes que sejam sujeitos a análise individual, e em que não é identificada evidência objetiva de imparidade, os seus créditos serão incluídos em segmentos homogêneos de risco por forma a serem incluídos na determinação de imparidade coletiva.

## 2. Determinação do montante de imparidade individual

Se for identificada evidência objetiva de que ocorreu um evento que originou uma perda por imparidade, o valor da perda deverá ser determinado como a diferença entre o valor de balanço e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas por eventos que ainda não ocorreram), descontados à taxa de juro original do contrato.

O valor de balanço a considerar abrange todos os montantes registados em Balanço relativos ao crédito em questão, nomeadamente:

- Capital vincendo
- Capital vencido
- Juros corridos
- Juros vencidos
- Juros de Mora

A análise individual efetuada, nos termos previstos na carta circular n.º 2/2014 do Banco de Portugal, foi suportada em:

- Análise de informação financeira para avaliação da capacidade de geração de fluxos de caixa (Redução das receitas brutas; Redução do resultado líquido; Redução do rácio capital/ativo ou capitais próprios negativos; Aumento do rácio de endividamento/capital próprio; Aumento dos custos de financiamento; Fluxos de caixa insuficientes face aos encargos da dívida);
- Análise de aspetos contratuais (Incumprimento das condições contratuais; Incumprimento pontual do serviço da dívida; Descobertos pontuais não autorizados (no último ano); Cheques devolvidos; Pagamentos através de livranças; Utilização de linha de crédito no limite autorizado com sucessivas renovações; Crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente; Existência de abates ao ativo de créditos vencidos ou empréstimos reestruturados no sistema bancário);
- Análise do colateral (Natureza; Liquidez do ativo; Senioridade da hipoteca; Existência de registo e propriedade; Antiguidade da avaliação; Rácio "Loan to value" (LVT) da operação);
- Outros aspetos (Instabilidade na Gestão/ estrutura acionista; Enfraquecimento da posição competitiva no mercado; Dívidas à Administração Central - SS e Finanças – e/ou empregados; Abertura de processo de insolvência ou inclusão em PER; Interveniente enquanto réu em processos judiciais; Setor de atividade; Insucesso ou inexistência de um plano de recuperação de negócio; Outras informações disponíveis).

No âmbito da análise individual, para efeitos de cálculo do montante de imparidade:

- Ao valor dos colaterais foram deduzidos ónus e possíveis custos de venda e/ou manutenção e foram aplicados os fatores de desconto previstos na carta circular n.º 2/2014, quer devido ao intervalo temporal a decorrer até à recuperação do montante em dívida, quer em função da antiguidade da avaliação mais recente;
- À exposição não garantida, foram aplicados os critérios definidos no Anexo II da carta circular n.º 2/2014.

Realizar uma estimativa do valor e do momento de recuperação dos fluxos de caixa futuros de um crédito envolve algum julgamento profissional. A melhor estimativa dos mesmos deverá ser baseada em pressupostos razoáveis/suportáveis e em dados observáveis na data da mensuração da imparidade, sobre a capacidade do cliente efetuar pagamentos ou serem realizadas execuções/recebimentos em dação de colaterais.

A Caixa constitui provisões de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de junho. No caso das perdas por imparidade estimadas serem superiores às provisões apuradas de acordo com os mínimos estabelecidos no Aviso acima referido, é efetuado um reforço das provisões em balanço pela respetiva diferença.

**m) Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação**

O período emergente encontra-se descrito na alínea anterior.

**n) Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura**

Conforme referido acima, os seguintes parâmetros de risco concorrem para o cálculo da imparidade coletiva: Probabilidade de Indício (PI), Probabilidade de *Default* Condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC), Probabilidade de *Default* Direta (PDD), *Loss Given Default* (LGD) e Fator de Conversão do Crédito (FCC). Os resultados do cálculo podem ser consultados nas tabelas presentes nas divulgações quantitativas.

**o) Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos**

Em cumprimento da Instrução 4/2011 – Testes de Esforço, a Caixa procede a análises de sensibilidade numa base semestral. Entende-se por análises de sensibilidade como avaliações do impacto nas condições financeiras de uma instituição, da variação de um único fator de risco.

No que concerne à imparidade da carteira de crédito, foram considerados 5 tipos de análises de sensibilidade:

i) Procedeu-se à aplicação de choques normalizados de 2,5%, 5% e 7,5% nos fatores de risco probabilidade de indício de *default* (PI), probabilidade de *default* condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC), probabilidade de *default* direta (PDD) e *Loss Given Default* (LGD), estimando o impacto, por segmento e global, na imparidade esperada da carteira, bem como no seu aprovisionamento. O montante total de crédito concedido manteve-se constante.

ii) Atendendo à conjuntura atual de instabilidade económica, pretendeu-se avaliar o impacto de uma possível deterioração da qualidade da carteira de crédito concedido a clientes, traduzido no aumento da imparidade esperada. Assim, assumiu-se a transição de créditos bons/não deteriorados para a carteira com imparidade em 2%, 2,5% e 3%. O montante total de crédito concedido manteve-se constante.

iii) Tendo em conta o agravamento do incumprimento, tencionou-se avaliar o impacto resultante da alteração do indicador objetivo de imparidade de 90 para 60 dias, particularmente no que releva à imparidade esperada e respetiva influência em resultados e fundos próprios.

iv) Dada a instabilidade do setor financeiro, o objetivo passou por avaliar o impacto da deterioração dos *ratings* das contrapartes onde a Caixa detém aplicações, aplicando a média das taxas de perdas acumuladas, associadas a esses mesmos *ratings*. Esta deterioração foi determinada recorrendo ao documento emitido pela agência de notação externa *Standard & Poors* (S&P) - "*Default, Transition and Recovery: 2013 Annual Global Corporate, Default Study and Rating Transitions*" publicado em março de 2014. Foram

assumidas três análises diferentes, deteriorando os *ratings* em uma, duas e três classes de *rating*.

v) Considerando a crise no setor imobiliário, foi aplicada uma desvalorização de 15% dos preços de mercado dos imóveis adquiridos pela CEMAH para reembolso de crédito próprio.

No âmbito do exercício de análise de sensibilidade efetuado e, apesar de terem sido considerados choques significativos, é de salientar que nenhum dos testes mencionados colocou em causa o rácio de solvabilidade, pelo que se considera que a Caixa possui os fundos próprios adequados para fazer face a acontecimentos não expetáveis, mas plausíveis.

As divulgações quantitativas previstas na Carta-Circular nº. 02/2014/DSP do Banco de Portugal apresentam-se conforme segue:

a.1) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

Segmento	Exposição 31.12.2014						Imparidade 31.12.2014		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade de Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Administração pública (regional e local)	501	501	-	-	-	-	-	-	-
Construção e CRE	20.808	16.885	-	6.550	3.923	2.540	2.236	243	1.993
Consumo	1.280	1.194	99	37	86	24	27	7	20
Habituação	19.727	19.139	853	1.164	588	14	284	157	127
Outros - Empresas e ENI's	134.895	125.800	657	39.548	9.095	1.753	3.958	1.549	2.409
Outros - Particulares	19.893	16.420	295	4.461	3.473	1.037	1.338	248	1.090
<b>Total</b>	<b>197.104</b>	<b>179.939</b>	<b>1.903</b>	<b>51.761</b>	<b>17.165</b>	<b>5.369</b>	<b>7.842</b>	<b>2.203</b>	<b>5.639</b>

a.2) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento (cont.)

Segmento	Exposição Total 31.12.2014	Da Exposição Total 31.12.2014					Imparidade de Total 31.12.2014	Da Imparidade Total 31.12.2014			
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30 dias			Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias		Dias de atraso < 30 dias	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias
		Sem Indícios	Com Indícios	Sub-total							
Administração pública (regional e local)	501	501	-	501,08	-	-	-	-	-	-	-
Construção e CRE	20.808	5.004	10.655	15.659	505	3.418	2.236	176	66	126	1.867
Consumo	1.280	1.013	178	1.191	29	58	27	6	0	7	14
Habitação	19.727	16.521	2.109	18.630	-	588	284	101	56	-	127
Outros - Empresas e ENI's	134.895	63.463	54.786	118.249	180	8.915	3.958	1.326	223	80	2.329
Outros - Particulares	19.893	9.179	5.067	14.245	27	3.446	1.338	149	99	9	1.080
<b>Total Geral</b>	<b>197.104</b>	<b>95.681</b>	<b>72.794</b>	<b>168.475</b>	<b>740</b>	<b>16.425</b>	<b>7.842</b>	<b>1.759</b>	<b>445</b>	<b>222</b>	<b>5.417</b>

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano Produção	Administração pública (regional e local)			Construção e CRE			Consumo		
	Nº operações	Montant e	Imparidade Total	Nº operações	Montant e	Imparidade Total	Nº operações	Montant e	Imparidade Total
2008 anteriores <sup>e</sup>	-	-	-	49	4.936	591	50	556	22
2009	-	-	-	16	2.430	1.003	14	69	0
2010	-	-	-	10	194	34	36	132	0
2011	-	-	-	16	1.632	376	35	93	1
2012	-	-	-	18	5.977	90	29	137	1
2013	-	-	-	10	1.195	64	37	155	1
2014	1	501	-	39	4.445	77	57	137	1
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>501</b>	<b>-</b>	<b>158</b>	<b>20.808</b>	<b>2.236</b>	<b>258</b>	<b>1.280</b>	<b>27</b>

Ano Produção	Habitação			Outros - Empresas e ENI's			Outros - Particulares		
	Nº operações	Montant e	Imparidade Total	Nº operações	Montant e	Imparidade Total	Nº operações	Montant e	Imparidade Total
2008 anteriores <sup>e</sup>	350	10.997	230	275	22.229	789	670	5.147	265
2009	57	1.522	11	74	8.197	656	100	2.311	314
2010	56	882	4	53	4.033	89	104	1.342	309
2011	63	1.263	6	117	13.095	354	138	1.909	152
2012	53	1.406	9	151	18.126	570	182	2.120	64
2013	64	2.008	16	196	38.599	1.229	178	3.042	114
2014	60	1.649	8	418	30.616	270	392	4.021	118
<b>Total Geral</b>	<b>703</b>	<b>19.727</b>	<b>284</b>	<b>1.284</b>	<b>134.895</b>	<b>3.958</b>	<b>1.764</b>	<b>19.893</b>	<b>1.338</b>

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção (cont.)

Ano Produção	Total		
	Nº operações	Montante	Imparidade Total
2008 e anteriores	1.394	43.865	1.898
2009	261	14.529	1.985
2010	259	6.583	438
2011	369	17.992	889
2012	433	27.767	735
2013	485	44.999	1.423
2014	967	41.369	473
<b>Total Geral</b>	<b>4.168</b>	<b>197.104</b>	<b>7.842</b>

c.1) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por segmento

Avaliação	Administração pública (regional e local)		Construção e CRE		Consumo		Habitação	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	16.843	1.999	82	0	405	49
Coletiva	501	-	3.965	237	1.198	26	19.322	235
<b>Total</b>	<b>501</b>	<b>-</b>	<b>20.808</b>	<b>2.236</b>	<b>1.280</b>	<b>27</b>	<b>19.727</b>	<b>284</b>

Avaliação	Outros - Empresas e ENI's		Outros - Particulares		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	94.183	2.844	4.485	881	115.997	5.773
Coletiva	40.712	1.114	15.408	457	81.107	2.069
<b>Total</b>	<b>134.895</b>	<b>3.958</b>	<b>19.893</b>	<b>1.338</b>	<b>197.104</b>	<b>7.842</b>

c.2) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por sector de atividade

Avaliação	Atividades de informação e comunicação		Atividades financeiras e de seguros		Atividades imobiliárias		Administração pública (regional e local)	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	3.441	758	-	-	-	-
Coletiva	68	0	285	8	264	1	501	-
<b>Total Geral</b>	<b>68</b>	<b>0</b>	<b>3.726</b>	<b>766</b>	<b>264</b>	<b>1</b>	<b>501</b>	<b>-</b>

Avaliação	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Alojamento, restauração e similares		Comércio e reparações		Construção	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	3.979	73	10.572	229	26.046	1.265	9.875	1.879
Coletiva	7.638	176	5.130	118	17.951	486	2.419	160
<b>Total Geral</b>	<b>11.617</b>	<b>248</b>	<b>15.702</b>	<b>347</b>	<b>43.996</b>	<b>1.751</b>	<b>12.294</b>	<b>2.039</b>

Avaliação	Educação, saúde e apoio social		Eletricidade, gás, água		Indústria do couro, madeira e cortiça		Indústria química	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	15.878	-	2.672	-	3.587	29	-	-
Coletiva	1.833	26	-	-	474	10	11	0
<b>Total Geral</b>	<b>17.711</b>	<b>26</b>	<b>2.672</b>	<b>-</b>	<b>4.062</b>	<b>39</b>	<b>11</b>	<b>0</b>

c.2) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por sector de atividade (cont.)

Avaliação	Indústrias alimentares, bebidas e tabaco		Indústrias extrativas		Indústrias metalúrgicas		Máquinas e equipamentos	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	11.520	314	2.360	19	225	-	-	-
Coletiva	1.451	53	20	0	610	33	547	11
<b>Total Geral</b>	<b>12.971</b>	<b>367</b>	<b>2.380</b>	<b>19</b>	<b>836</b>	<b>33</b>	<b>547</b>	<b>11</b>

Avaliação	Não Especificado		Outras atividades		Outras indústrias transformadoras		Outros serviços empresariais	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	7.240	64	7	0	8.417	59
Coletiva	196	26	2.908	65	33	4	2.330	105
<b>Total Geral</b>	<b>196</b>	<b>26</b>	<b>10.148</b>	<b>130</b>	<b>41</b>	<b>4</b>	<b>10.747</b>	<b>165</b>

Avaliação	Particulares		Têxteis, vestuário		Transportes e armazenagem		Vidro, cerâmica e materiais de construção	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	4.758	930	-	-	5.420	155	-	-
Coletiva	34.443	705	162	3	1.595	42	237	36
<b>Total Geral</b>	<b>39.201</b>	<b>1.635</b>	<b>162</b>	<b>3</b>	<b>7.015</b>	<b>197</b>	<b>237</b>	<b>36</b>

c.2) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por sector de atividade (cont.)

	Total	
Avaliação	Exposição	Imparidade
Individual	115.997	5.773
Coletiva	81.107	2.069
<b>Total Geral</b>	<b>197.104</b>	<b>7.842</b>

c.3) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por geografia

	Portugal	
Avaliação	Exposição	Imparidade
Individual	115.997	5.773
Coletiva	81.107	2.069
<b>Total Geral</b>	<b>197.104</b>	<b>7.842</b>

d) Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

A Informação não se encontra disponível.

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

<b>Saldo inicial</b>	<b>35.211</b>
Créditos reestruturados no período	38.414
Juros corridos	341
Liquidação de créditos reestruturados	15.951
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	885
<b>Saldo final</b>	<b>57.129</b>

f) Detalhe do justo valor dos colaterais

Justo Valor	Administração pública (regional e local)				Construção e CRE				Consumo			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	-	-	-	-	47	7.478	2	325	21	1.732	1	2
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	-	-	7	5.440	-	-	-	-	-	-
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5 M€ e < 10 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	-	-	-	-	<b>54</b>	<b>12.917</b>	<b>2</b>	<b>325</b>	<b>21</b>	<b>1.732</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

f) Detalhe do justo valor dos colaterais (cont.)

Justo Valor	Habitação				Outros - Empresas e ENI's				Outros - Particulares			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	465	46.296	2	25	368	47.804	9	3.708	228	23.902	6	421
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	-	-	25	16.907	-	-	3	2.037	-	-
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	-	-	15	30.680	-	-	-	-	-	-
>= 5 M€ e < 10 M€	-	-	-	-	2	10.718	1	5.000	-	-	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>465</b>	<b>46.296</b>	<b>2</b>	<b>25</b>	<b>410</b>	<b>106.109</b>	<b>10</b>	<b>8.708</b>	<b>231</b>	<b>25.940</b>	<b>6</b>	<b>421</b>

f) Detalhe do justo valor dos colaterais (cont.)

Justo Valor	Total			
	Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	1.129	127.211	20	4.482
>= 0,5 M€ e < 1 M€	35	24.383	0	-
>= 1 M€ e < 5 M€	15	30.680	0	-
>= 5 M€ e < 10 M€	2	10.718	1	5.000
>= 10 M€ e < 20 M€	0	-	0	-
>= 20 M€ e < 50 M€	0	-	0	-
>= 50 M€	0	-	0	-
<b>Total Geral</b>	<b>1.181</b>	<b>192.993</b>	<b>21</b>	<b>9.482</b>

g) Rácio Loan-To-Value por segmento

Segmento/Rácio	Nº Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Administração pública (regional e local)	-	501	-	-
Sem colateral associado	n.a.	501	-	-
<b>Construção e CRE</b>	<b>54</b>	<b>16.885</b>	<b>3.923</b>	<b>2.236</b>

Sem colateral associado	n.a.	12.169	236	111
< 60%	26	1.545	405	118
>= 60% e < 80%	14	2.149	804	458
>= 80% e < 100%	5	689	163	44
>= 100%	9	333	2.313	1.504
<b>Consumo</b>	<b>21</b>	<b>1.194</b>	<b>86</b>	<b>27</b>
Sem colateral associado	n.a.	806	24	9
< 60%	19	365	63	18
>= 60% e < 80%	1	20	-	0
>= 80% e < 100%	-	-	-	-
>= 100%	1	3	-	0
<b>Habitação</b>	<b>465</b>	<b>19.139</b>	<b>588</b>	<b>284</b>
Sem colateral associado	n.a.	1.585	87	26
< 60%	351	9.582	228	89
>= 60% e < 80%	74	5.012	149	120
>= 80% e < 100%	27	1.897	124	42
>= 100%	13	1.062	-	7

<b>Outros - Empresas e ENI's</b>	<b>410</b>	<b>125.800</b>	<b>9.095</b>	<b>3.958</b>
Sem colateral associado	n.a.	69.938	2.749	1.309
< 60%	188	19.564	1.709	684
>= 60% e < 80%	84	13.442	3.548	1.137
>= 80% e < 100%	47	13.147	117	449
>= 100%	91	9.710	972	380
<b>Outros - Particulares</b>	<b>231</b>	<b>16.420</b>	<b>3.473</b>	<b>1.338</b>
Sem colateral associado	n.a.	6.569	709	534
< 60%	144	4.493	522	95
>= 60% e < 80%	36	1.849	358	100
>= 80% e < 100%	15	1.636	311	145
>= 100%	36	1.873	1.573	463
<b>Total</b>	<b>1.181</b>	<b>179.939</b>	<b>17.165</b>	<b>7.842</b>

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação/execução  
- por tipo de ativo

Ativo	Nº de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
<b>Terreno</b>	<b>24</b>	<b>1.806</b>	<b>1.791</b>
Rústico	20	1.689	1.676
Urbano	4	117	115
<b>Edifícios construídos</b>	<b>38</b>	<b>6.178</b>	<b>5.880</b>
Comerciais	10	3.276	3.146
Habitação	22	2.543	2.382
Outros	6	359	352
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>7.983</b>	<b>7.671</b>

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação/execução (cont.)  
- por tempo decorrido desde a dação/execução

Tempo decorrido desde dação/execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5anos	Total
<b>Terreno</b>	<b>309</b>	<b>382</b>	<b>318</b>	<b>783</b>	<b>1.791</b>
Rústico	238	382	274	783	1.676
Urbano	71	-	44	-	115
<b>Edifícios construídos</b>	<b>1.701</b>	<b>893</b>	<b>1.381</b>	<b>1.905</b>	<b>5.880</b>
Comerciais	865	395	350	1.536	3.146
Habitação	836	249	1.003	294	2.382
Outros	-	249	28	75	352
<b>Total</b>	<b>2.009</b>	<b>1.274</b>	<b>1.699</b>	<b>2.688</b>	<b>7.671</b>

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos

Não aplicável.

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento.

Segmento (31-12-2014)	PI	PDC	PDD	LGD
Estado	0,48%	0,00%	0,00%	0,00%
Colaboradores	1,48%	0,92%	0,08%	7,21%
Clientes Relevantes	19,01%	14,90%	0,00%	28,16%
Crédito à Habitação	7,02%	14,43%	0,03%	21,28%
Crédito ao Consumo	5,66%	18,94%	0,00%	23,44%
PGR	10,52%	15,04%	0,05%	11,89%
PSGR sem descobertos	10,60%	14,61%	0,08%	34,33%
PSGR descobertos	6,02%	10,69%	0,09%	34,33%
EGR	13,18%	22,81%	0,19%	23,98%
ESGR sem descobertos	13,02%	25,85%	0,02%	15,37%
ESGR descobertos	9,57%	18,85%	0,23%	15,37%

Segmento (31-12-2014)	FCC
Clientes Sem indícios de Imparidade	22,40%
Clientes Com indícios de Imparidade	24,28%

Reconciliação entre o montante de imparidade apurado de acordo com o modelo acima descrito e os montantes registados nas demonstrações financeiras

Avaliação	Imparidade patrimonial	Imparidade extrapatrimonial	Imparidade total
Individual	5.773	12	5.785
Coletiva	2.069	38	2.108
<b>Sub-total</b>	<b>7.842</b>	<b>50</b>	<b>7.893</b>
Provisões para outros devedores	4	-	4
<b>Total</b>	<b>7.846</b>	<b>50</b>	<b>7.897</b>

Provisões nas DF	Imparidade patrimonial
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	3.588
Provisões para crédito e juros vencidos	2.193
Provisões para riscos gerais de crédito	2.116
<b>Total</b>	<b>7.897</b>

**Nota:** A imparidade da carteira de crédito não contempla as provisões para outros devedores.

## 6.6 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Emitidos por residentes</b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De dívida pública portuguesa	-	11.301
De outros residentes		
Dívida não subordinada	-	6.754
	<u>-</u>	<u>18.055</u>
<b>Emitidos por não residentes</b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De outros não residentes		
Dívida não subordinada	-	2.079
	<u>-</u>	<u>2.079</u>
	<u>-</u>	<u>20.134</u>

A 31 de dezembro de 2014 esta rubrica não tem registado qualquer investimento em consequência da reclassificação decorrente da alienação de OT's 4,95% com maturidade em 25/10/2023 OT's e 4,80% com maturidade em 15/06/2020, que se encontravam classificadas como detidas até à maturidade, e que a CEMAH alienou em maio de 2014. Os títulos aqui registados foram reclassificados para ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira de investimentos detidos até à maturidade era composta da seguinte forma:

31 de dezembro de 2013	Quantidade	Valor Nominal	Valor Aquisição	Valor Títulos	Juros a receber	Imparidade	Valor Balanço
<b>Emitidos por residentes</b>							
<b>Instrumentos de dívida</b>							
De dívida pública portuguesa							
OT 4,95% 25/10/2023	996.500.000	9.965	9.965	9.965	91	-	10.056
OT 4,8% 15/06/2020	115.800.000	1.158	1.242	1.215	30	-	1.245
		<u>11.123</u>	<u>11.207</u>	<u>11.180</u>	<u>121</u>	<u>-</u>	<u>11.301</u>
De outros residentes							
BANCO ESPIRITO BESPL 6,875%	2	200	215	212	6	-	218
BRISA CONCESSÃO BRCORO 6,875%	7	700	747	741	36	-	777
EGLPL 6,85% 18/03/2016	988	494	494	494	10	-	504
PORTUCEL, SA PTIPL 5,375%	6	600	609	608	4	-	612
REN REDES ENERGE 4,125% 31/01/2018	1.000.000	1.000	1.006	1.005	38	-	1.043
REN REDES ENERGE 6,25% 21/09/2016	2.000.000	2.000	2.000	2.000	35	-	2.035
SEMAPA SEMPL 6,85%	50	50	52	51	1	-	52
SONAE SONPL 7% 25/07/2015	5.000	5	5	5	0	-	5
ZON MULTIMEDIA 2012/2015	1.505	1.505	1.506	1.505	3	-	1.508
		<u>6.554</u>	<u>6.634</u>	<u>6.621</u>	<u>133</u>	<u>-</u>	<u>6.754</u>
		<u>17.677</u>	<u>17.841</u>	<u>17.801</u>	<u>254</u>	<u>-</u>	<u>18.055</u>
<b>Emitidos por não residentes</b>							
<b>Instrumentos de dívida</b>							
De outros não residentes							
PORTUGAL TEL FIN PORTEL 4,375%	2	100	104	104	3	-	107
PORTUGAL TEL FIN PORTEL 5%	14	700	732	729	5	-	734
EDP FINANCE BV ELEPOR 5,75%	2	200	221	218	3	-	221
RENEPL 4,75% 16/10/2020	10	1.000	1.008	1.007	10	-	1.017
		<u>2.000</u>	<u>2.065</u>	<u>2.058</u>	<u>21</u>	<u>-</u>	<u>2.079</u>
		<u>19.677</u>	<u>19.906</u>	<u>19.859</u>	<u>275</u>	<u>-</u>	<u>20.134</u>

## 6.7 Ativos não correntes detidos para venda

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2014 e 2013 analisa-se como segue:

	<b>Imóveis</b>	<b>Outros Ativos Tangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2012</b>			
Valor bruto	6.237	50	6.287
Imparidade acumulada	(425)	-	(425)
Valor líquido	<u>5.812</u>	<u>50</u>	<u>5.862</u>
<b>Movimento</b>			
Adições	1.337	25	1.362
Alienações	(295)	(50)	(345)
<b>Saldo em 31.12.2013</b>			
Valor bruto	7.279	25	7.304
Imparidade acumulada	(600)	-	(600)
Valor líquido	<u>6.679</u>	<u>25</u>	<u>6.704</u>
<b>Movimento</b>			
Adições	2.369	-	2.369
Alienações	(497)	-	(497)
<b>Saldo em 31.12.2014</b>			
Valor bruto	9.150	25	9.175
Imparidade acumulada	(1.381)	-	(1.381)
Valor líquido	<u>7.770</u>	<u>25</u>	<u>7.795</u>

O valor de adições registado no exercício de 2014 (€2.369 milhares) refere-se a imóveis e outros ativos tangíveis recebidos no âmbito de processos de recuperação de crédito (2013: €1.362 milhares).

Durante o exercício de 2014 foram alienados 8 imóveis, registados ao valor de €497 milhares, dos quais resultaram, em termos líquidos, €34 milhares de menos-valias (2013: alienados 4 imóveis, registados ao valor de €296 milhares, dos quais resultaram €62 milhares de menos-valias).

O movimento ocorrido na imparidade encontra-se explicitado na Nota 6.12.

## 6.8 Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	<b>Imóveis de serviço próprio</b>	<b>Equipamento</b>	<b>Ativos tangíveis em curso</b>	<b>Outros ativos tangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2013</b>					
Custo	9.500	3.362	145	88	13.095
Amortizações acumuladas	(2.452)	(2.849)	-	(3)	(5.304)
Valor líquido	<u>7.048</u>	<u>513</u>	<u>145</u>	<u>85</u>	<u>7.791</u>
<b>Movimentos no exercício de 2013</b>					
Saldo líquido de abertura	7.048	513	145	85	7.791
Adições	34	70	166	3	273
Transferências	77	81	(201)		(43)
Abates	-	(98)			(98)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	98	-		98
Amortizações do exercício	(185)	(212)	-	-	(397)
Saldo líquido de encerramento	<u>6.974</u>	<u>452</u>	<u>110</u>	<u>88</u>	<u>7.624</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>					
Custo	9.610	3.417	110	91	13.228
Amortizações acumuladas	(2.636)	(2.965)	-	(3)	(5.604)
Valor líquido	<u>6.974</u>	<u>452</u>	<u>110</u>	<u>88</u>	<u>7.624</u>
<b>Movimentos no exercício de 2014</b>					
Saldo líquido de abertura	6.974	452	110	88	7.624
Adições	-	60	43	5	107
Transferências	-	85	(103)		(18)
Abates	-	(31)			(31)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	31	-		31
Amortizações do exercício	(195)	(189)	-	-	(384)
Saldo líquido de encerramento	<u>6.779</u>	<u>409</u>	<u>50</u>	<u>93</u>	<u>7.330</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>					
Custo	9.610	3.531	50	95	13.287
Amortizações acumuladas	(2.830)	(3.123)	-	(3)	(5.957)
Valor líquido	<u>6.779</u>	<u>409</u>	<u>50</u>	<u>93</u>	<u>7.330</u>

As adições mais significativas realizadas na rubrica de Equipamento durante o ano 2014 compreendem aquisições de ATM's (€21 milhares), mobiliário e material diverso (€9 milhares) e equipamento informático e administrativo (€19 milhares).

Do saldo da rubrica de Ativos tangíveis em curso a 31 de dezembro de 2013, foram passados a definitivo € 78 milhares de equipamentos informáticos e €14 milhares referentes a investimentos realizados na rede de Terminais de Pagamento Automático da CEMAH.

A aquisição mais significativa verificada nos ativos tangíveis em curso (€29 milhares) diz respeito a switches a serem instalados na sede e nas agências durante o exercício de 2015.

Os Equipamentos abatidos em 2014 dizem respeito a bens que se encontravam obsoletos e danificados, nomeadamente, equipamento informático (€31 milhares).

## 6.9 Ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014 e 2013 analisa-se como segue:

	<b>Sistemas tratamento automático de dados</b>	<b>Ativos intangíveis em Curso</b>	<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2013</b>				
Custo	1.898	674	77	2.649
Amortizações acumuladas	(1.810)	-	(31)	(1.841)
Valor líquido	<u>88</u>	<u>674</u>	<u>46</u>	<u>808</u>
<b>Movimentos no exercício de 2013</b>				
Saldo líquido de abertura	88	674	46	808
Adições	17	115	-	132
Transferências	705	(677)	-	28
Amortizações do exercício	(93)	-	(15)	(108)
Saldo líquido de encerramento	<u>717</u>	<u>112</u>	<u>30</u>	<u>860</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>				
Custo	2.620	112	77	2.809
Amortizações acumuladas	(1.903)	-	(46)	(1.949)
Valor líquido	<u>717</u>	<u>112</u>	<u>31</u>	<u>860</u>
<b>Movimentos no exercício de 2014</b>				
Saldo líquido de abertura	717	112	31	860
Adições	52	102	-	154
Transferências	-	(42)	-	(42)
Amortizações do exercício	(137)	-	-	(138)
Saldo líquido de encerramento	<u>632</u>	<u>172</u>	<u>30</u>	<u>834</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>				
Custo	2.670	172	77	2.920
Amortizações acumuladas	(2.039)	-	(46)	(2.086)
Valor líquido	<u>632</u>	<u>172</u>	<u>30</u>	<u>834</u>

As adições registadas em 2014 na rúbrica de sistemas de tratamento automático de dados (€11 milhares) dizem respeito ao projeto da faturação.

Em 2014, as transferências registadas na rúbrica de Sistemas tratamento automático de dados respeitam ao projeto de projeto de Reporte Bancário: COREP E FINREP que procura satisfazer as exigências do Basileia III (€39 milhares).

Em 31 de dezembro em 2014, o valor da rubrica Ativos intangíveis em curso diz respeito ao projeto de modernização de aplicações já existentes (módulo de crédito, site institucional, Home e Mobile Banking) dotando-as com novos requisitos técnicos.

## 6.10 Impostos Ativos e Passivos

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, pode ser analisada no quadro que se segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Impostos correntes				
IRC	-	46	-	539
	<u>-</u>	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>539</u>
Impostos diferidos				
Provisões tributadas:				
- Crédito hipotecário	346	-	169	-
- Excesso Aviso 3/95 - Crédito	459	-	95	-
- Excesso Aviso 3/95 - Imóveis	88	-	-	-
- Riscos gerais de crédito	295	-	323	-
Prémios de antiguidade	35	-	40	-
Títulos (reserva justo valor)	(225)	-	(60)	-
Reavaliação imóveis	(20)	-	(24)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>978</u>	<u>-</u>	<u>543</u>	<u>-</u>
Total de impostos em balanço	<u>978</u>	<u>46</u>	<u>543</u>	<u>539</u>

A 31 de dezembro de 2014, a rubrica Sector dos Impostos correntes inclui o valor da estimativa do imposto a pagar (€495 milhares), deduzido dos valores dos pagamentos por conta (€402 milhares), especiais por conta (€33 milhares) e adicional por conta (€14 milhares).

O saldo de IRC a liquidar em 31 de dezembro de 2014 decompõe-se como segue:

	<u>2014</u>
Imposto corrente do exercício	495
Pagamentos por conta, especial por conta e adicional por conta	<u>(449)</u>
	<u>46</u>

## 6.11 Outros ativos

A rubrica de Outros ativos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Sector público administrativo	20	94
Devedores por bonificações a receber	841	665
Outros devedores	419	302
	<u>1.279</u>	<u>1.062</u>
<b>Outros activos</b>		
Outras disponibilidades	8	5
Outros imóveis	-	-
Economato	41	48
Numismática e outros metais preciosos	11	11
	<u>61</u>	<u>65</u>
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Outras despesas com encargo diferido	296	434
	<u>296</u>	<u>434</u>
<b>Outras contas a regularizar</b>		
Outras operações a regularizar	3.397	13
	<u>3.397</u>	<u>13</u>
	<u>5.032</u>	<u>1.573</u>

A rubrica Devedores por bonificações a receber contém os valores a receber do Governo Regional dos Açores (€839 milhares) e da Direção Geral do Tesouro (€1 milhares) relativos a bonificações (2013: €662 milhares e €3 milhares, respetivamente).

A rubrica Outras despesas com encargo diferido diz respeito essencialmente ao acréscimo de responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios resultante da transição para as NCA, que ainda não foram amortizadas por contrapartida de resultados transitados, cerca de €194 milhares (ver nota 2.3.7). Inclui também €102 milhares referentes a mensualização de contratos com fornecedores, a reconhecer nos meses seguintes. A variação ocorrida no exercício é explicada na sua maioria pelo valor da amortização dos encargos com pensões de reforma e outros benefícios, acima referida (2013: €416 milhares).

As outras contas a regularizar incluem a 31-12-2014 €3.336 milhares referentes a operações de bolsa a regularizar nos primeiros dias do exercício seguinte.

## 6.12 Provisões e imparidades

Os movimentos registados nas provisões e imparidades da Caixa durante o exercício de 2014 resumem-se conforme segue:

Movimentos em 2014					
	Saldo em 31/12/2013	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	Saldo em 31/12/2014
Provisões específicas p/ crédito a clientes					
Provisões para crédito vencido	1.792	2.403	(1.676)	(327)	2.193
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	1.273	3.602	(1.287)	-	3.588
Provisões para riscos gerais de crédito	2.142	1.156	(1.181)	-	2.116
Outras Provisões	43	58	-	(43)	58
<b>Total Provisões</b>	<b>5.249</b>	<b>7.219</b>	<b>(4.144)</b>	<b>(369)</b>	<b>7.954</b>
Imparidade em tít. e part. financeiras	-	-	-	-	-
Imparidade em ativos não financeiros	600	1.547	(767)	-	1.381
<b>Total Imparidades</b>	<b>600</b>	<b>1.547</b>	<b>(767)</b>	<b>-</b>	<b>1.381</b>
<b>Total provisões e imparidades</b>	<b>5.849</b>	<b>8.766</b>	<b>(4.911)</b>	<b>(369)</b>	<b>9.335</b>

Movimentos em 2013					
	Saldo em 31/12/2012	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	Saldo em 31/12/2013
Provisões específicas p/ crédito a clientes					
Provisões para crédito vencido	1.635	1.566	(1.387)	(22)	1.792
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	886	1.472	(1.084)	-	1.274
Provisões para riscos gerais de crédito	1.981	1.613	(1.453)	-	2.142
Outras Provisões	15	43	-	(15)	43
<b>Total Provisões</b>	<b>4.517</b>	<b>4.694</b>	<b>(3.924)</b>	<b>(37)</b>	<b>5.250</b>
Imparidade em tít. e part. financeiras	-	-	-	-	-
Imparidade em ativos não financeiros	425	177	(2)	-	600
<b>Total Imparidades</b>	<b>425</b>	<b>177</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>600</b>
<b>Total provisões e imparidades</b>	<b>4.942</b>	<b>4.872</b>	<b>(3.926)</b>	<b>(37)</b>	<b>5.850</b>

No que respeita ao movimento das provisões para crédito a clientes, destaca-se o aumento líquido de cerca de €2.716 milhares nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, respetivamente €2.315 milhares e €401 milhares (em 2013 aumentou €545 milhares nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, respetivamente €388 milhares e €157 milhares). Nas provisões para crédito de cobrança duvidosa encontra-se refletido o registo líquido de imparidades acima do mínimo exigido pelo Aviso do banco de Portugal n.º. 3/95 no montante de €1.774 milhares.

Relativamente ao acréscimo de €781 milhares verificado na imparidade em ativos não financeiros, este inclui, para além da imparidade resultante das avaliações periodicamente efetuadas aos imóveis recebidos para reembolso de crédito próprio, uma desvalorização adicional ao valor de balanço dos mesmos no montante de €419 milhares.

## 6.13 Recursos de bancos centrais

Esta rubrica não inclui qualquer valor a 31 de Dezembro de 2014.

## 6.14 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica inclui os depósitos à ordem de outras instituições de crédito num montante global de €90 milhares (31 de dezembro de 2013: €21 milhares).

### 6.15 Recursos de Clientes

O saldo desta rubrica é composto, quanto à sua natureza, como se segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Recursos de Residentes</b>		
Depósitos à ordem	59.474	60.710
Depósitos a prazo	151.468	132.339
Depósitos de poupança	97.592	88.361
Cheques e ordens a pagar	2.158	1.869
	<u>310.691</u>	<u>283.279</u>
Juros a Pagar	2.434	2.154
	<u>313.125</u>	<u>285.433</u>

Quanto à duração residual, estes recursos decompõem-se da seguinte forma:

<u>Prazos</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Exigível à vista	<u>64.066</u>	<u>64.733</u>
Exigível a prazo		
Até 3 meses	72.769	72.845
De três meses a um ano	176.167	147.136
De um a cinco anos	124	719
	<u>249.059</u>	<u>220.700</u>
	<u>313.125</u>	<u>285.433</u>

A 31 de dezembro de 2014, as taxas de remuneração dos depósitos à ordem oscilavam entre 0 % e 2% (31 de dezembro de 2013: 0% e 2%), e as referentes a depósitos a prazo e de poupança entre 1% e 5% (31 de dezembro de 2013: 1% e 5,5%).

### 6.16 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios</b>		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.18)	19.134	16.635
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.18)	<u>(15.860)</u>	<u>(14.875)</u>
	<u>3.274</u>	<u>1.759</u>
<b>Credores e outros recursos</b>		
Outros recursos	12	15
Sector público administrativo	288	275
Outros credores	<u>317</u>	<u>375</u>
	<u>617</u>	<u>665</u>
<b>Encargos a pagar</b>		
Gastos com pessoal	409	477
Gastos gerais administrativos	111	12
Responsabilidades com prémio de antiguidade (ver Nota 6.16)	<u>168</u>	<u>174</u>
	<u>688</u>	<u>662</u>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Outras operações a regularizar	<u>853</u>	<u>1.321</u>
	<u>853</u>	<u>1.321</u>
<b>Outros Passivos</b>	<u>5.432</u>	<u>4.407</u>

A rubrica Outros credores, inclui valores a pagar por fornecimento de bens e serviços.

As Outras operações a regularizar referem-se essencialmente a movimentos de compensação dos levantamentos em caixas Multibanco por clientes da CEMAH e de débitos diretos junto da SIBS.

### 6.17 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com menos de 90 dias de maturidade inicial resumem-se conforme segue:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Caixa	6.897	5.803
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	32.005	21.725
Disponibilidades à vista em outras IC's	8.520	3.701
Aplicações em IC's com prazos inferiores a 3 meses	<u>43.307</u>	<u>38.200</u>
	<u>90.729</u>	<u>69.429</u>

## 6.18 Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios

### 6.18.1 Plano de Pensões, SAMS e Subsídio por Morte

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) e responsabilidades com o pagamento do subsídio por morte após reforma, encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19R.

O BPI Pensões é a entidade responsável por efetuar as avaliações atuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades acima referidas e pela gestão do respetivo fundo de pensões. A avaliação atuarial tem por base o método "ProjectedCreditUnit" e os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

	Pressupostos	
	31/dez/14	31/dez/13
<b>Hipóteses financeiras</b>		
Taxa de desconto	2,50%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	1,00%
Taxa de rentabilidade do Fundo	4,00%	4,00%
<b>Hipóteses demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% da EKV 80	EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
<b>Método de valorização atuarial</b>	Project Unit Credit Method	

De salientar que as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro (ver Nota 2.3.7) implicaram uma revisão ao modelo atuarial adotado, com vista ao reconhecimento futuro do carácter de complementaridade ao RGSS.

O reconhecimento gradual da transferência parcial da cobertura de reforma por velhice está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2014 a Caixa tem 115 participantes no Fundo de Pensões, dos quais 60 são trabalhadores no ativo, 28 são reformados, 17 são pensionistas e 10 são ex-trabalhadores (31 de dezembro 2013: 115, 61, 27, 17 e 10, respetivamente).

No que respeita à esperança média de vida dos participantes do fundo, esta apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Esperança média de vida (anos)</b>		
Ativos	31.7	32.5
Ex-Trabalhadores	30.6	30.7
Reformados	15.9	16.2
Pensionistas	17.7	13.1

As responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS, Subsídio de Morte e respetiva cobertura do Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2014 resumem-se como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Responsabilidades por serviços passados</b>		
Ativos e ex-trabalhadores	10.848	8.828
Reformados e pensionistas	<u>8.286</u>	<u>7.807</u>
	<u>19.134</u>	<u>16.635</u>
<b>Situação patrimonial do fundo de pensões</b>	<u>15.860</u>	<u>14.875</u>
<b>Excesso/(Insuficiência) de cobertura</b>	<u>(3.274)</u>	<u>(1.760)</u>

Em fevereiro de 2015, a CEMAH efetuou uma contribuição no montante de €2.537 milhares, por forma a dar cumprimento ao mínimo de financiamento exigido pelo Banco de Portugal.

A evolução do valor atual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS e Subsídio por morte pode ser analisada como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	16.635	16.055
Custo do serviço corrente	43	72
Custo dos juros	656	713
Pensões Pagas	(577)	(554)
Remensurações	2.378	349
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<u>19.134</u>	<u>16.635</u>

Em 31 de dezembro de 2014 a duração média das responsabilidades destes benefícios é de 13,7 anos (31 de dezembro de 2013: 15 anos).

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2014 e de 2013, relativo ao valor dos ativos do Fundo de Pensões foi como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Valor do Fundo de Pensões no início do exercício</b>	14.875	14.995
Contribuições	910	-
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(615)	(568)
Rendimento esperado dos activos	585	666
Remensurações	105	(218)
<b>Valor do Fundo de Pensões no final do exercício</b>	<u>15.860</u>	<u>14.875</u>

A taxa de rentabilidade real do fundo de pensões em 2014 foi de 4,7% (2013: 3,4%). A contribuição estimada efetuada em 26 de fevereiro de 2015 ascende a €2.537 milhares.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da CEMAH relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões, SAMS e Subsídio de morte resumem-se como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Custo dos serviços correntes	43	72
Custo dos juros	656	713
Rendimento esperado dos ativos	(585)	(666)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	(53)	(45)
Prémio de seguro	37	-
<b>Total incluído em Custos com pessoal</b>	<u>97</u>	<u>74</u>

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes reconhecidos em balanço relacionados com responsabilidades com pensões, SAMS, subsídio de morte e respetiva cobertura encontram-se refletivos na nota 6.16.

As remensurações do exercício, registadas em Outro rendimento integral, decompõem-se como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Taxa de rentabilidade do Fundo	105	(218)
Responsabilidades nas pensões	(2.378)	(349)
Outros	(2)	(12)
	<u>(2.275)</u>	<u>(579)</u>

As remensurações decompõe-se pelas seguintes categorias:

	<u>31/12/2014</u>	
	<u>Passivo do plano</u>	<u>Ativo do plano</u>
		<u>Total</u>
Desvios financeiros	2195	(105)
Desvios demográficos	-	-
Desvios de experiência	185	-
	<u>2.380</u>	<u>(105)</u>
	<u>2.380</u>	<u>2.275</u>

	<u>31/12/2013</u>	
	<u>Passivo do plano</u>	<u>Ativo do plano</u>
		<u>Total</u>
Desvios financeiros	569	-
Desvios demográficos	-	-
Desvios de experiência	(220)	230
	<u>349</u>	<u>230</u>
	<u>349</u>	<u>579</u>

Os ativos do Fundo apresentam a seguinte decomposição:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	4.498	28,3%	4.313	29,0%
Ações	2.325	14,7%	2.335	15,7%
Imobiliário	233	1,5%	253	1,7%
Retorno Absoluto	8.386	52,9%	179	1,2%
Liquidez	418	2,6%	7.795	52,4%
	<u>15.860</u>	<u>100,0%</u>	<u>14.875</u>	<u>100,0%</u>

### 6.18.2 Prémio de Antiguidade

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de antiguidade a 31 de dezembro de 2014 é de €168 milhares (31.12.2013: €174 milhares). As remensurações ascenderam a €-7 milhares. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros passivos (ver Nota 6.16).

### 6.18.3 Análises de Sensibilidade

Os impactos das análises de sensibilidade efetuadas para o plano de pensões e para o prémio de antiguidade são as seguintes:

	2014		2013	
	Plano de Pensões	Prémio de Antiguidade	Plano de Pensões	Prémio de Antiguidade
Taxa de desconto - 0.5%	1.565	6	1.321	6
Taxa de desconto + 0.5%	(1.394)	(6)	(1.179)	(6)
Taxa de crescimento das pensões - 0.5%	(1.032)	-	(848)	-
Taxa de crescimento das pensões + 0.5%	1.128	-	923	-
Taxa de crescimento dos salários - 0.5%	(466)	(6)	(412)	(6)
Taxa de crescimento dos salários + 0.5%	504	6	449	6
Esperança de vida + 1 ano	659	-	517	-
Esperança de vida - 1 ano	(663)	-	(523)	-

## 6.19 Capital, reserva de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

### Capital

Em 31 de dezembro de 2014, o capital estatutário da Caixa é de €18.122 milhares encontrando-se totalmente realizado (31 de dezembro de 2013 €17.896 milhares). A Caixa é detida a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Conforme deliberação da Assembleia-geral de 31 de março de 2014, o resultado líquido distribuível da Caixa referente ao exercício de 2013, no montante de €907 milhares (após absorção dos resultados transitados negativos no valor de €794 milhares), foi distribuído da

seguinte forma: 25% para Capital; 25% para Reserva Legal, 25% para Reserva Estatutária e 25% para distribuir ao acionista.

No decurso do exercício de 2014, o capital registou um aumento de cerca de €227 milhares, resultante da afetação anual do resultado líquido do exercício (de acordo com os seus Estatutos, o capital da Caixa deverá ser elevado anualmente com 25% do lucro líquido anual, depois de deduzidos os valores a transferir para as reservas legal/geral, especial e distribuição de lucros ao acionista).

### Reserva de reavaliação

Os saldos das contas de reserva de reavaliação decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Reserva reavaliação</b>		
Reserva de justo valor (Ver Nota 6.4)	1.072	260
Reservas de reavaliação legal	<u>569</u>	<u>569</u>
	1.641	829
<b>Impostos diferidos</b>	<u>(225)</u>	<u>(60)</u>
	<u>1.416</u>	<u>769</u>

A rubrica reserva de justo valor diz respeito à variação do justo valor dos títulos registados em ativos financeiros disponíveis para venda.

O saldo apresentado na rubrica Reserva de reavaliação legal em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, no montante de €569 milhares, resulta da reavaliação efetuada em exercícios anteriores dos imóveis de serviço próprio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro. Não foi efetuada qualquer reavaliação de ativos tangíveis durante os exercícios de 2014 e de 2013.

A reserva de reavaliação legal apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real atual;
- (ii) para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive; e
- (iii) para incorporação no capital social, na parte remanescente.

### Outras reservas e resultados transitados

Os saldos das contas de outras reservas e resultados transitados decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Reserva legal	2.035	1.808
Reserva Especial	4.004	3.777
Resultados Transitados	<u>(2.137)</u>	<u>(462)</u>
	<u>3.902</u>	<u>5.123</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Reserva legal</b>		
Saldo em 1 de janeiro	1.808	1.620
Transf. Resultados Transitados	227	188
Transf. Para Capital	-	-
Saldo no fim do período	<u>2.035</u>	<u>1.808</u>
<b>Reserva especial</b>		
Saldo em 1 de janeiro	3.777	3.589
Transf. Resultados Transitados	227	188
Saldo no fim do período	<u>4.004</u>	<u>3.777</u>
<b>Resultados Transitados</b>		
Saldo em 1 de janeiro	(462)	193
Resultado líquido ano anterior	1.701	1.122
Amortização de diferença em responsabilidades com pensões (Transição NCA's)	(194)	(416)
IAS 19 - Remensurações	(2.275)	(579)
Transf.p/ Capital	(227)	(188)
Distribuição dividendos	(227)	(188)
Transf.p/ reserva legal	(227)	(188)
Transf.p/ outras reservas	(227)	(188)
Impostos diferidos	-	(28)
Saldo no fim do período	<u>(2.137)</u>	<u>(462)</u>
	<u>3.902</u>	<u>5.123</u>

A reserva legal destina-se a ocorrer a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias (conforme a alínea a) do artigo 27º dos Estatutos da CEMAH). A legislação Portuguesa aplicável às caixas económicas (artigos 26º e 27º do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 20% do lucro líquido anual, até atingir pelo menos 25% da totalidade dos depósitos. De acordo com os Estatutos, o montante a creditar anualmente foi elevado para 25% do lucro líquido anual. Durante o exercício de 2014 esta reserva registou um aumento de cerca de €227 milhares por via da distribuição de resultados (2013: €188 milhares).

A reserva especial só pode ser utilizada para cobrir prejuízos resultantes das atividades correntes. A legislação Portuguesa aplicável às caixas económicas (artigos 26º e 27º do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio) exige que a reserva especial seja anualmente creditada com pelo menos 5% do lucro líquido anual. De acordo com os Estatutos o montante a creditar anualmente foi elevado para 25% do lucro líquido anual. Durante o exercício de 2013 esta reserva registou um aumento de cerca de €227 milhares (2013: €188 milhares).

## 6.20 Contas extrapatrimoniais

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Passivos eventuais</b>		
Garantias e avales prestados	10.746	10.739
Outras garantias prestadas e outros passivos eventuais	1.020	-
Ativos dados em garantia (i)	<u>5.415</u>	<u>7.082</u>
	<u>17.181</u>	<u>17.821</u>
<b>Garantias recebidas</b>		
Garantias pessoais/institucionais		
Garantias e avales - Residentes	51.153	60.634
Garantias reais (activos recebidos em garantia)		
Créditos - Residentes	<u>205.029</u>	<u>183.103</u>
	<u>256.182</u>	<u>243.737</u>
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
Linhas de crédito irrevogáveis		
Crédito autorizado ao abrigo de contratos de mútuo, não utilizado	21.910	16.285
Outros compromissos	872	872
Linhas de crédito revogáveis	<u>1.623</u>	<u>3.049</u>
	<u>24.405</u>	<u>20.206</u>
<b>Compromissos assumidos por terceiros</b>		
Por compromissos irrevogáveis		
Por linhas de crédito irrevogáveis (ii)	<u>1.850</u>	<u>1.850</u>
	<u>1.850</u>	<u>1.850</u>
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
De depósito e guarda de valores	45	41
De cobrança de valores	<u>1.895</u>	<u>2.132</u>
	<u>1.940</u>	<u>2.173</u>
<b>Serviços prestados por terceiros</b>		
Por depósito e guarda de valores - Ativos sob gestão (iii)	<u>61.961</u>	<u>45.938</u>
	<u>61.961</u>	<u>45.938</u>
<b>Outras contas extrapatrimoniais</b>		
Créditos abatidos ao ativo	1.485	1.155
Juros vencidos	265	220
Contas diversas (iv)	<u>87.839</u>	<u>52.484</u>
	<u>89.589</u>	<u>53.859</u>

i) Diz respeito aos títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Banco de Portugal no valor de €5.415 milhares (2013: €7.082 milhares);

ii) Linha de crédito intradiária no Banco de Portugal;

iii) Inclui ativos financeiros administrados por terceiros, representados por títulos, disponibilidades e aplicações a prazo (carteiras de títulos com contrato de gestão).

iv) Inclui os valores de crédito vivo e vencido dos contratos renegociados.

## 6.21 Margem Financeira

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Disponibilidades s/ Bancos Centrais	5	13
Aplicações Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário	70	36
Depósitos	855	1.266
Crédito clientes		
Empresas e Administrações Públicas		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	621	901
Empréstimos	4.999	4.694
Crédito conta corrente	77	109
Descobertos DO	1.560	1.570
Particulares		
Habitação	613	599
Consumo	808	922
Outras finalidades		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	173	62
Empréstimos	1.609	1.676
Crédito conta corrente	15	14
Descobertos DO	320	323
Outros créditos e valores a receber (titulados)	49	9
Crédito vencido	157	426
Juros e rendimentos similares outros activos	1.093	1.387
Devedores e outras aplicações	-	-
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	116	117
	<u>13.138</u>	<u>14.124</u>
<b>Juros e encargos similares:</b>		
Recursos de bancos Centrais	-	9
Recursos IC país	-	(-)
Depósitos à ordem	113	113
Depósitos a prazo do tipo promissória	4.261	4.304
Depósitos a prazo do tipo poupança	2.637	2.288
	<u>7.011</u>	<u>6.715</u>
<b>Margem financeira</b>	<u>6.127</u>	<u>7.410</u>

Em 2014, das variações registadas na margem financeira, salienta-se a redução verificada nos juros das aplicações a prazo da CEMAH (€412 milhares), resultante tanto da redução das taxas de juro de mercado face ao ano anterior, como da limitação legal à concentração de risco por entidade, que levou a que a CEMAH tivesse que optar por alternativas de aplicação do seu excedente de liquidez diferentes dos depósitos em outras instituições de crédito.

Dos juros e rendimentos similares de outros ativos constam os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda.

## 6.22 Rendimentos de instrumentos de Capital

A rubrica Rendimentos de instrumentos de capital inclui os dividendos recebidos da participação na SIBS (€15 milhares).

## 6.23 Comissões Líquidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Outras comissões recebidas</b>		
Por serviços bancários prestados	183	169
Por garantias prestadas	395	422
Emissão de cheques	100	108
Comissões de processamento	509	504
Multibanco	650	642
Comissões de manutenção	18	15
Comissão levantamento numerário	57	61
Outras	9	9
	<u>1.921</u>	<u>1.930</u>
<b>Outras comissões pagas</b>		
Por operações realizadas por terceiros	(97)	(22)
Outras	(323)	(291)
	<u>(420)</u>	<u>(313)</u>
	<u>1.501</u>	<u>1.617</u>

Das comissões recebidas associadas ao Multibanco, €338 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário. Das Outras comissões pagas, €239 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário.

#### 6.24 Resultados líquidos em operações financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ganhos e perdas em diferenças cambiais	118	64
Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	2.108	93
Ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 6.6)	938	-
	<u>3.165</u>	<u>157</u>

Os resultados cambiais relacionam-se essencialmente com ganhos relacionados com os câmbios EUR/USD e EUR/CAD.

Os ganhos e perdas na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda resultam incremento das operações realizadas, decorrente da alocação de liquidez (cerca de €20.000 milhares) a este tipo de investimentos, como forma de rentabilização do excedente de liquidez disponível, que, na conta da CEMAH junto do Banco de Portugal, se encontraria sujeito a taxas de juro negativas.

Os ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade incluem os resultados resultantes da alienação de dívida pública portuguesa (OT 4,95% 25/10/2023 e OT 4,8% 15/06/2020) realizada a 19-05-2014. Na sequência destas vendas, os títulos remanescentes na carteira de investimentos detidos até à maturidade forma reclassificados para ativos financeiros disponíveis para venda.

## 6.25 Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Rendimentos e receitas operacionais</b>		
Ganhos em outros ativos tangíveis	4	-
Outras receitas operacionais	84	388
	<u>88</u>	<u>388</u>
<b>Encargos e gastos operacionais</b>		
Quotizações e donativos	170	191
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	74	66
Perdas em activos não financeiros	38	62
Outros gastos operacionais	370	132
Outros impostos	23	30
	<u>674</u>	<u>481</u>
	<u>(586)</u>	<u>(93)</u>

Os ganhos em outros ativos tangíveis respeitam a mais-valias realizadas na alienação de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio.

Da rubrica quotizações e donativos constam €120 milhares de donativos concedidos à santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Dos valores registados em outras receitas operacionais constam, entre outros, rendas de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, recebimentos de créditos considerados incobráveis e os incentivos recebidos do Governo Regional associados à promoção do emprego (PIIE e Integra).

Dos outros gastos operacionais constam, entre outros, as perdas suportadas pela CEMAH aquando de abatimentos ao ativo, pagamentos efetuados pela utilização dos serviços da Bloomberg e do BPnet do Banco de Portugal bem como a contribuição para o Fundo de Resolução.

## 6.26 Custos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	227	135
Remunerações dos empregados	2.429	2.433
Encargos sociais obrigatórios	725	678
Outros custos com pessoal	100	37
	<u>3.480</u>	<u>3.283</u>

Durante os exercícios de 2014 e 2013 o número médio de empregados e administradores executivos ao serviço da CEMAH apresenta-se como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Administradores executivos	2	3
Quadros superiores	9	9
Outros quadros	18	10
Administrativos	13	6
Outros colaboradores	63	71
	<u>105</u>	<u>99</u>

## 6.27 Gastos gerais administrativos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Gastos gerais administrativos</b>		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	90	87
Material de consumo corrente	81	134
Publicações	4	5
Material de higiene e limpeza	4	1
Outros fornecimentos de terceiros	67	33
Com serviços		
Rendas e alugueres	114	116
Comunicações	227	259
Deslocações, estadas e representação	98	101
Publicidade e edição de publicações	126	162
Conservação e reparação	256	309
Formação de pessoal	9	32
Seguros	20	18
Serviços especializados	1.319	945
Outros serviços de terceiros	22	17
	<u>2.437</u>	<u>2.219</u>

No âmbito dos gastos gerais administrativos suportados pela CEMAH assumem particular relevância os valores referentes aos serviços especializados, no montante de €1.319 milhares (2013: €945 milhares), representando àquela data cerca de 54% (2013: 43%) do total de gastos gerais administrativos. Estes incluem essencialmente a prestação de serviços pela SIBS e os honorários dos auditores e outros consultores externos.

Também a necessidade de se proceder à manutenção e reparação contínua do património imobiliário tem exigido um esforço financeiro significativo à CEMAH, conforme se pode verificar pelo peso da respetiva rubrica no total dos gastos gerais administrativos que, em 31 de dezembro de 2014, ascende a €256 milhares (2013: €309 milhares).

Dando cumprimento à alínea b) do nº1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, os montantes totais pagos pelos serviços contratados durante o exercício de 2014

com a sociedade de revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados resumem-se conforme:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Revisão Legal de Contas	61	72
Outros serviços de garantia e fiabilidade	130	121
Consultoria Fiscal	40	43
Outros	-	-
	<u>231</u>	<u>236</u>

## 6.28 Impostos sobre lucros

Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC. A liquidação e pagamento do IRC são efetuados com base na declaração modelo 22, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos fiscais, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

### Apuramento do imposto corrente do exercício

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Resultado antes de impostos	(486)	2.150
Variações patrimoniais não dedutíveis (Fundo de Pensões)	(1.106)	(714)
Provisões não dedutíveis ou acima dos limites fiscais	4.189	1.660
Reversão de provisões tributadas	(1.102)	(981)
Menos valias fiscais	-	-
Outros valores	474	103
Resultado fiscal	<u>1.969</u>	<u>2.218</u>

A taxa nominal de imposto é de 23% (ver Nota 2.3.9). A taxa efetiva de imposto encontra-se influenciada, essencialmente, pelas variações patrimoniais relacionada com o Fundo de Pensões.

O montante do imposto a pagar estimado é de €495milhares.

Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço em 31 de dezembro de 2014:

	<u>2014</u>
Imposto corrente do exercício	495
Regularização de estimativa do exercício anterior	(39)
	<u>456</u>

## Apuramento do imposto diferido do exercício

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registados em balanço é como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos diferidos:		
Ativos	978	543
Passivos	-	-
	<u>978</u>	<u>543</u>
Registados por contrapartida de:		
Resultados do exercício	600	86
Reservas de reavaliação (justo valor)	(165)	21
Outras reservas e resultados transitados	-	-
	<u>435</u>	<u>107</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante os exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balanço		Resultados	Reserva justo valor
	01.01.2014	31.12.2014	01.01.2014	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2014
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	733	1.646	169	346	177	-
- Excesso Aviso 3/95 - Crédito	414	2.188	95	459	364	-
- Excesso Aviso 3/95 - Imóveis	-	419	-	88	88	-
- Riscos gerais de crédito	1.403	1.404	323	295	(28)	-
Prêmios de antiguidade	174	168	40	35	(5)	-
Títulos (reserva justo valor)	(260)	(1.071)	(60)	(225)	-	(165)
Reavaliação imóveis	(102)	(97)	(24)	(20)	3	-
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	-
	<u>2.363</u>	<u>4.656</u>	<u>543</u>	<u>978</u>	<u>600</u>	<u>(165)</u>

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balanço		Resultados	Reserva justo valor
	01.01.2013	31.12.2013	01.01.2013	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2013
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	565	733	141	169	27	-
- Excesso Aviso 3/95	-	414	-	95	95	-
- Excesso Aviso 3/95 - Imóveis	-	-	-	-	-	-
- Riscos gerais de crédito	1.243	1.403	311	323	12	-
Prêmios de antiguidade	159	174	40	40	-	-
Títulos (reserva justo valor)	(322)	(260)	(81)	(60)	-	21
Reavaliação imóveis	(107)	(102)	(27)	(24)	3	-
Prejuízo fiscal	208	-	52	-	(52)	-
	<u>1.746</u>	<u>2.363</u>	<u>436</u>	<u>543</u>	<u>86</u>	<u>21</u>

Os ativos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre a base contábilística dos ativos e passivos e a sua base fiscal. Os impostos diferidos foram calculados com base nas

taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo, mais concretamente à taxa de 21%.

## 6.29 Transações com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014, as entidades relacionadas da Caixa são as seguintes:

### Nome da entidade

#### **Acionista**

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

#### **Outras empresas relacionadas**

EVT - Autoagrícola - Sociedade Unipessoal

EVT - Empresa de Viação Terceirense, Lda.

Escola de Condução Ilha 3, Lda.

UNICOL - União Cooperativas Lacticínios Terceirense, UCRL

PRONICOL - Produtos Lácteos, SA

SOMAR, Lda.

#### **Membros do Conselho de Administração e Direção Geral**

Carlos Manuel Brasil Silva Raulino

José Mancebo Soares

Maria Laurentina Nunes Mendes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o montante global dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas resume-se como segue:

31 de Dezembro de 2014	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração e Direção Geral	Total
<b>Ativos</b>				
Crédito	1.732	4.317	30	6.079
	<u>1.732</u>	<u>4.317</u>	<u>30</u>	<u>6.079</u>
<b>Passivos</b>				
Depósitos	136	1.873	184	2.193
	<u>136</u>	<u>1.873</u>	<u>184</u>	<u>2.193</u>
<b>Proveitos</b>				
Juros e rendimentos similares	4	273	-	277
Comissões recebidas	0	8	-	8
	<u>4</u>	<u>282</u>	<u>-</u>	<u>285</u>
<b>Custos</b>				
Juros e encargos similares	11	2	10	23
Donativos	120	-	-	120
	<u>131</u>	<u>2</u>	<u>10</u>	<u>203</u>
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	256	-	256
	<u>-</u>	<u>256</u>	<u>-</u>	<u>256</u>

31 de Dezembro de 2013	do Conselho de Administração e Direção Geral			Total
	Acionista	Entidades relacionadas		
<b>Ativos</b>				
Crédito	1.750	4.514	22	6.286
	<u>1.750</u>	<u>4.514</u>	<u>22</u>	<u>6.286</u>
<b>Passivos</b>				
Depósitos	723	1.483	302	2.508
	<u>723</u>	<u>1.483</u>	<u>302</u>	<u>2.508</u>
<b>Proveitos</b>				
Juros e rendimentos similares	4	351	1	356
Comissões recebidas	0	12	-	12
	<u>4</u>	<u>363</u>	<u>1</u>	<u>368</u>
<b>Custos</b>				
Juros e encargos similares	36	2	10	48
Donativos	155	-	-	155
	<u>191</u>	<u>2</u>	<u>10</u>	<u>203</u>
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	331	-	331
	<u>-</u>	<u>331</u>	<u>-</u>	<u>331</u>

Não foram constituídas quaisquer provisões específicas referentes a saldos com partes relacionadas.

De salientar que todas as operações passivas e ativas com entidades relacionadas foram transacionadas de acordo com o preçário normal da Caixa.

O movimento no exercício de 2014 referente a crédito concedido e depósitos recebidos de entidades relacionadas resume-se como segue:

	Acionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração e Direção Geral	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Empréstimos</b>						
Empréstimos em 1 de janeiro	5.450	1.700	4.514	3.936	22	27
Empréstimos emitidos durante o ano	1.900	1.900	-	5.377	15	62
Empréstimos pagos durante o ano	(5.618)	1.850	(197)	(4.799)	(7)	(66)
Empréstimos em 31 de dezembro	<u>1.732</u>	<u>5.450</u>	<u>4.317</u>	<u>4.514</u>	<u>30</u>	<u>22</u>
<b>Rendimento de juros</b>	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>273</u>	<u>351</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
<b>Depósitos</b>						
Depósitos em 1 de janeiro	723	905	1.483	329	302	281
Movimentos líquidos do ano	(588)	(182)	390	1.154	(118)	21
Depósitos em 31 de dezembro	<u>136</u>	<u>723</u>	<u>1.873</u>	<u>1.483</u>	<u>184</u>	<u>302</u>
<b>Custo de juros de depósitos</b>	<u>11</u>	<u>36</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>10</u>	<u>10</u>

### 6.30 Eventos subsequentes

Não foram identificados quaisquer factos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2014.

- : - : - : - : - : - : - : -

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2014



No cumprimento das disposições estatutárias, o Conselho Fiscal da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo vem apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora levada a cabo no decurso do exercício de 2014, bem como dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas elaborado pelo Conselho de Administração.

Ao longo do ano acompanhámos a gestão nos seus aspetos mais significativos, através de reuniões periódicas com o Conselho de Administração, o Director Geral e o Sr. Provedor da Santa Casa, sendo informados das diferentes políticas seguidas para desenvolvimento da Instituição. Foram ao longo do ano apresentados ao Conselho Fiscal os indicadores mais relevantes da atividade da Caixa Económica e explanadas as principais decisões de gestão. Também foram realizadas reuniões com os Auditores Internos e Externos, para acompanhamento da situação geral da Caixa Económica, sobretudo ao nível do Sistema de Controlo Interno.

Relativamente ao Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração cumpre-nos referir que este documento menciona os factos mais significativos, complementa as contas e esclarece adequadamente a gestão do exercício.

Foram apreciadas todas as demonstrações financeiras e o respetivo anexo.

No respeitante às contas, é nossa opinião que as mesmas foram elaboradas de acordo com as normas legais e princípios contabilísticos aplicáveis, tendo sido certificadas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sem reservas e a cujo teor dá o Conselho Fiscal a sua concordância, pelo que representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira desta Caixa Económica à data de 31 de Dezembro de 2014.

Confirma assim que os documentos apresentados satisfazem os requisitos legais e estatutários.

O Conselho Fiscal regista o desempenho global da Caixa, concretamente um Produto Bancário de 10.224 M€, reflexo de um bom desempenho económico, e que supera os registos de anos anteriores. Registamos ainda os efeitos da alteração de critérios de registo das imparidades, imposta pelas entidades reguladoras nacionais e internacionais ao sector bancário nacional, incluindo à CEMAH, em 2014, nos resultados antes de impostos. Salientamos que o

impacto nos resultados antes de impostos das imparidades não é reflexo do desempenho económico do exercício, mas das alterações na regulação já referidas. O registo de imparidades para além do exigido é responsável pelo resultado apresentado, confirmado pelo efeito fiscal positivo.

Destacamos ainda o trabalho aturado junto do Banco de Portugal, desenvolvido em conjunto com a mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, na preparação da proposta de um novo Estatuto da CEMAH, atualizado em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis ao sector bancário.

Face ao exposto somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório e Contas respeitantes ao exercício de 2014;
- b) Seja aprovada a aplicação do resultado do exercício, nos termos propostos pelo Conselho de Administração;
- c) Seja lavrado um voto de louvor ao Conselho de Administração, pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo profissionalismo e empenhamento na atividade desenvolvida.

Angra do Heroísmo, 30 de março de 2015

O CONSELHO FISCAL



# Certificação Legal de Contas



## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo ("CEMAH"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 343.966 milhares de euros e um total de capital próprio de 23.098 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 342 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adotadas na União Europeia, com as exceções previstas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CEMAH, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*

*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*

*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)*

*Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

*Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

30 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.